



# Relatório de Gestão do Exercício de 2011

**Superintendência Regional do Pará**



**Belém, 2012**



**Conab** Companhia Nacional de Abastecimento

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO**

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD**

**JOSÉ CARLOS VAZ**

Presidente

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**

**EDILSON GUIMARÃES**

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**

**CARLOS CARBONI**

Membros

**CONSELHO FISCAL – CONFIS**

**FRANCISCO WAYNE MOREIRA**

**GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO**

**RENATA LIMA DE CARVALHO**

Membros

**Diretoria Colegiada**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**

Presidente

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**

Diretor Administrativo

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**

Diretor Financeiro

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**

Diretor de Operações e Abastecimento

**SILVIO ISOPO PORTO**

Diretor de Política Agrícola e Informações

**Superintendência Regional do Estado do Pará**

**JOSÉ AMÉRICO BOUÇÃO VIANA**

Superintendente

**Gerência Financeira e Administrativa - GEFAD**

**ROSANNA DE ANGELIS VALLINOTO COSTA**

**Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE**

**KARINA LADEIRA GUERREIRO VILAR DE MELO**

**EDUARDO DA SILVA CORDEIRO**

**ROSANNA DE ANGELIS VALLINOTO COSTA**

**KARINA LADEIRA GUERREIRO VILAR DE MELO**

**MARCILÉA FERREIRA FARIAS NORONHA**

Elaboração

Betti Isabel Borgmann

Apoio-Capa

[supor@conab.gov.br](mailto:supor@conab.gov.br)

Fones: (061) 3312-6286 / 6272 / 6257

Fax (061) 3225-0451

# Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Sureg Pará

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Belém, maio / 2012





6.2 - Atividade de Fiscalização.....	65
6.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos.....	66
6.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	67
6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	67
6.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	68
6.3 - Atividade de Movimentação de Estoques.....	68
Figura 024 – Remoções por Produto.....	71
a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM.....	71
b) Remoção de Produtos da Defesa Civil.....	72
c) Remoção de Produtos do MDS.....	72
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho .....	73
8 – GESTÃO TECNOLÓGICA.....	73
9 – GESTÃO ESTRATÉGICA.....	73
10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES .....	73
a) Levantamento da Safra de Grãos.....	75
b) Levantamento da Safra Brasileira de Café.....	78
c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar.....	80
d) Acompanhamento da Safra de Laranja – São Paulo e Triângulo Mineiro.....	82
10.1 – Projetos GeoSafras e SIGABrasil.....	85
a) Projeto GeoSafras.....	85
b) Projeto SIGABrasil.....	86
11 – GESTÃO DE PESSOAS .....	88
11.1 – Distribuição de Empregados .....	89
11.2 – Comunicação Interna.....	89
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....	90
11.4 – Capacitação de Pessoal.....	91
11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo.....	91
11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo.....	93
11.5.1.1 – Composição de Pessoal Por Escolaridade.....	94
11.5.1.2 – Composição de Pessoal Por Faixa Etária X Tempo de Serviço.....	95
11.5.1.3 – Redução da Força de Trabalho.....	96
11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências .....	96
11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria .....	96
11.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal .....	97
11.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários .....	98
11.5.6 – Custos de Pessoal.....	98
11.5.6.1 – Auxílio-Transporte.....	100
11.5.6.2 – Auxílio-Alimentação.....	100
11.5.6.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes.....	100
11.5.6.4 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos.....	100
11.5.6.5 – Capacitação de Pessoal.....	100
11.5.6.7 – Mão de Obra Terceirizada .....	101
11.6 – Cibrius.....	102
12 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO e CONTÁBIL.....	103
12.1 – Análise da Execução Orçamentária.....	103
12.1.1 – Programas.....	104
12.1.1.1 (0352) - Programa Abastecimento Agroalimentar.....	104
12.1.1.2 (0360) - Programa Gestão da Política Agropecuária.....	104
12.1.1.3 (0901) - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	104
12.1.2 – Principais Ações dos Programas .....	104
12.1.2.1 - (2004) – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	106
12.1.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos .....	109
12.1.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados .....	110
12.1.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	114

12.1.2.5 - (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM.....	117
12.1.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários .....	118
12.1.2.7 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	119
12.1.2.8 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	122
12.1.2.9 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	123
12.1.2.10 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	127
12.1.2.11 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	128
12.1.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	132
12.2 – Inscrições em Restos a Pagar.....	134
12.2.1 – Análise Crítica dos Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores.....	134
12.2.2 – Análise Crítica dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores.....	135
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	135
12.4 – Transferências Mediante Convênios.....	140
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	140
Composição do Capital Social.....	146
12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa.....	160
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	161
2.8 – Parecer da Auditoria Independente.....	162
13 – GOVERNANÇA E CONTROLES.....	165
13.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	165
13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	166
13.2.1 – TCU.....	166
13.2.2 – CGU.....	166
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	166

## Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AAD	Auxiliar Administrativo
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ADEPARA	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADV	Adiantamento de Despesa de Viagem
AGF	Aquisição do Governo Federal
AHI	Assistência Humanitária Internacional
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP	Abaixo Padrão
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
AS	Ato de superintendência
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
AUDIN	Auditoria Interna
BD	Benefício Definido
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Ceagesp	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Ceasaminas	Centrais de abastecimento de Minas Gerais

Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CEF	Caixa Economica Federal
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria-Geral da União
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho Nacional de Administração
COFIN	Coordenadoria Geral de Programação Financeira
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COOMTEC	Cooperativa Mista de Trabalhadores
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIFIN	Diretoria Financeira
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administração
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DevCoCast	Aplicações do GEONETCAST para e por países em desenvolvimento
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EMATER/RO	Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
EUMETSAT	European Organisation for the Exploitation of Meteorological Satellites



FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFE	Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GECOT	Gerencia de Contratos
GEDES	Gerencia de Desenvolvimento Social
GEFAD	Gerencia de Financeira e Administrativa
GEFIN	Gerencia Financeira
GEOSE	Gerencia de Operações e Suporte Estratégico
GRU	Guia de Recolhimento da União
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IASB	Internacional Accounting Standards Board
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto de Auditoria Independente do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPP	Índice de Preços Pagos ao Produtor
IPR	Índice de Preços Recebidos pelo Produtor
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IS	Informação de Saldo
LALUR	Livro de Apuração de Lucro Real
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
LTCAT	Laudo Técnico de Condições Ambientais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MIM	Mapa de Inventário de Mercadoria
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MO	Mercado de Opções
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTB	Ministério do Trabalho
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NL	Nota de Lançamento
NOC	Manual de Normas da Organização
NPC	Nota de Passivo Contingente
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OIMA	Organização de Informações do Mercado Agrícola
ONG	Organização Não Governamental
OOO	Operações Oficiais de Crédito
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Paint	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PJ	Pessoa Jurídica
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PLE	Preço de Liberação de Estoque
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros

	estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE	Procuradoria Geral
PRORE	Procuradoria Regional
PROVB	Programa de Venda em Balcão
REDIR	Reunião de Diretoria
REDPA	Rede de Políticas Agropecuárias
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RTA	Responsável Técnico Agronomia
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEDUC	Secretaria de Educação
SEOPI	Setor de Operações e Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPAB	Setor de Programas Institucionais
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAJUR	Sistema de Atividades Jurídicas
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira

SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
SINTEG	Sistema de Controle Integrado
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Gestão de Contratos
SISMAT	Sistema de Material
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sureg	Superintendência Regional
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUFIN	Superintendência de Finanças
SUGOF	Superintendência de Gestão de Ofertas
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações
SUPAD	Superintendência de Administração
SUMEP	Superintendência de Modernização Empresarial
SUTIN	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UG	Unidade de Gestão
UJ	Unidade Jurisdicionada
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques

### LISTA DE QUADROS E FIGURAS

TIPO	Nº	TÍTULO	PAG
Quadro	001	Identificação da Unidade	20
Figura	001	Estrutura Organizacional	22
Quadro	002	Relação dos Principais Responsáveis	23
Figura	002	Mapa Estratégico Corporativo	25
Figura	003	Macroprocesso de Sustentação da Renda	27
Figura	004	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	28
Figura	005	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	29
Figura	006	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	30
Figura	007	Macroprocesso de Prestação de Serviços	31
Figura	008	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	32
Figura	009	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	33
Figura	010	Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PA	40
Quadro	003	Aquisições por Meio da CPR-Estoque	41
Quadro	004	Aquisições por Meio da CPR-Doação	42
Figura	011	Vendas em Leilões Públicos	45
Figura	012	Evolução das Quantidades Vendidas	46
Figura	013	Evolução do Programa Vendas em Balcão	48
Figura	014	Evolução do Número de Atendimentos – MDS	49
Quadro	005	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional-MDS	50
Quadro	006	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional-MI	50
Figura	015	Evolução do Número de Atendimentos – MI	51
Quadro	007	Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados - Período: 2004-2011	52
Figura	016	Evolução dos Estoques Armazenados por Propriedade	53
Quadro	008	Especificação dos Estoques de Terceiros Armazenados	54
Figura	017	Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	54
Quadro	009	Demonstrativo de Receita de Armazenagem de Terceiros	55
Quadro	010	Demonstrativo do Resultado do Exercício	55
Figura	018	Evolução do Índice de Ocupação	56
Figura	019	Evolução do Índice de Ocupação das UA's da Sureg-PA de 2009 a 2011	56
Quadro	011	Demonstrativo de Estoque Médio Armazenado nas UA's da Sureg-PA de 2005 a 2011	57
Quadro	012	Demonstrativo de Resultado do Exercício com Armazenagem nas UA's da Sureg-PA	57
Quadro	013	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	58
Quadro	014	Cronograma de Investimentos para Certificação das UA's	59
Quadro	015	Certificação da UA Ananindeua/Diagnóstico – Previsão 2013	59
Quadro	016	Certificação das UA's Marabá e Santarém/Diagnóstico – Previsão 2015	60
Quadro	017	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da SUREG-PA – Produtos Agropecuários	61



### LISTA DE QUADROS E FIGURAS

TIPO	Nº	TÍTULO	PAG
Quadro	018	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da SUREG-PA – Outros Produtos	61
Quadro	019	Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	62
Figura	020	Demonstrativo da Rede Armazenadora Instalada	63
Quadro	020	Demonstrativo da Capacidade Estática Quanto à Localização	64
Quadro	021	Demonstrativo da Capacidade Estática Quanto à Entidade	65
Figura	021	Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola	66
Quadro	022	Relação de Fiscais em Atuação na Sureg-PA	67
Quadro	023	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	68
Quadro	024	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques nas UA's da SUREG-PA	69
Quadro	025	Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos na SUREG-PA	69
Quadro	026	Demonst. de Fiscalizações das Op. de Garantia e Sustentação de Renda Realiz. pela SUREG-PA	69
Quadro	027	Demonstrativo das Irregularidades Ocorridas nas UA's da SUREG-PA em 2011	70
Figura	022	Remocões por Vínculo do Produto	71
Figura	023	Remocões por Motivo Gerador	72
Figura	024	Remocões por Produto	73
Quadro	028	Demonstrativo das Remocões Contratadas	74
Quadro	029	Demonstrativo de Remocão de Produtos da Defesa Civil	74
Quadro	030	Demonstrativo de Contratação de Remocão de Produtos do MDS	74
Quadro	031	Séries de Custos de Produção	77
Figura	025	Evolução do Número de Séries de Custos de Produção Produzidas	77
Quadro	032	Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12	78
Quadro	033	Balanco de Oferta e Demanda	80
Quadro	034	Demonstrativo da Produção de Café – Safras 2010 e 2011	81
Quadro	035	Estimativa de Produção de Café – Safra 2012 (*)	82
Quadro	036	Demonstrativo de Área Cultivada e da Produção de Cana de Açúcar	83
Quadro	037	Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol	84
Quadro	038	Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 São Paulo	85
Quadro	039	Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 Triângulo Mineiro	85
Quadro	040	Variação da Área Cultivada x Produção Safras 2009/10 e 2010/11	89
Quadro	041	Variação da Área Cultivada x Produção Safras 2010/11 e 2011/12	90
Quadro	042	Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na UJ	94
Quadro	043	Demonstrativo da Variação do Efetivo por Situação Contratual	95
Quadro	044	Composição do Quadro de Pessoal por Situação Funcional	95
Quadro	045	Distribuição Comparativa 2010/2011 por Área de Lotação	96
Quadro	046	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	96
Quadro	047	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	97
Quadro	048	Quadro de Pessoal por Faixa Etária x Tempo de Serviço	97

### LISTA DE QUADROS E FIGURAS

TIPO	Nº	TÍTULO	PAG
Quadro	049	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	98
Quadro	050	Perspectivas de Aposentadoria (por Tempo de Serviço)	99
Quadro	051	Composição do Quadro de Estagiários	100
Quadro	052	Custo de Recursos Humanos Exercícios de 2009/2010/2011	101
Quadro	053	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	103
Quadro	054	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	103
Quadro	055	Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2011	104
Quadro	056	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Receb. p/ Movimentação	105
Quadro	057	Execução Física e Orcamentária das Ações Realizadas pela UJ	107
Quadro	058	Metas e Execução da Ação (2004)	108
Quadro	059	Comparativo da Execução da Ação (2004) 2010 x 2011	108
Quadro	060	Variação das Despesas da Ação (2004) de 2007 a 2011	108
Figura	026	Evolução das Despesas da Ação (2004) de 2007 a 2011	110
Quadro	061	Metas e Execução da Ação (20CW)	110
Quadro	062	Metas e Execução da Ação (2011)	111
Quadro	063	Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011	112
Quadro	064	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011	112
Quadro	065	Variação do Custo por Atendimento ao Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011	113
Figura	027	Evolução dos Gastos com Auxílio-Transporte no Período de 2007 a 2011	114
Quadro	066	Metas e Execução da Ação (2012)	115
Quadro	067	Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011	115
Quadro	068	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011	116
Quadro	069	Variação do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011	116
Figura	028	Evolução dos Gastos com Auxílio-Alimentação no Período de 2007 a 2011	117
Quadro	070	Metas e Execução da Ação (2130)	118
Quadro	071	Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos	118
Quadro	072	Metas e Execução da Ação (2137)	119
Quadro	073	Variação dos Estoques Fiscalizados em 2010/2011	119
Quadro	074	Metas e Execução da Ação (2272)	120
Quadro	075	Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio do Programa	120
Quadro	076	Demonstrativo de Despesas – Gestão e Administração do Programa	121
Figura	029	Evolução das Despesas – Gestão e Administração do Programa Período de 2007 a 2011	122
Quadro	077	Metas e Execução da Ação (2829)	123
Quadro	078	Percentual de Unidades da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	123
Quadro	79	Percentual de Gastos com Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	124
Quadro	080	Metas e Execução da Ação (4702)	124
Quadro	081	Percentual de Armazéns Cadastrados	125

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

TIPO	Nº	TÍTULO	PAG
Ouando	082	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	125
Ouadro	083	Custo por Unidade Cadastrada	126
Figura	030	Evolução dos Gastos com Cadastramento de Armazéns Período de 2007 a 2011	127
Ouadro	084	Metas e Execução da Ação (8579)	128
Ouadro	085	Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão de Informações Agropecuárias	128
Ouadro	086	Evolução das Despesas com Geração e Difusão de Informações Agropecuárias	129
Ouadro	087	Metas e Execução da Ação (4572)	129
Ouadro	088	Comparativo de Execução Física/Orcamentária 2010/2011 da Capacitação de Servidores	130
Ouadro	089	Demonstrativo das Despesas de Treinamento Realizadas Período de 2007 a 2011	130
Ouadro	090	Atendimento da Demanda de Capacitação	131
Ouadro	091	Percentual de Execução Financeira com Capacitação	131
Ouadro	092	Custo por Empregado Capacitado	132
Ouadro	093	Número de Treinandos por Área de Conhecimento	132
Ouadro	094	Metas e Execução da Ação (0022)	133
Ouadro	095	Demonstrativo de Despesas – Cumprimento de Sentenças Judiciais	133
Ouadro	096	Percentual Financeiro no Cumprimento de Sentenças Judiciais	134
Ouadro	097	Inscrições em Restos e Pagar	135
Ouadro	098	Movimentação Orcamentária por Grupo de Despesa – Recebidas	137
Ouadro	099	Movimentação Orcamentária por Grupo de Despesa – Enviadas	139
Ouadro	100	Despesas por Modalidade de Contratação	140
Ouadro	101	Balanco Patrimonial	141
Ouadro	102	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	143
Ouadro	103	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	145
Ouadro	104	Demonstração do Valor Adicionado	146
Ouadro	105	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	148
Ouadro	106	Créditos Tributários a Compensar	151
Ouadro	107	Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo	152
Ouadro	108	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	153
Ouadro	109	Entidades e Agentes – Circulante	153
Ouadro	110	Entidades e Agentes – Não Circulante	154
Ouadro	111	Demonstrativo dos Estoques	154
Ouadro	112	Demonstrativo do Passivo Contingente Provável	156
Ouadro	113	Demonstrativo do Passivo Contingente Possível	156
Ouadro	114	Demonstrativo do Ativo Contingente Provável	157
Ouadro	115	Diversos Responsáveis em Apuração	158
Ouadro	116	Remuneração e Salários dos Dirigentes e Empregados	160
Ouadro	117	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados	160

<b>LISTA DE QUADROS E FIGURAS</b>			
<b>TIPO</b>	<b>Nº</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PAG</b>
Quadro	118	Repasse de Recursos para Convênios e Acordos de Cooperação	161
Quadro	119	Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2011	161
Quadro	120	Relação dos Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ	162
Quadro	121	Estrutura de Controles Internos da UJ	166
Quadro	122	Relatório de Auditoria Interna	167

## Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab no Estado do Pará (Sureg-PA) ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14, 15 e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-Pa, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

No que tange à estrutura do presente Relatório, especificamente quanto ao item 5 e seus subitens 5.2 e 5.3, que tratam da Articulação e Organização do Abastecimento, previsto no Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 108/2010 parte D, deixaram de ser relacionados em razão dessa Ação não ter sido desenvolvida no âmbito da Sureg Pará no exercício sob análise.

Da mesma forma os subitens 3.3, 4.3, 6.4 e 7.4 relativos aos Principais Indicadores de Desempenho, também previstos na DN TCU n.º 108/2010, não foram apresentados neste relatório, em função de estarem em fase de estudo e análise para serem elaborados no âmbito de nossa Matriz - UJ 135100, os quais deverão ser estendidos às Sureg's, após devidamente aprovados.



Este Relatório procura enfatizar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela CONAB, no âmbito da SUREG-PA, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

**José Americo Boução Viana**  
Superintendência Regional do Pará  
Superintendente

## 1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

### 1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

#### 1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

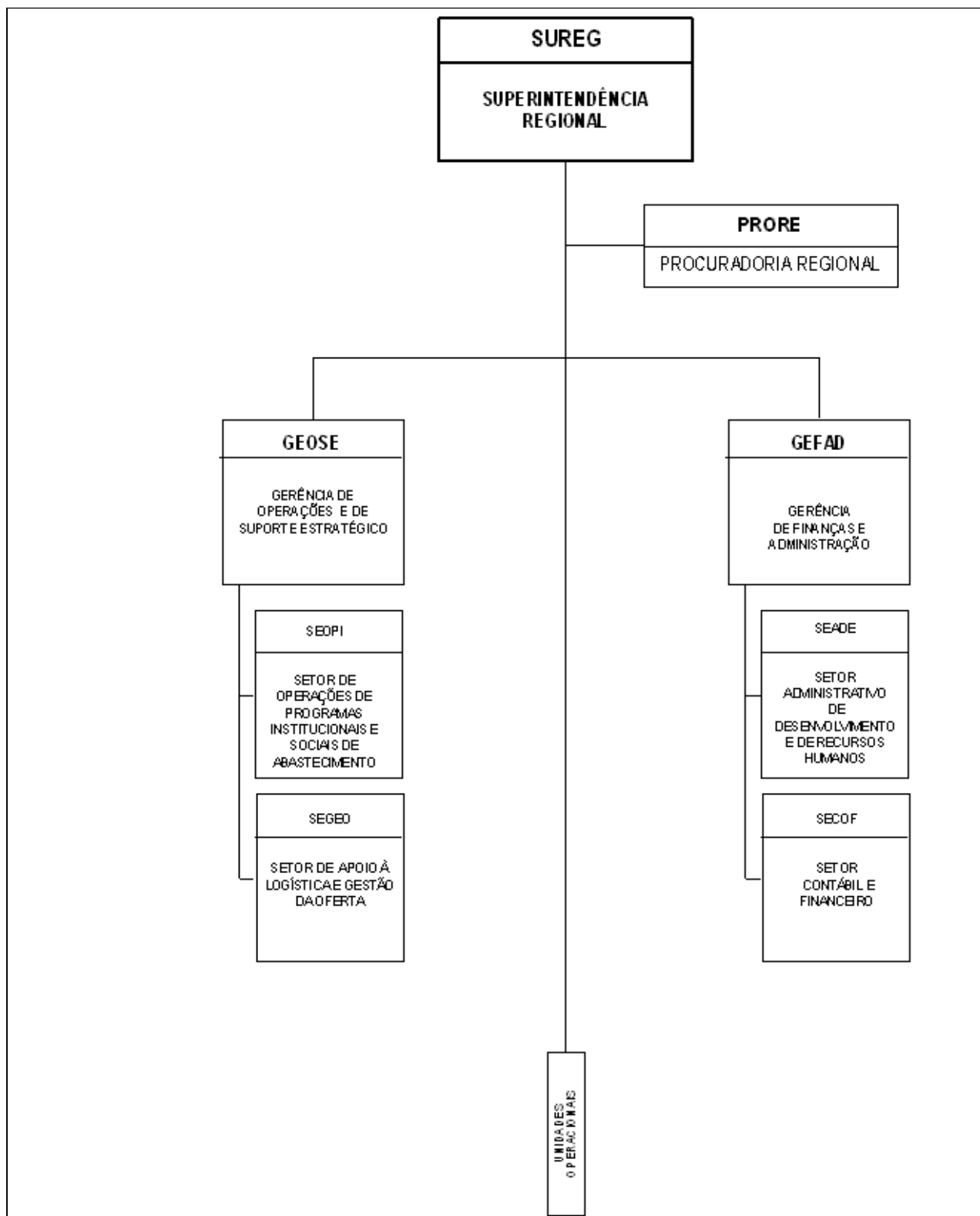
#### Quadro 001 - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
<b>Poder:</b> EXECUTIVO		
<b>Órgão de Vinculação:</b> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		<b>Código SIORG:</b> 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa:</b> COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		
<b>Denominação abreviada:</b> CONAB		
<b>Código SIORG:</b> 087379	<b>Código LOA:</b> NÃO SE APLICA	<b>Código SIAFI:</b> 135242
<b>Situação:</b> EM FUNCIONAMENTO		
<b>Natureza Jurídica:</b> EMPRESA PÚBLICA		
<b>Principal Atividade:</b> ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b> 3218.(91) 3218.3600 3637 – 3225.4889		
<b>Endereço Eletrônico:</b> pa.secof@conab.gov.br		
<b>Página da Internet:</b> www.conab.gov.br		
<b>Endereço Postal:</b> Rua Joaquim Nabuco, nº 23, bairro de Nazaré – Belém – Pará – CEP: 66.055-300		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.407, de 25/03/2008		
A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, foi constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. <b>é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</b> O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990.		
A Superintendência Regional do Pará – SUREG-PA é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia em sua 62ª Reunião Ordinária realizada em 08 de maio de 1998.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Decreto nº 3.855, de 03/07/2001 e Lei nº 9.973, de 29/05/2000.		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
MOC, NOC, Regulamento de Pessoal e Regimento Interno		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135242	SEDE SUREG PARÁ	SUREG PAPÁ

135243	Unidade Estoque Estratégico Pará	Estoque Estratégico
135244	Unidade PGPM PARÁ	PGPM PARÁ
135245	Unidade Armazenadora de Ananindeua	UA ANANINDEUA
135393	Unidade Armazenadora de Santarém	UA SANTARÉM
135434	Unidade Mercado de Opções PARÁ	MO PARÁ
135532	Unidade Armazenadora de Marabá	UA MARABÁ
135546	Unidade PAA PARÁ	PAA PARÁ
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	
22211	Companhia nacional de Abastecimento	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>
SEDE SUREG PARÁ		<b>22211</b>
Unidade Estoque Estratégico Pará		
Unidade PGPM PARÁ		
Unidade Armazenadora de Ananindeua		
Unidade Armazenadora de Santarém		
Unidade Mercado de Opções Pará		
Unidade Armazenadora de Marabá		
Unidade PAA PARÁ		

## 1.1.2 – Estrutura Organizacional

Figura 001 – Estrutura Organizacional



Fonte: Conab

### 1.1.2.1 – Descrição da Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da Sureg Pará é composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

I – Superintendência Regional – **SUREG**

II - Procuradoria Regional - **PRORE**

III – Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - **GEOSE**

a) Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - **SEOPI**

b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - **SEGEO**

IV – Gerência de Finanças e Administração - **GEFAD**

a) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - **SEADE**

c) Setor Contábil e Financeiro – **SECOF**

V – Unidades Operacionais

a) Unidades Armazenadoras – **UA's**

### 1.1.3 – Relação dos Principais Responsáveis

**Quadro 002 – Relação dos Principais Responsáveis**

NOME DO GESTOR	FUNÇÃO	DATA DA DESIGNAÇÃO
JOSÉ AMERICO BOUÇÃO VIANA	Superintendente Regional	19/02/2003
ALDA MARIA PESSOA RIBEIRO DA SILVA	Superintendente Substituta	20/03/2003
ROSANNA DE ANGELIS VALLINOTO COSTA	Gerente Financeira/Administrativa	10/12/2001
EDUARDO DA SILVA CORDEIRO	Gerente Financ Adm. Substituto	05/01/2004
KARINA LADEIRA GUERREIRO VILAR DE MELO	Gerente Operações e Suporte Estratégico	01/12/2007
CINCINATO MARCELINO J. DE SOUZA CLEMENTE	Gerente da UA Ananindeua	24/06/2003
PAULO SÉRGIO PERES DE SOUZA	Gerente da UA Marabá	06/12/2005
FRANCISCO XAVIER DE B. TELLES NETO	Gerente da UA Santarém	12/01/2010

Fonte: SIAFI



## **1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos**

### **1.2.1 – Planejamento Estratégico**

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

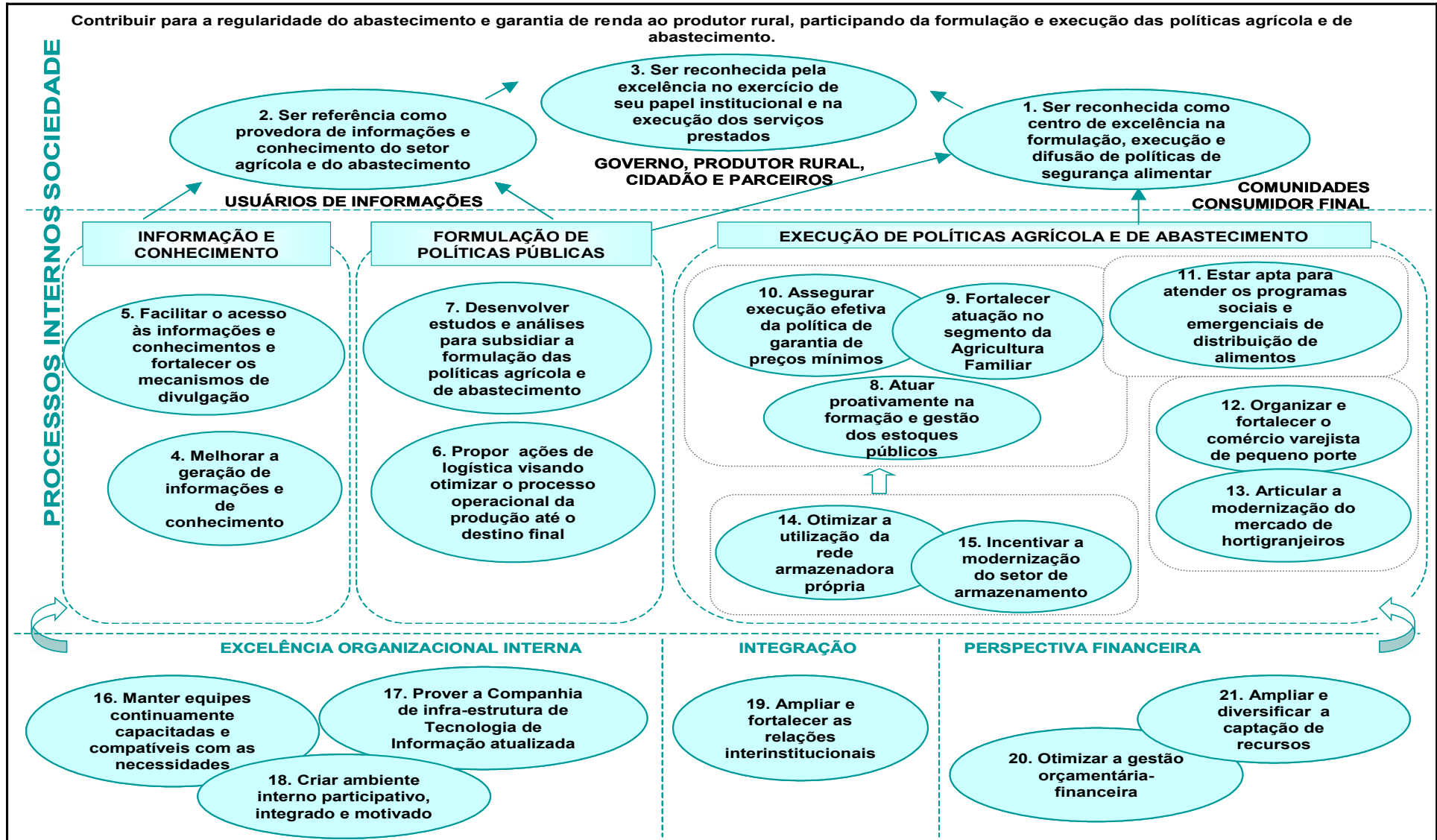
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura 002– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

## **1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos**

### **1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda**

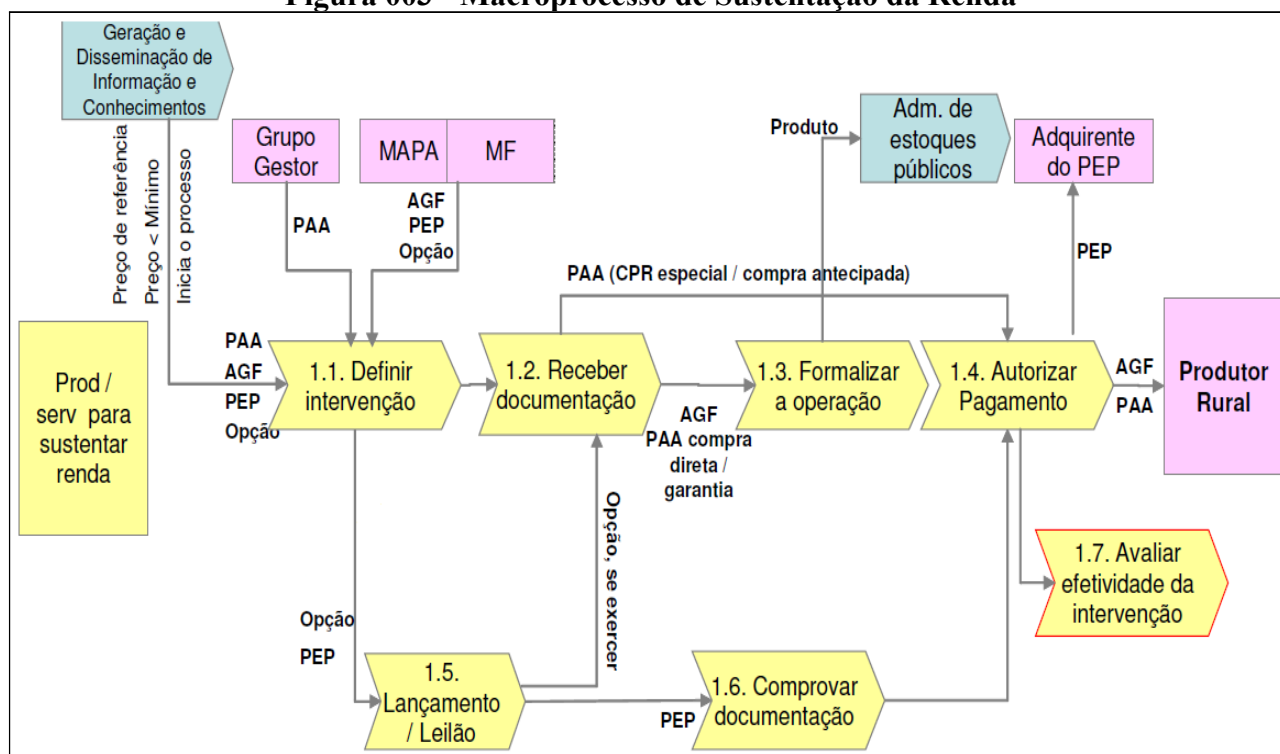
Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo

à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

**Público-alvo:** produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

**Figura 003 - Macroprocesso de Sustentação da Renda**



Fonte: Conab

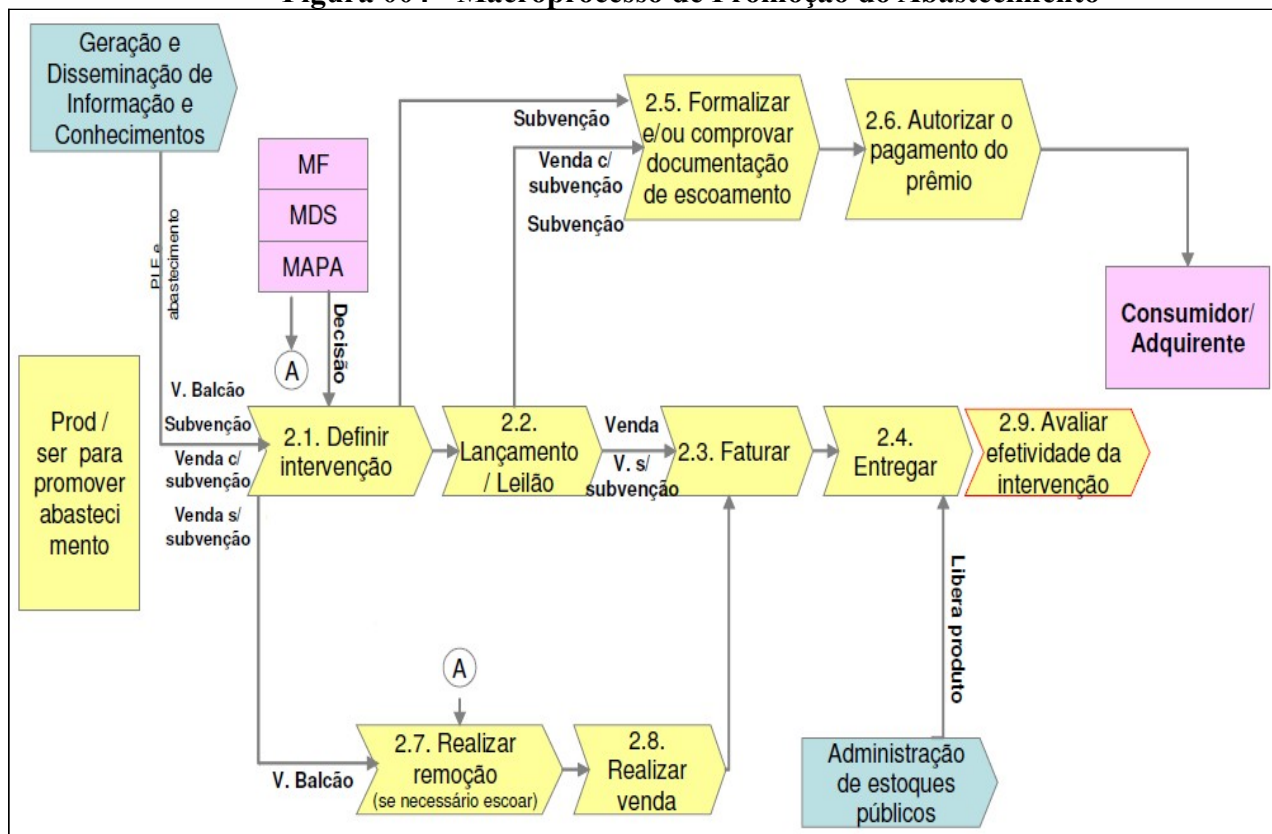
### 1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

**Público-alvo:** consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

**Figura 004 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**



Fonte: Conab

### 1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

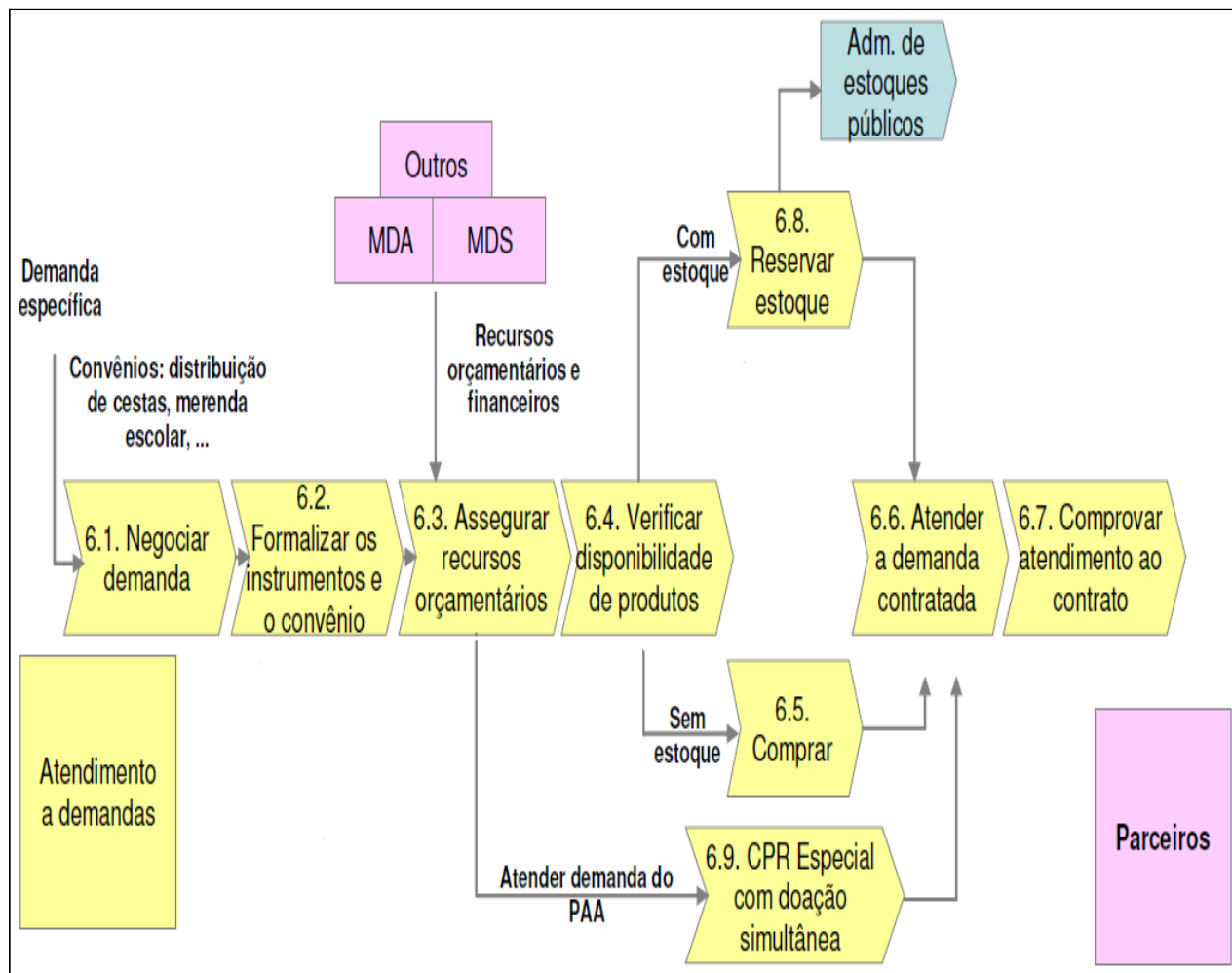
**Público-alvo:** Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

**Família de Produtos e Serviços:** Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.





**Figura 006 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**



Fonte: Conab

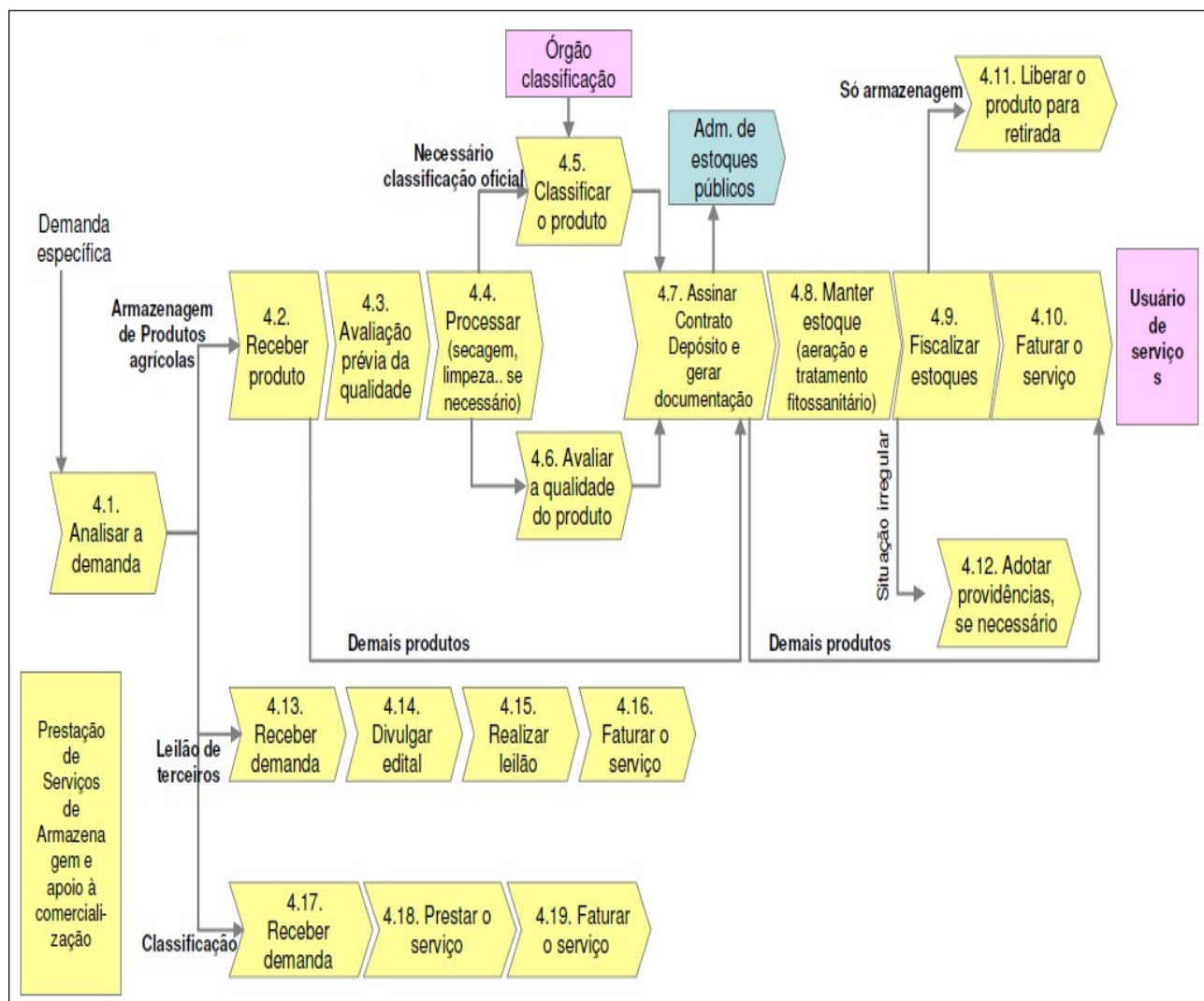
#### 1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

**Público-alvo:** União, sociedade, setor privado.

**Família de Produtos e Serviços:** Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

**Figura 007 - Macroprocesso de Prestação de Serviços**

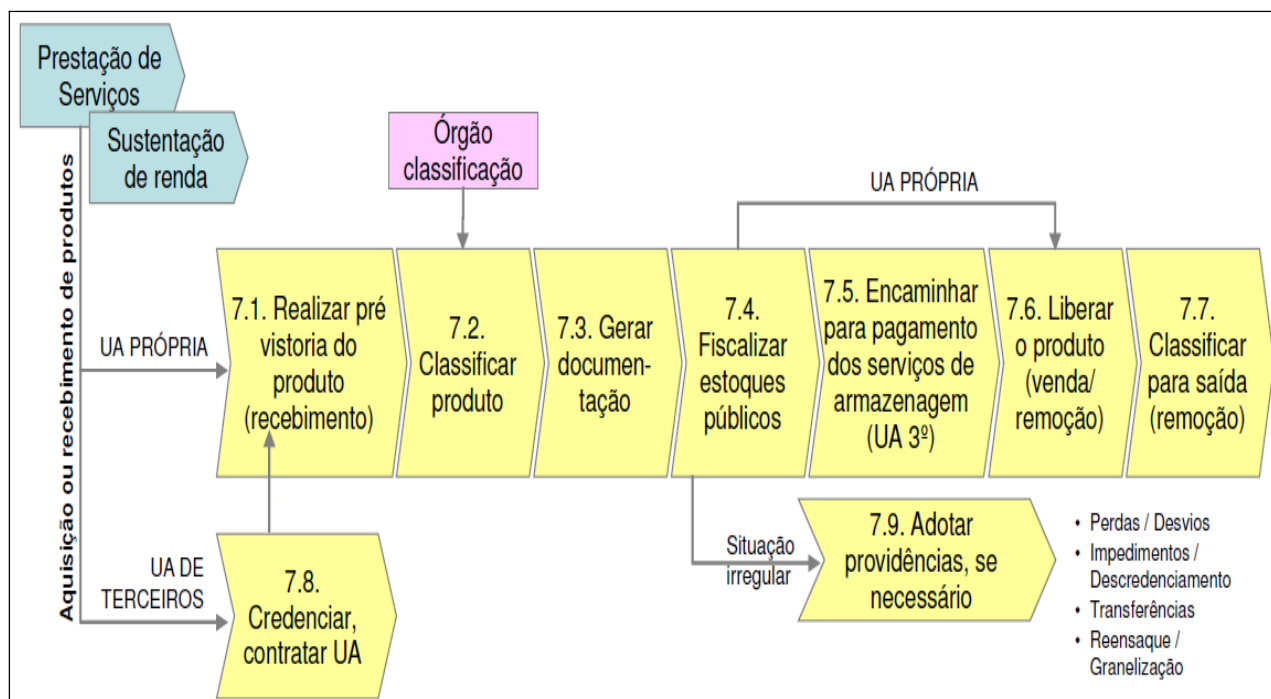


Fonte: Conab

### 1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

**Figura 008 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**



Fonte: Conab

### 1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

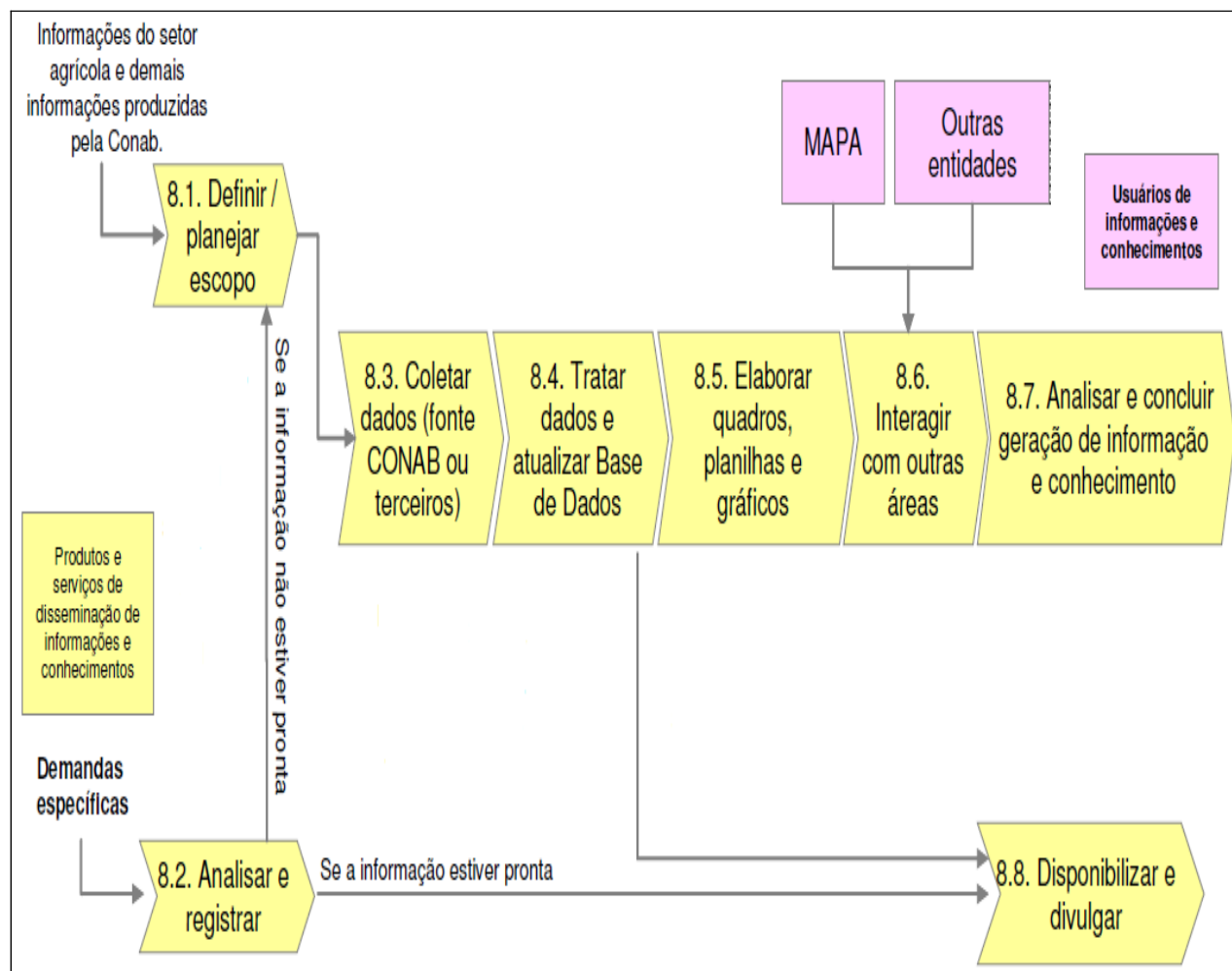
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

**Público-alvo:** governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

**Família de Produtos e Serviços:** estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

**Figura 009 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**



Fonte: Conab

### 1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Em 2007, a alta direção da Companhia identificou a necessidade de ajustes no Planejamento Estratégico e designou assessores para sua revisão, desconstituindo os grupos então formados para seu desenvolvimento e acompanhamento.

Através do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, a Companhia foi alertada acerca da necessidade de retomada do Planejamento Estratégico, de modo a minimizar os riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Os resultados do do novo grupo trabalho recém constituído ainda não foram

apresentados, motivo pelo qual deixamos de relacionar os principais resultados estratégicos previstos.

## **2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO**

### **2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão**

A Sureg-Pará não teve grandes avanços no exercício de 2011 para o desenvolvimento de suas atividades, especialmente na melhoria da estrutura física e na qualificação de pessoal.

O prédio próprio da Conab em Belém (PA), onde funciona a Sede Regional, foi reformado em 2007, aumentando o espaço físico para 840 m<sup>2</sup>, composto com 4 pavimentos, dotado de elevador e rampas de acesso, de forma a permitir a circulação dos deficientes físicos em todas as áreas internas e externas do imóvel.

Essa nova estrutura física possibilitou melhores condições de trabalho aos empregados e ao público externo, além de redução de custos com o pagamento de aluguel que vinha onerando a Regional desde 1990, quando a companhia foi criada.

Entretanto, desde a reforma, o prédio não sofreu qualquer manutenção e adequação aos ambiente, de acordo com a movimentação de pessoal, desenvolvimento de novas atividades e instalação de novos equipamentos.

As restrições orçamentárias impostas à Companhia por força da Resolução nº03, de 05.04.2011 inviabilizaram o andamento de qualquer ação de melhoria ou adequação, já que só em custeio a redução aplicada para a Sureg-PA foi de 28% em relação aos gastos do exercício de 2010.

Esse limite de gastos imposto foi inviável de ser cumprido, sob pena de pararmos as atividades da Regional, por já se trabalhar com racionalidade dentro das necessidades funcionais. Mesmo assim, contou-se com a colaboração e esforço máximo do corpo funcional, obtendo-se uma redução do custeio de 23,45%, porém com medidas e justificativas expostas à Diretoria através da CI-SUREG/PA nº282, de 19.05.2011.

Nesse período administrou-se 11 contratos de serviços e realizou-se 20 compras de material e 33 serviços de através de cotações eletrônicas, com emissão de Ordens de Compra e de Serviço, respectivamente, mesmo com a redução de 01 empregado do Setor Administrativo por licença benefício.

A Regional do Pará tem sob a sua jurisdição 03 Unidades Armazenadoras – UA's, localizadas em Ananindeua, Marabá e Santarém, as quais necessitam de constantes reformas e manutenção, por se tratarem de construções antigas, com mais de 30 anos, e com consequentes deteriorações pela ação do tempo. Essas Unidades apresentam problemas crônicos na cobertura e isolamentos de paredes, chegando a tornar desaconselhável o armazenamento em determinados períodos (época de chuvas).

A falta de recursos para investimentos atingiu também essa área postegando as ações para atender os requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que teve o início da vigência estabelecido para 31/12/2009.

As ações da CONAB no Estado do Pará, têm gerado volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional, especialmente para suportar as diversas atividades que são repassadas para o cumprimento das metas operacionais e programas especiais e sociais. O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 74 empregados, dos quais 02 ocupantes de cargos de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG e 03 de Auxiliar Administrativo-AAD,



encontram-se cedidos a outros órgãos nos municípios em que residem.

Após mais de 10 anos sem contratação, em 2004 e 2005, a CONAB realizou concurso público para a contratação de profissionais de nível superior, de forma a equacionar questões de recursos humanos. No entanto, os profissionais contratados não foram suficientes para suprir todas as áreas. Nesse sentido a Gerência Financeira e Administrativa da Sureg Pará foi a mais prejudicada por não ter sido contemplada com nenhum concursado e ainda sofrer redução no quadro, por demissão, transferência ou licenças médicas.

Além dessa condição, agrava-se o problema da área meio por ser, em sua maioria, formada por Auxiliares Administrativos – AAD, muitos anistiados sem grandes conhecimentos das atividades pelo longo tempo ausente no mercado de trabalho, além da faixa etária apta para aposentar ou já nessa situação.

Nesse sentido, o corpo funcional da da Sureg Pará está envelhecido, com 67,57% do contingente na faixa etária entre 51 a 65 anos, e com 18,92 % em atual condição de aposentadoria. Em que pese o favorecimento pelo grande conhecimento técnico e funcional que estes empregados detêm, é indispensável a inclusão de novos valores para tornar as atividades mais eficientes e eficazes com a mistura da técnica e experiência.

Por outro lado, na forma atualmente composta, a estrutura organizacional da SUREG-PA é insuficiente para gerir as mais diversas e complexas atividades da Companhia, restritas as responsabilidades de 01 Superintendente, 01 Procurador Regional, 02 Gerentes de Área, 04 Encarregados de Setores e 03 Gerentes de Armazém.

A ausência de setores específicos, com gestores de área para melhor dividir as ações e responsabilidades, comprometem a eficiência dos trabalhos, reduzindo a sua eficácia, especialmente quando os assuntos são técnicos como os inerentes aos tributos, pela sua complexidade e legislação extensa, além das frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, como o administrativo, cuja situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoxxarifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Nesse mesmo segmento encontram-se as atividades operacionais, acumuladas em uma única gerência para desenvolver todos os instrumentos e programas da Companhia: PGPM, PAA, PROVB, cadastramentos, fiscalizações, operações do FOME ZERO, pesquisas de preços, conjunturas de mercado, levantamentos de safra, custo de produção, além das atividades extras rotineiras demandas por projetos especiais, de divulgação e sensibilização de parceiros e da sociedade, pela atuação da CONAB junto ao Governo Federal como braço executor de vários Ministérios.

Desta forma, faz-se importante completar a estrutura da Sureg- Pará como nas demais Regionais da CONAB de nível I, com implantação da GEDES-Gerência de Desenvolvimento Social com o SEDEM-Sector de Desenvolvimento Empresarial; mais 02 Setores para a Gerência de Operações – GEOPE, com o SECOM-Sector de Operações Comerciais e o SEPAB- Sector de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento; e o SEREH-Sector de Recursos Humanos na GE-FAD-Gerência de Finanças e Administração.

Além da reestrutura física, torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro da Sureg Pará, tais como: intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratar novos empregados dentro do perfil profissional de cada área; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas; plano de desligamento incentivado, sem limite de prazo e de forma escalonado para permitir a transferência de conhecimento aos novos contratados, além da criação de novas funções comissionadas a exemplo de Gerências e Setores para melhor distribuição das tarefas e responsabilidades.



## 2.2 – Análise Sobre o Ambiente de Negócios

As unidades armazenadoras sob a jurisdição da SUREG-PA tem demonstrado nos últimos anos uma participação efetiva e importante no que diz respeito à guarda e a conservação de produtos agrícolas oriundos dos programas relacionados à política agrícola e social do governo, adotando as medidas necessárias para a melhoria dos serviços de armazenagem, sob a orientação da Matriz. Um grande avanço, já em fase efetiva de funcionamento, foram os investimentos na informatização das unidades armazenadoras, com a implantação do Sistema Aplicado de Armazenagem de Grãos (SAAGRA), que permite o processamento e a emissão dos documentos e livros fiscais eletronicamente, gerando precisão e economicidade de tempo na gestão interna de informações e na prestação de serviços de forma mais ágil e confiável, melhorando a satisfação do cliente interno e externo da CONAB.

Dentre os clientes que demandam os serviços de armazenagem da CONAB, a Secretaria de Estado de Educação do Pará ocupa um espaço considerável para armazenagem na Unidade Armazenadora de Ananindeua, principalmente, de produtos destinados à merenda escolar, contribuindo de modo importante na logística de distribuição ao público alvo daquela Secretaria, sendo esta a maior fonte de receita oriunda dos serviços de armazenagem oferecidos.

No âmbito da sede, a implantação do sistema de faturamento x-FAC proporcionou maior agilidade para a liberação de produtos aos beneficiários dos programas sociais do governo, bem como, a melhoria com relação à racionalização do procedimentos operacionais.

Além disso, a SUREG-PA interage permanentemente com as diversas entidades de interesse público comprometidas com a área de abastecimento social, principalmente quando desenvolve a ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. Esta é uma ação governamental que visa garantir de forma regular alimentos às famílias que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, comunidade de terreiros e comunidades de pescadoras artesanais, e também as vítimas de desastres naturais, atendidas pela Defesa Civil.

Para viabilizar essa distribuição de alimentos, é efetivada a aquisição dos produtos por meio de leilões públicos e realizada a movimentação de estoques para a composição das cestas de alimentos, por intermédio da Matriz, ficando a Superintendência Regional responsável pelo acompanhamento do recebimento, controle da qualidade, guarda e conservação, mobilização junto aos parceiros na ação, e liberação dos estoques, havendo em algumas situações a contratação de transporte para envio das cestas aos beneficiários finais.

Por outro lado, sendo reconhecida a dificuldade dos empreendimentos de pequeno porte em suprir suas demandas de produtos necessários às suas atividades econômicas, agravada pela falta de acesso, em vista de sua escala operacional ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos leilões públicos, é operacionalizado o Programa de Vendas em Balcão, que tem assegurado o acesso a insumos, no caso o milho em grãos, necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente de avicultores e bovinicultores da região.

Um importante mecanismo de sustentação aos preços de produtos agrícolas, o Programa de Aquisição de Alimentos vem favorecendo o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, ao tempo em que promove a segurança alimentar e nutricional do público envolvido. O maior número de operações acompanhadas pela SUREG-PA é na modalidade de compra com doação simultânea.

Com relação ao mercado da sociobiodiversidade, a SUREG-PA atuou na concessão de subvenção econômica a extrativistas de borracha da região do Baixo Tocantins e Transamazônica, havendo a previsão para expandir esta ação à região do Marajó em 2012.

Visando a adequada gestão dos estoques públicos por parte da CONAB, a

SUREG-PA tem mantido a sua atuação na fiscalização dos estoques e das operações de sustentação e garantia de preços na comercialização de produtos agrícolas, apesar de não possuir um quadro de fiscais exclusivo para essa ação, visto que os mesmos desenvolvem outras ações de forma concomitante.

A SUREG-PA desenvolve ainda ações voltadas à Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar – PGPAF, que exerce um papel estratégico na política de apoio à agricultura familiar, e conseqüentemente, nas decisões do produtor sobre o plantio, atenuando as oscilações de preços que são uma característica do mercado agrícola. Para isso, são feitas pesquisas periódicas de preços a nível de produtor, para que a média dos preços regionais esteja o mais próximo possível da realidade, impulsionando a economia rural. Também são realizados os levantamentos de safras, divulgando as estimativas de área plantada e produção agrícola dos principais produtos da cesta básica. O levantamento de custos de produção fornecem o embasamento para os estudos de fixação de preços mínimos e de referencia para a agricultura familiar.

### **3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA**

#### **3.1 - Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM**

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando

produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

### 3.2 - Intervenções Governamentais Realizadas em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por 37 produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão, conforme detalhado a seguir.

A agricultura paraense se destaca pela produção de culturas alimentares de ciclo curto, principalmente arroz, feijão, milho e mandioca, praticada nas regiões de várzea onde os solos são mais ricos, e desenvolvida por pequenos produtores assentados pelos programas de colonização e assentamento implementados pelos governos estadual e federal. Os cultivos são, normalmente, feitos de forma consorciadas ou de rotação, com baixo padrão tecnológico, sendo ainda bastante frequente a agricultura itinerante. Segundo dados do IBGE a agricultura em pequenas propriedades corresponde a 88% da produção estadual de mandioca, 73% do feijão, 67% do milho, 54% do arroz, 46% do café e 41% do cacau. O excedente da produção agrícola das pequenas propriedades é destinado ao abastecimento de centros urbanos, constituindo em um grande mercado para a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Em função do volume de produção ser inferior à demanda não formando excedentes comercializáveis e dos preços recebidos pelos produtores serem superiores aos preços mínimos fixados pelo Governo não houve demanda por intervenções por parte da Conab em 2011.

### 3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

• **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

• **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

### a) Abrangência de Atuação do PAA

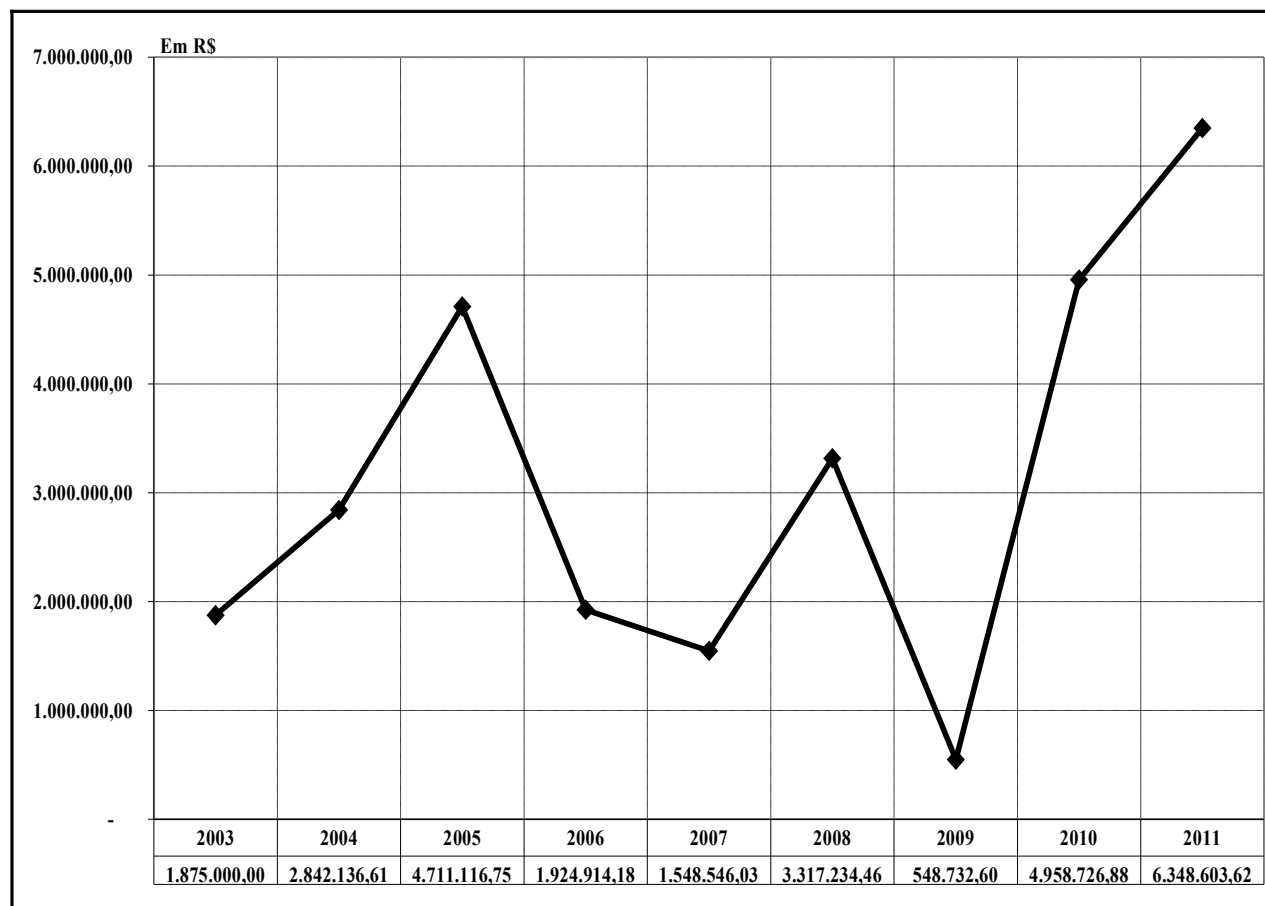
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 751 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 1.610 famílias, com a aquisição de 2.988 toneladas de diversos produtos alimentícios

### b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. Em 2011 foram aplicados pela SUREG-PA R\$6.348.603,62, sendo este montante 21,89% a maior em relação ao ano anterior, devido principalmente aos projetos renovados por organizações já com experiência no PAA e novas organizações participantes, em sua maioria da Mesoregião Nordeste e do Marajó. A figura, a seguir, apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Conab – SUREG-PA, no período de 2003 a 2011.

**Figura 010 – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PA**



Fonte: Supaf/Gecaf

### c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, não foram realizadas aquisições por meio da CDAF tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 93 toneladas de castanha de caju e polpa de açaí, atendendo a 68 produtores familiares, com recursos provenientes do MDA, na ordem de R\$ 267.491,00, conforme detalhado no próximo quadro.

**Quadro 003 – Aquisições por Meio da CPR-Estoque**

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
PA		Castanha de caju	-	-	-	15,00	56,00	67.500,00
		Polpa de açaí	-	-	-	53,00	37,00	199.991,00
		-	-	-	-	68,00	93,00	267.491,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CDAF foram doados a 17.722 instituições sociais, beneficiando 16.290.738 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.



### Quadro 004 – Aquisições por Meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
PA	40		1.542	2.895	6.081.112,62	386	1.588.391
<b>Total</b>			<b>1.542</b>	<b>2.895</b>	<b>6.081.112,62</b>	<b>386</b>	<b>1.588.391</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

### 3.2.2 – Subvenções do Governo Federal

#### a) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período a Sureg-PA pagou subvenção a 121 extrativistas de borracha, no total de R\$ 200.843,60, correspondente a 153.966 Kg.

### 3.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Os Indicadores de desempenho não foram apresentados neste relatório, em função de estarem em fase de estudo e análise para serem elaborados no âmbito de nossa Matriz - UJ 135100, os quais deverão ser estendidos às Sureg's, após devidamente aprovados.

## 4 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 4.1 - Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são



identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública

pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

## **4.2 - Ações Desenvolvidas**

### **4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM**

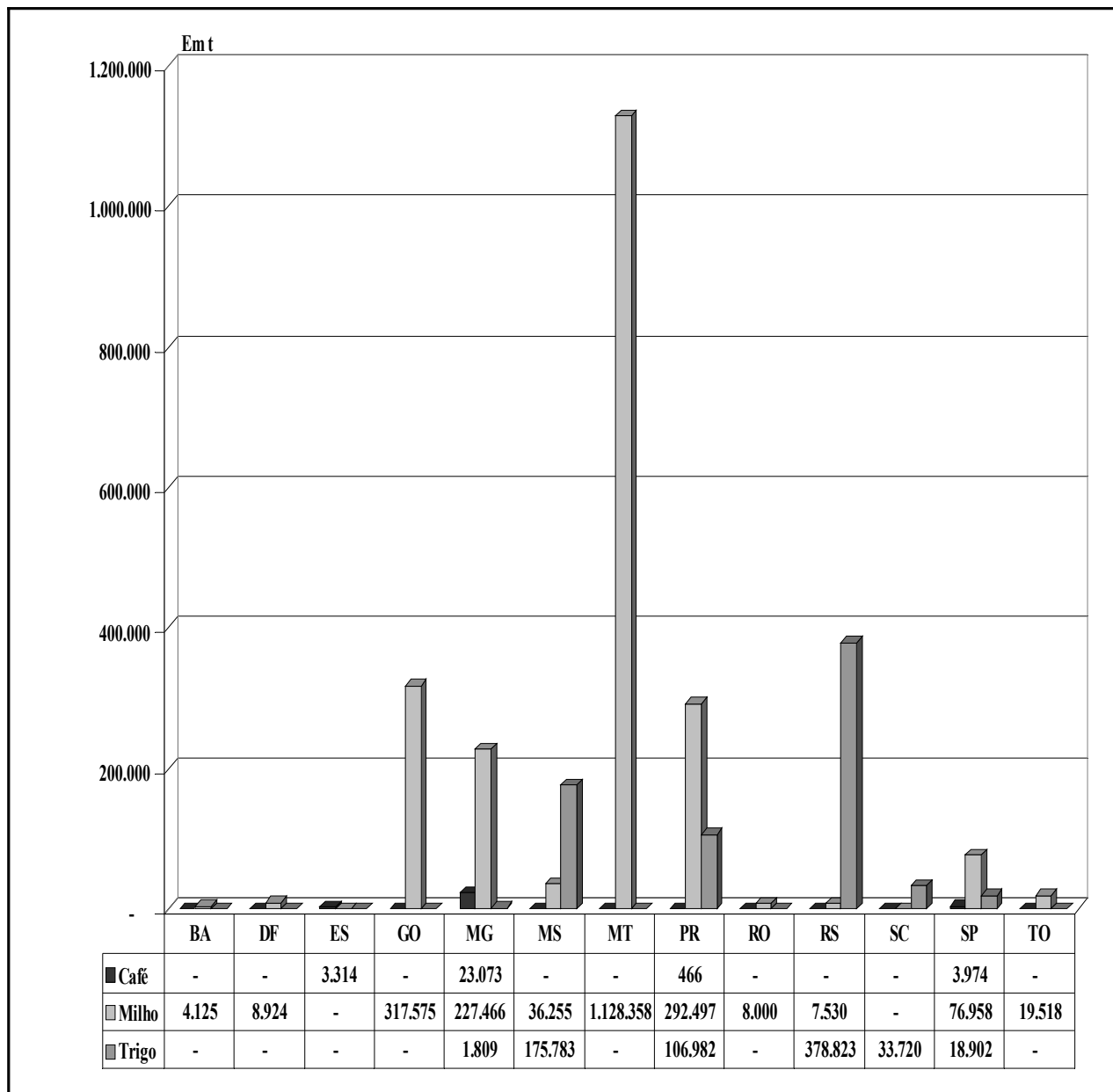
#### **a) Vendas em Leilões Públicos**

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

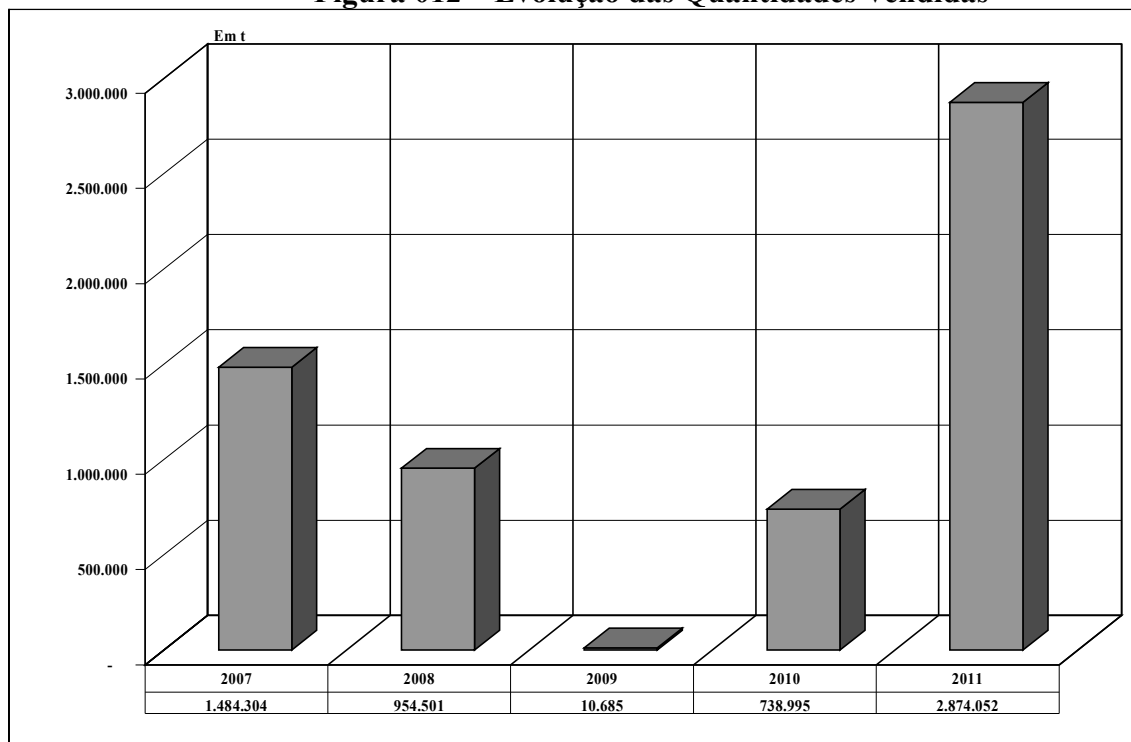
**Figura 011 - Vendas em Leilões Públicos**



Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais commodities atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

**Figura 012 – Evolução das Quantidades Vendidas**



Fonte: Suope/Gecom

## b) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com

o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

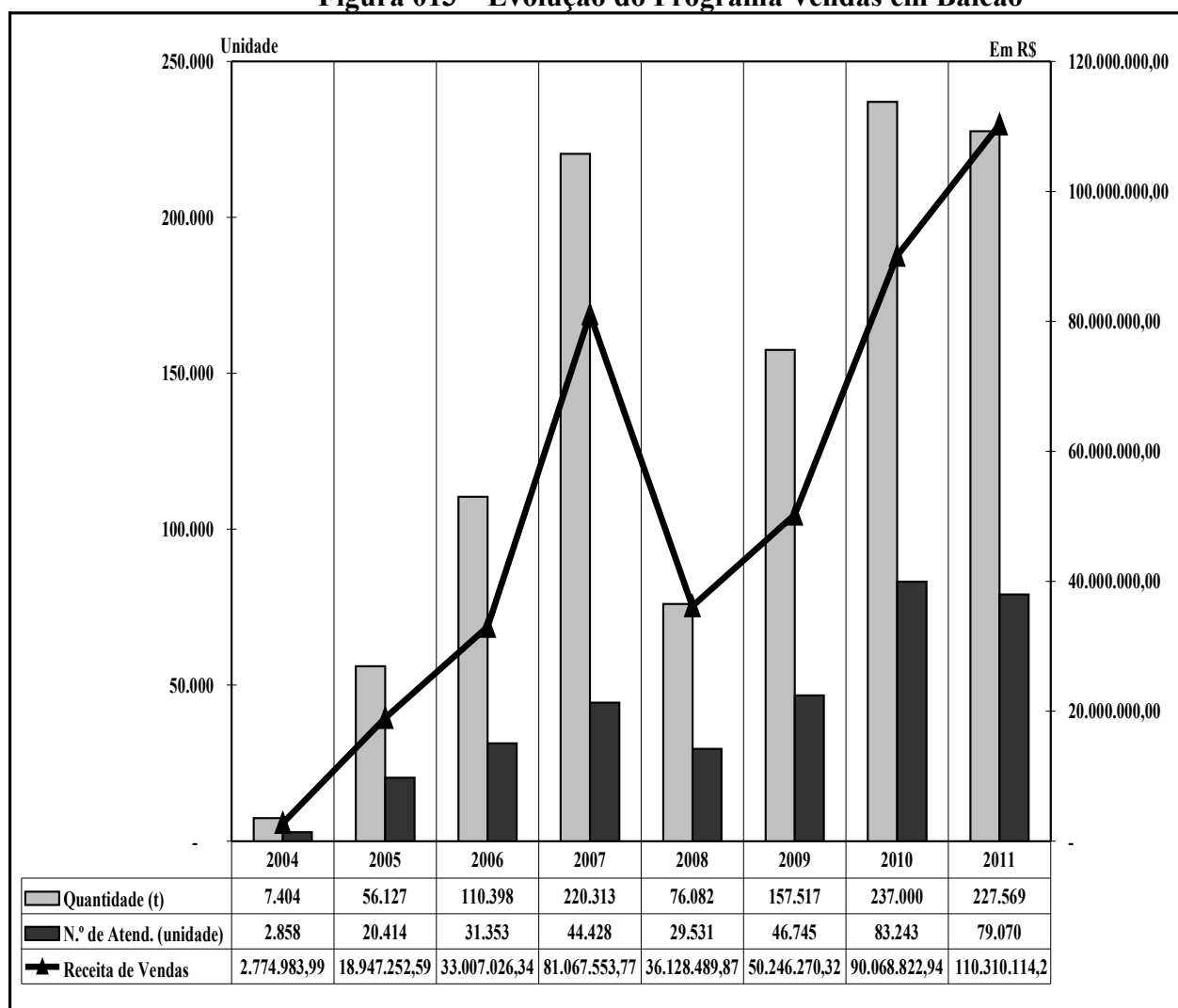
As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e

à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

No Estado do Pará foram vendidas 1.178 toneladas de milho, vinculadas aos estoques da PGPM e Contrato de Opção, atingindo o montante de R\$ 637.734,89, sendo realizados 124 atendimentos para clientes de 17 municípios.

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

**Figura 013 – Evolução do Programa Vendas em Balcão**



Fonte: Supab/Gepab

## 4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios

### a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

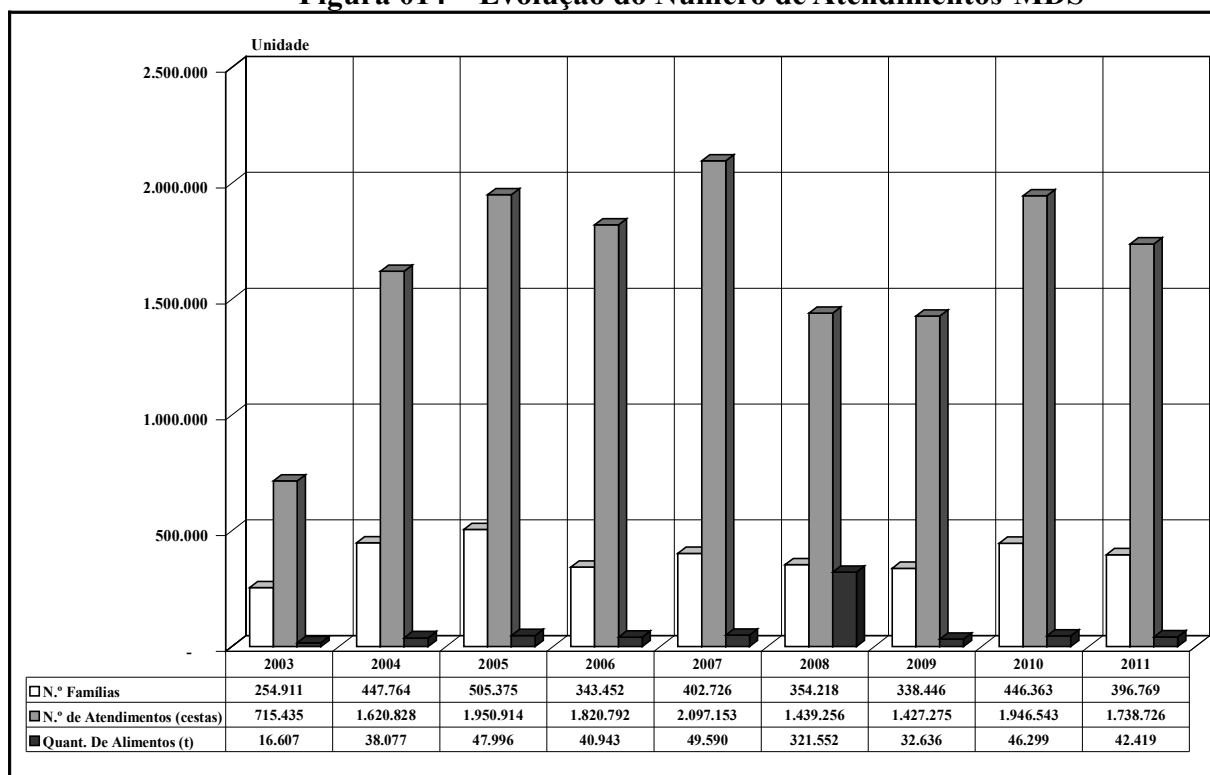
A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na abaixo.

**Figura 014 – Evolução do Número de Atendimentos-MDS**



Fonte: Supab/Gepab



Especificamente em nosso Estado, foram feitos 130.085 atendimentos, com distribuição de 2.822 toneladas de alimentos, beneficiando 28.682 famílias. O quadro a seguir descreve o atendimento por grupo de beneficiários realizado pela SUREG-PA em 2011.

### Quadro 005 – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS

UF	Atendimentos Efetuados																		Total Geral					
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas						Pescadores Artesanais		
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
PA	20.576	82.476	1.797	2.335	15.729	337	1.100	7.850	175	200	1.568	41	2.410	14.460	304	1.261	6.230	134	800	1.772	34	28.682	130.085	2.822
<b>Total</b>	<b>20.576</b>	<b>82.476</b>	<b>1.797</b>	<b>2.335</b>	<b>15.729</b>	<b>337</b>	<b>1.100</b>	<b>7.850</b>	<b>175</b>	<b>200</b>	<b>1.568</b>	<b>41</b>	<b>2.410</b>	<b>14.460</b>	<b>304</b>	<b>1.261</b>	<b>6.230</b>	<b>134</b>	<b>800</b>	<b>1.772</b>	<b>34</b>	<b>28.682</b>	<b>130.085</b>	<b>2.822</b>

Fonte: Supab/Gepab

### b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2011 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos, conforme quadro VI abaixo.

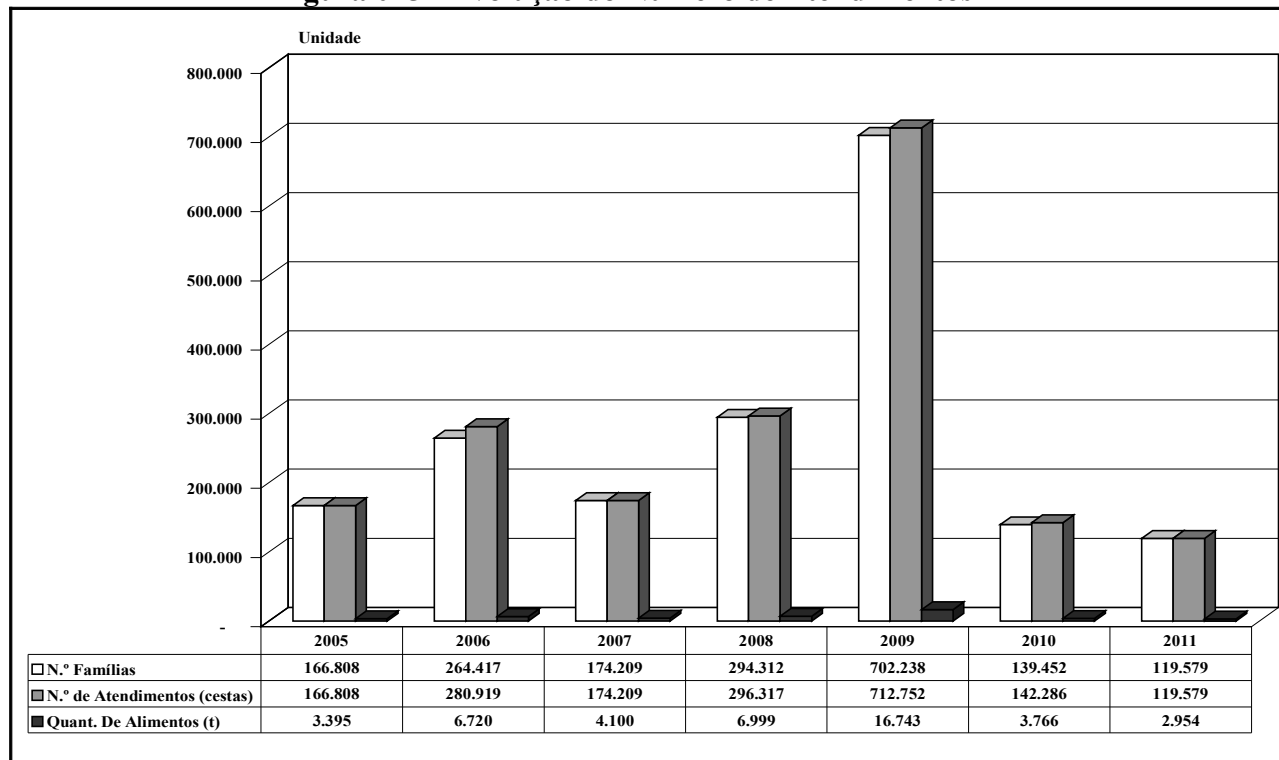
No Pará foram distribuídas 3.540 cestas, sendo 01 (uma) para cada família, equivalendo a 87 toneladas de alimentos distribuídos, em atendimento à demanda da Defesa Civil do Estado do Pará. Em atendimento à Defesa Civil do Estado do Amapá foi efetuado o transporte de 1.460 cestas de alimentos, equivalente a 34 toneladas, com a utilização de recursos na ordem de R\$ 13.939,11.

### Quadro 006 - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral		
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
AL	5.900	5.900	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.900	5.900	132
AM	5.000	5.000	138	-	-	-	-	-	-	-	-	51	5.000	5.000	189
AP	1.460	1.460	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.460	1.460	34
BA	1.500	1.500	35	-	-	-	-	-	-	4.500	4.500	83	6.000	6.000	118
CE	2.000	2.000	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	50
ES	3.000	3.000	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	73
MA	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
MG	1.630	1.630	40	-	-	-	-	-	-	-	-	17	1.630	1.630	57
MS	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
PA	3.540	3.540	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.540	3.540	87
PB	11.000	11.000	267	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.000	11.000	267
PE	11.300	11.300	264	12.642	12.642	274	210	210	5	2.148	2.148	98	26.300	26.300	641
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0	0	8
PR	510	510	10	-	-	-	-	-	-	-	-	3	510	510	13
RJ	7.149	7.149	121	-	-	-	-	-	-	-	-	6	7.149	7.149	127
RN	1.000	1.000	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	24
RR	10.000	10.000	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	200
RS	7.085	7.085	171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.085	7.085	171
SC	21.005	21.005	588	-	-	-	-	-	-	-	-	5	21.005	21.005	593
SE	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
TO	1.000	1.000	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23
<b>Total</b>	<b>100.079</b>	<b>100.079</b>	<b>2.404</b>	<b>12.642</b>	<b>12.642</b>	<b>274</b>	<b>210</b>	<b>210</b>	<b>5</b>	<b>6.648</b>	<b>6.648</b>	<b>271</b>	<b>119.579</b>	<b>119.579</b>	<b>2.954</b>

Fonte: Supab/Gepab

**Figura 015 - Evolução do Número de Atendimentos-MI**



Fonte: Supab/Gepab

### c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.212 toneladas. Desse total o Estado do Pará contribuiu com 886 toneladas, correspondente a 4,18%, sendo 622 toneladas pela Unidade Armazenadora de Ananindeua, 188 toneladas pela Unidade Armazenadora de Marabá e 76 toneladas pela Unidade Armazenadora de Santarém.

### d) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada

de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro 007 – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados

Período: 2004 - 2011

País	Produto (Em t)			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Arroz	Feijão	Milho			
Chade	997	-	-	997	1,15	-
Córea do Norte	-	-	16.470	16.470	18,98	282.000
El Salvador	790	300	-	1.090	1,26	15.500
Equador	280	-	-	280	0,32	-
Etiópia	14.596	500	-	15.096	17,39	296.000
Guatemala	-	1.785	-	1.785	2,06	28.000
Haiti	15.000	9.543	-	24.543	28,28	366.000
Honduras	594	-	-	594	0,68	22.000
Moçambique	4.050	297	-	4.347	5,01	2.000
Nicaraguá	789	1.009	-	1.798	2,07	20.500
Somália	-	13.419	-	13.419	15,46	871.000
Sri Lanka	-	800	-	800	0,92	16.000
Sudão	-	3.537	-	3.537	4,08	22.500
Zimbábue	-	2.037	-	2.037	2,35	13.000
Quênia	-	-	-	-	-	218.000
<b>Total</b>	<b>37.096</b>	<b>33.227</b>	<b>16.470</b>	<b>86.793</b>	<b>100,00</b>	<b>2.172.500</b>

Fonte: Supab/Gepab

Em 2011 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a Sureg-PA.

### 4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Os Indicadores de desempenho não foram apresentados neste relatório, em função de estarem em fase de estudo e análise para serem elaborados no âmbito de nossa Matriz - UJ 135100, os quais deverão ser estendidos às Sureg's, após devidamente aprovados.

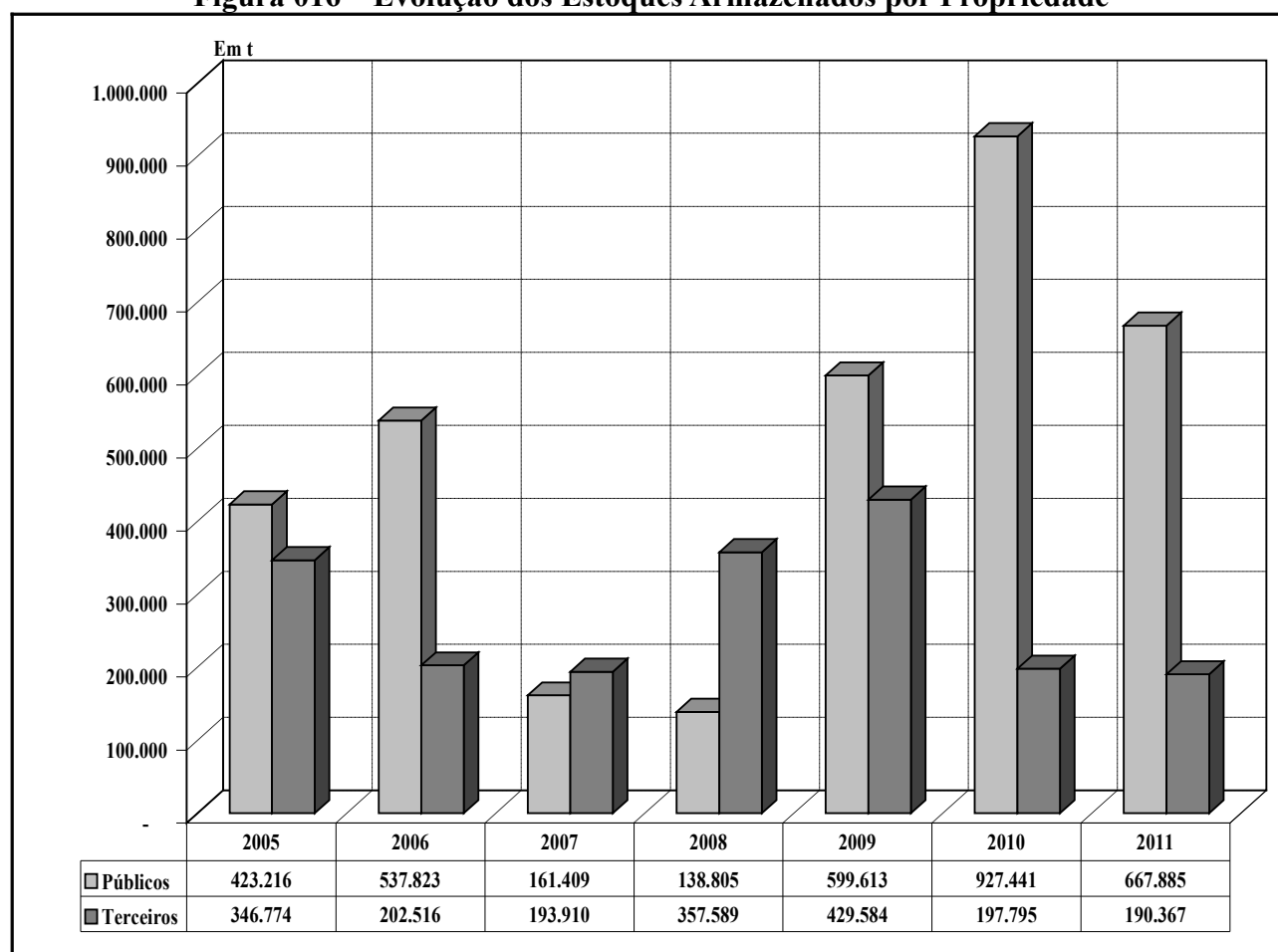
## 5 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 5.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

**Figura 016 – Evolução dos Estoques Armazenados por Propriedade**



Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias da CONAB o total de 118.789.976 toneladas de produtos de terceiros, ao custo de R\$ 171.885.013,34.

Desse montante, 232.573 toneladas, encontravam-se armazenadas nas Unidades Armazenadoras da SUREG PARÁ, ao custo de R\$ 1.388.431,84, conforme descrito no quadro a seguir.

**Quadro 008 – Especificação dos Estoques de Terceiros Armazenados**

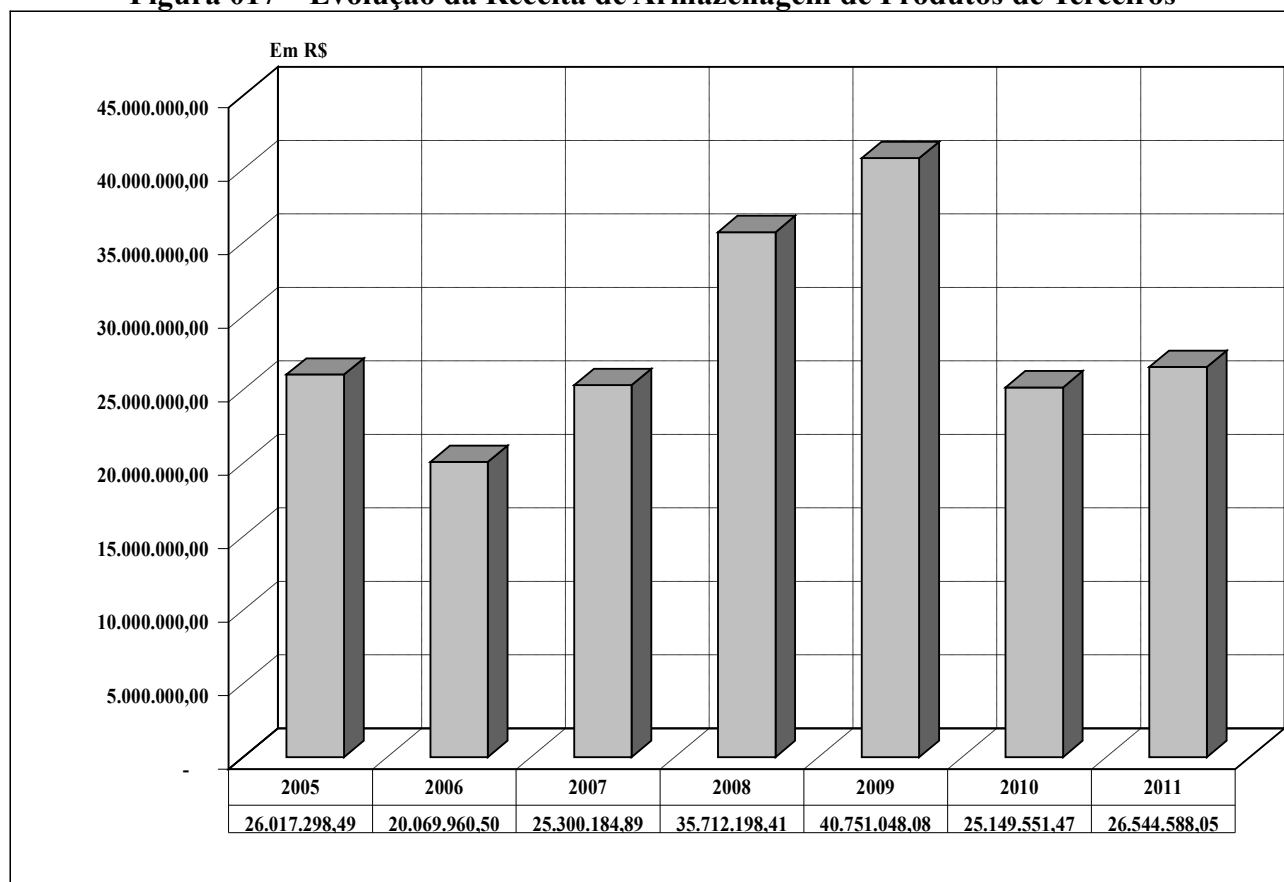
UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
PA	Ananindeua	Cafê	26.800	58.429,50
		Feijão	8.962	46.062,20
		Frutas e derivados	71.694	325.697,97
		Laticínios	30	374,10
		Outros produtos alimentícios	57.493	526.393,72
		Produtos industrializados/Manufaturados	67.594	431.474,35
<b>TOTAL</b>			<b>232.573</b>	<b>1.388.431,84</b>

Fonte: Suarm/Gearm

## 5.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura 017 – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros**



Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

Sob a jurisdição da SUREG-PA, somente a Unidade Armazenadora de Ananindeua tem operado com produtos de terceiros, muito em função da necessidade de órgãos do governo estadual e empresas privadas da região metropolitana de Belém. Em 2011, a receita de armazenagem de terceiros na Sureg-PA foi na ordem de R\$ 194.566,83. Observa-se uma redução de 61,53 % em relação ao ano anterior, devido principalmente à estruturação de algumas empresas para armazenagem própria e à redução da clientela vinculada à Secretaria de Educação no fornecimento da merenda escolar. O quadro abaixo apresenta os valores relativos ao período de 2005 a 2011.

### Quadro 009 – Demonstrativo de Receita de Armazenagem de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/PA	(98,16)	-	(56,58)	976,62	618,65	(618,67)	(23.992,70)
Ananindeua	304.337,36	282.742,40	228.509,00	126.317,27	376.236,19	314.907,37	218.559,53
Marabá		-	-	-	-	-	-
Santarém		-	120,00	-	-	-	-
<b>Total-Sureg</b>	<b>304.239,20</b>	<b>282.742,40</b>	<b>228.572,42</b>	<b>127.293,89</b>	<b>376.854,84</b>	<b>314.288,70</b>	<b>194.566,83</b>

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

### 5.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$26.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

### Quadro 010 – Demonstrativo do Resultado do Exercício

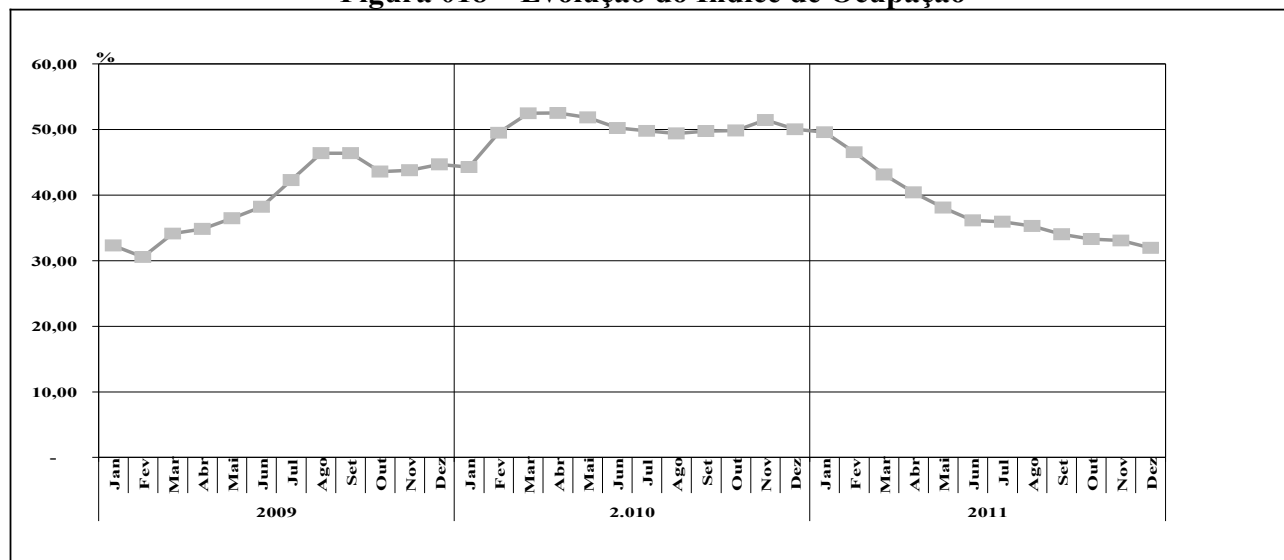
Discriminação	Conab	Total
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>26.547.933,05</b>	<b>26.547.933,05</b>
<b>Receita de Vendas</b>	<b>3.345,00</b>	<b>3.345,00</b>
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
<b>Receita de Serviços</b>	<b>26.544.588,05</b>	<b>26.544.588,05</b>
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	3.164.555,99
<b>=receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>23.383.436,81</b>	<b>23.383.436,81</b>
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
<b>=lucro bruto operacional</b>	<b>23.383.449,12</b>	<b>23.383.449,12</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>1.070.814.494,39</b>	<b>1.070.814.494,39</b>
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>1.072.837.610,52</b>	<b>1.072.837.610,52</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>21.175.277,13</b>	<b>21.175.277,13</b>
<b>Resultado</b>	<b>46.581.842,38</b>	<b>46.581.842,38</b>

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.



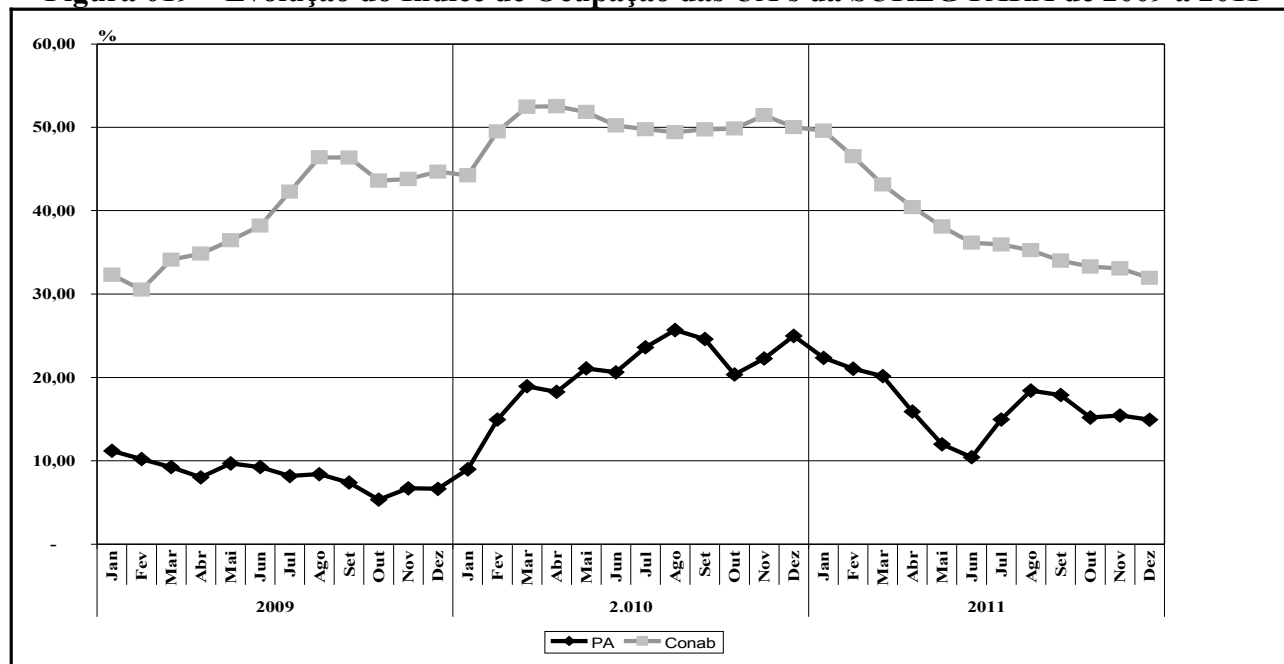
**Figura 018 – Evolução do Índice de Ocupação**



Fonte: Suarm/Gearn

As Unidades Armazenadoras da SUREG-PA no exercício de 2011 apresentaram uma queda no índice de ocupação no primeiro semestre, principalmente em função da retirada dos produtos destinados à composição das cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, sendo que no segundo semestre, com o recebimento de novo quantitativo de produtos nos meses de julho a setembro, houve uma elevação nesse índice, permanecendo estável no último trimestre, devido principalmente ao equilíbrio entre a entrada e saída de produtos dos estoques do governo. O índice de ocupação das Unidades Armazenadoras da SUREG-PA está descrito na figura abaixo.

**Figura 019 – Evolução do Índice de Ocupação das UA's da SUREG PARÁ de 2009 a 2011**



Fonte: Suarm/Gearn

Quanto ao estoque médio armazenado nas Unidades Armazenadoras da SUREG-PA, houve uma redução de 27% dos estoques do governo em relação ao exercício anterior, e um

acréscimo de 46% referente aos estoques de terceiros. Em 2011, no total houve uma redução de 18,6 % comparado ao ano anterior.

### Quadro 011 – Demonstrativo de Estoque Médio Armazenado nas UA's da Sureg-PA de 2005 a 2011

Sureg: Pará

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)											
	Ananindeua			Santarém			Marabá			TOTAL		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
2005	2.221	672	2.893	11	0	11	0	0	0	2.232	672	2.904
2006	4.710	561	5.270	844	0	844	939	0	939	6.493	561	7.054
2007	1.280	316	1.597	519	0	519	0	0	0	1.800	316	2.116
2008	1.834	481	2.315	433	0	433	152	0	152	2.419	481	2.900
2009	1.371	804	2.175	43	0	43	288	0	288	1.702	804	2.506
2010	3.488	575	4.063	222	0	222	804	2	806	4.514	577	5.091
2011	2.612	696	3.308	574	131	705	112	14	126	3.298	841	4.139

Fonte: Suarm/Gearm

### Quadro 012 – Demonstrativo de Resultado do Exercício com Armazenagem nas UA'S da SUREG PARÁ

Discriminação	Unidade	Ananindeua	Marabá	Santarém	Total
	Sede				
Receita de Vendas e Serviços	(23.992,70)	218.559,53	-	-	194.566,83
Receita de Vendas	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	637.734,74	-	-	-	637.734,74
Repasse de Vendas em Balcão	(637.734,74)	-	-	-	(637.734,74)
Recebimento da Agricultura Familiar	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-	-	-	-	-
Vendas Abastecimento Social	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	(23.992,70)	218.559,53	-	-	194.566,83
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-	31.181,34	-	-	31.181,34
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	(23.992,70)	187.378,19	-	-	163.385,49
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	(23.992,70)	187.378,19	-	-	163.385,49
-Despesas Operacionais	6.989.910,99	2.109.485,47	297.829,06	553.905,28	9.951.130,80
Despesas de Pessoal	5.206.520,89	1.092.872,99	120.580,67	390.723,99	6.810.698,54
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	1.783.390,10	1.016.612,48	177.248,39	163.181,29	3.140.432,26
Receitas Operacionais Diversas	6.126.513,89	1.518.352,94	166.355,51	420.707,25	8.231.929,59
Resultado Não Operacional	64.685,50	5.069,82	4.706,79	4.706,79	79.168,90
<b>Resultado</b>	<b>(822.704,30)</b>	<b>(398.684,52)</b>	<b>(126.766,76)</b>	<b>(128.491,24)</b>	<b>(1.476.646,82)</b>

Fonte: SIAFI

## 5.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Os Indicadores de desempenho não foram apresentados neste relatório, em função de estarem em fase de estudo e análise para serem elaborados no âmbito de nossa Matriz - UJ 135100, os quais deverão ser estendidos às Sureg's, após devidamente aprovados.

## 6 – ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

### 6.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Sob a jurisdição da Sureg-PA estão em operação três unidades armazenadoras, compostas por 05 armazéns, com capacidade estática total de 26.060 toneladas, em ambientes natural, sendo 03 armazéns localizados no município de Ananindeua, com capacidade estática total de 20.614 t, 01 armazém localizado em Marabá, com capacidade para 3.249 t e 01 armazém localizado no município de Santarém, com capacidade estática para 2.197 t. As unidades estão destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

#### Quadro 013 – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade	Endereço	CDA	Modalidade	Capacidade (Em t)
UA-Santarém	Av. Cuiabá, n.º 962 – Santarém – PA	57.0287.0042-6	Convencional	2.197
UA-Marabá	Rod. PA 150, km. 06, Folha 34, Quadra Especial – Marabá – PA	57.0287.0039-6	Convencional	3.249
UA-Ananindeua	Estrada do Mocajutuba, km. 05, s/n.º Distrito Industrial-Ananindeua-PA	57.0287.0044-2	Convencional	20.614
		57.0287.0063-9		
		57.0287.0070-1		
<b>Total</b>				<b>26.060</b>

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro a seguir.

#### Quadro 014 – Cronograma de Investimentos para Certificação das UA's

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício											Total	
	2012			2013			2014			2015			
	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)		Valor (R\$)
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m³)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00
<b>Total</b>			<b>5</b>			<b>774.700</b>			<b>1.115.000,00</b>			<b>14</b>	<b>402.100</b>

Fonte: Suarm/Gearm

No Pará está previsto para 2013 a Certificação da Unidade Armazenadora de Ananindeua, com um custo estimado de R\$ 1.548.000,00, e em 2015 as Unidades Armazenadoras de Marabá e Santarém, com um custo estimado de R\$ 606.000,00, conforme descrito nos quadros a seguir.

#### Quadro 015 – Certificação da UA Ananindeua/Diagnóstico – Previsão 2013

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013		
ANANINDEUA – PA		
<b>Capacidade estática: 20.614</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Terminal</b>
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.330.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.548.000,00</b>
<b>Total 2013</b>		<b>10.807.000,00</b>

Fonte: Geose/Pa

**Quadro 016 – Certificação das UA's Marabá e Santarém/Diagnóstico – Previsão 2015**

<b>CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015</b>		
<b>MARABÁ – PA</b>		
<b>Capacidade estática: 3.249</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>268.000,00</b>
<b>SANTARÉM – PA</b>		
<b>Capacidade estática: 2.197</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>338.000,00</b>
<b>TOTAL - 2015</b>		<b>606000</b>

Fonte: Geose/Pa

### 6.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias no Estado do Pará somava 3.326,670 toneladas nas três Unidades Armazenadoras no valor de R\$ 5.281.813,05. Os quadros XVII e XVIII abaixo mostram as quantidades dos produtos agropecuários e outros, depositados nas Unidades próprias.

**Quadro 017 – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da Sureg-PA**  
**Produtos Agropecuários**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade	Valor
				(Em kg)	(Em R\$)
PA	Próprio	Público	Açúcar	215.668	494.819,44
			Arroz	286.290	320.644,80
			Farinha	212.669	364.637,72
			Feijão	57.475	108.432,34
			Feijão preto	1.369.766	2.497.756,96
			Flocos de milho	99.665	134.171,91
			Leite	14.574	70.971,67
			Milho	741.652	492.530,96
			Óleo de soja	214.075	597.356,99
			Outros	114.836	200.490,26
<b>Total</b>				<b>3.326.670</b>	<b>5.281.813,05</b>

Fonte: GEOSE PA

**Quadro 018 – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da Sureg-PA**  
**Outros Produtos**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade	Valor
				(Em kg)	(Em R\$)
PA	Próprio	Público	Balança eletrônica	72	47.300,80
	Próprio	Público	Sacaria	41.425	56.616,98
<b>Total</b>				<b>41.497</b>	<b>103.917,78</b>
<b>Total Geral</b>				<b>2.767.502</b>	<b>9.364.977,24</b>

Fonte: GEOSE PA

### 6.1.2 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício 2011 estavam cadastrados 17.627 armazéns em nível nacional, com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas, e destas apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no próximo quadro.

No Estado do Pará dos 131 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 581.298



toneladas, apenas 5 estavam credenciados para atuarem na armazenagem dos estoques públicos, o que corresponde à capacidade estática de 26.060 toneladas.

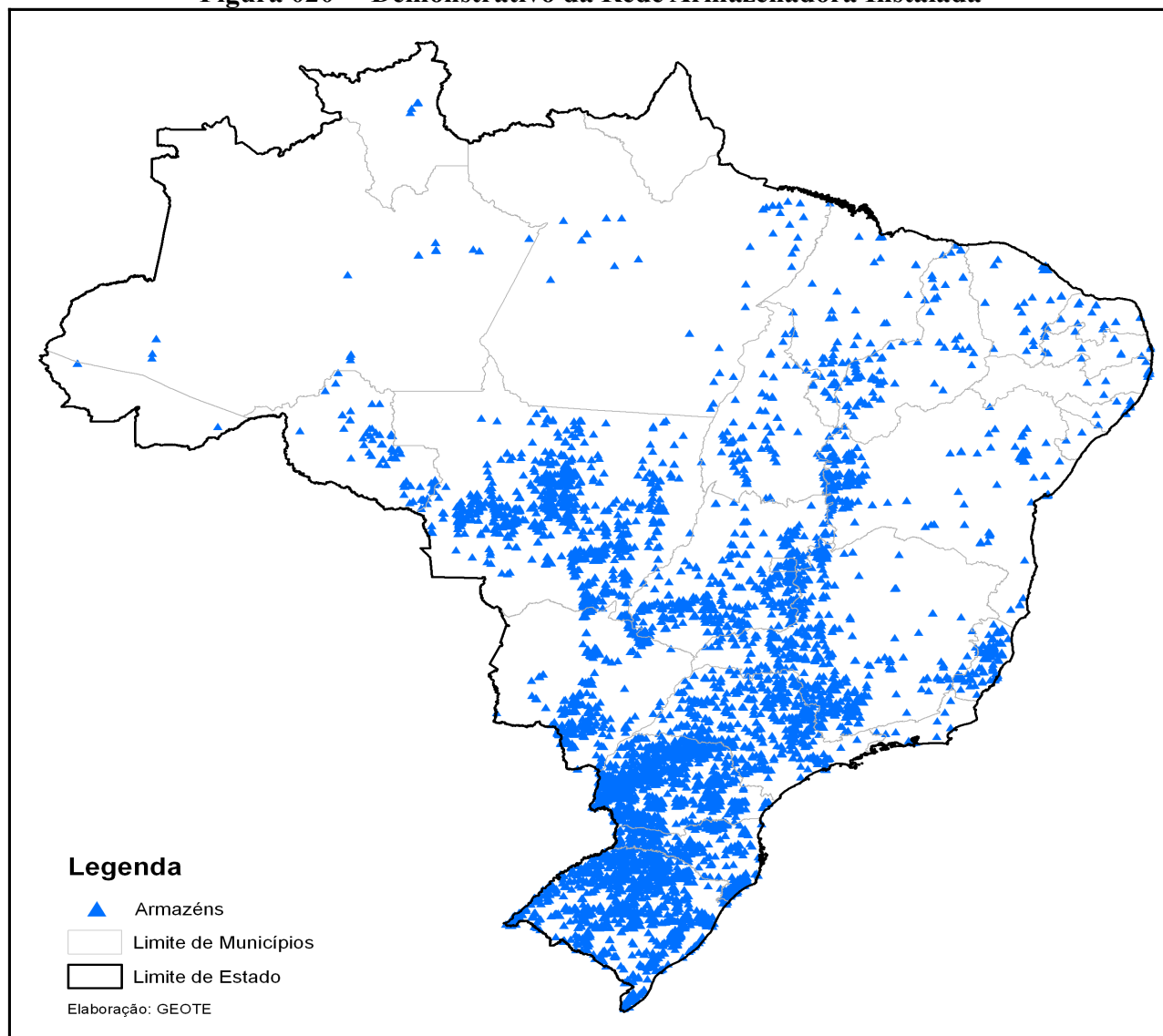
**Quadro 019 – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem**

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
AC	14	28.486	0	28.486	1	807	13	27.679
AL	73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717
AM	40	61.395	314.884	376.279	2	4.724	38	371.555
AP	1	816	0	816	0	0	1	816
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
CE	102	216.233	130.540	346.773	3	56.058	99	290.715
DF	90	150.671	313.575	464.246	5	63.598	85	400.648
ES	234	568.178	815.451	1.383.629	3	83.579	231	1.300.050
GO	897	1.325.615	10.591.229	11.916.844	81	1.847.094	816	10.069.750
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
MG	1.191	2.887.783	5.315.801	8.203.584	51	887.477	1.140	7.316.107
MS	817	628.360	6.545.200	7.173.560	61	1.060.780	756	6.112.780
MT	2.120	2.316.750	25.176.930	27.493.680	178	3.079.435	1.942	24.414.245
PA	131	208.284	373.014	581.298	5	26.060	126	555.238
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21	71.399
PE	107	423.001	582.647	1.005.648	4	28.445	103	977.203
PI	139	94.770	858.075	952.845	6	23.890	133	928.955
PR	3.579	5.489.181	22.407.800	27.896.981	537	6.559.708	3.042	21.337.273
RJ	27	103.498	79.050	182.548	2	26.578	25	155.970
RN	20	52.417	5.287	57.704	6	27.887	14	29.817
RO	115	197.337	372.147	569.484	6	33.824	109	535.660
RR	27	35.931	112.069	148.000	4	9.225	23	138.775
RS	4.562	2.624.798	28.154.740	30.779.538	383	4.634.156	4.179	26.145.382
SC	961	728.549	4.243.428	4.971.977	79	731.102	882	4.240.875
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
SP	1.456	5.747.884	7.288.895	13.036.779	58	1.048.529	1.398	11.988.250
TO	123	358.776	810.488	1.169.264	3	33.199	120	1.136.065
<b>Total</b>	<b>17.627</b>	<b>25.528.221</b>	<b>119.663.290</b>	<b>145.191.511</b>	<b>1.527</b>	<b>20.428.920</b>	<b>16.100</b>	<b>124.762.591</b>

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sul deste. A primeira com cerca de 43,84% da capacidade estática instalada, enquanto as demais possuem 32,40% e 15,71%, respectivamente.

**Figura 020 – Demonstrativo da Rede Armazenadora Instalada**



Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 45,24% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 13,24%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas evoluindo para os sistemas coletores,

intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

#### Quadro 020 – Demonstrativo da Capacidade Estática Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
AC	-	-	28.486	-	28486
AL	890	189.492	95.547	264.723	550652
AM	2.250	-	38.595	335.434	376279
AP	-	-	816	-	816
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
CE	-	144.042	194.291	8.440	346.773
DF	86.842	-	160.943	216.461	464.246
ES	38.346	759.000	465.321	120.962	1.383.629
GO	1.227.247	110.827	3.855.269	6.723.501	11.916.844
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
MG	1.225.962	-	4.667.034	2.310.588	8.203.584
MS	1.410.787	-	1.951.720	3.811.053	7.173.560
MT	7.904.331	19.954	9.655.922	9.913.473	27.493.680
PA	30.117	82.325	159.960	308.896	581.298
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
PE	28.200	439.094	393.344	145.010	1.005.648
PI	220.993	-	59.608	672.244	952.845
PR	1.272.840	2.662.201	15.550.667	8.411.273	27.896.981
RJ	11.005	49.640	110.211	11.692	182.548
RN	-	-	40.852	16.852	57.704
RO	101.370	59.595	303.309	105.210	569.484
RR	-	-	129.575	18.425	148.000
RS	1.604.461	1.646.155	16.782.801	10.746.121	30.779.538
SC	162.996	576.882	2.872.378	1.359.721	4.971.977
SE	-	-	3.221	-	3.221
SP	1.214.098	1.829.264	6.471.887	3.521.530	13.036.779
TO	259.729	-	269.512	640.023	1.169.264
<b>Total</b>	<b>19.217.439</b>	<b>8.791.300</b>	<b>65.681.733</b>	<b>51.501.039</b>	<b>145.191.511</b>

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto de observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 19, % da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 4,0%, o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 41,7% da capacidade estática é de uso público enquanto 58,3% é de uso exclusivo dos proprietários.

### Quadro 021 – Demonstrativo da Capacidade Estática Quanto à Entidade

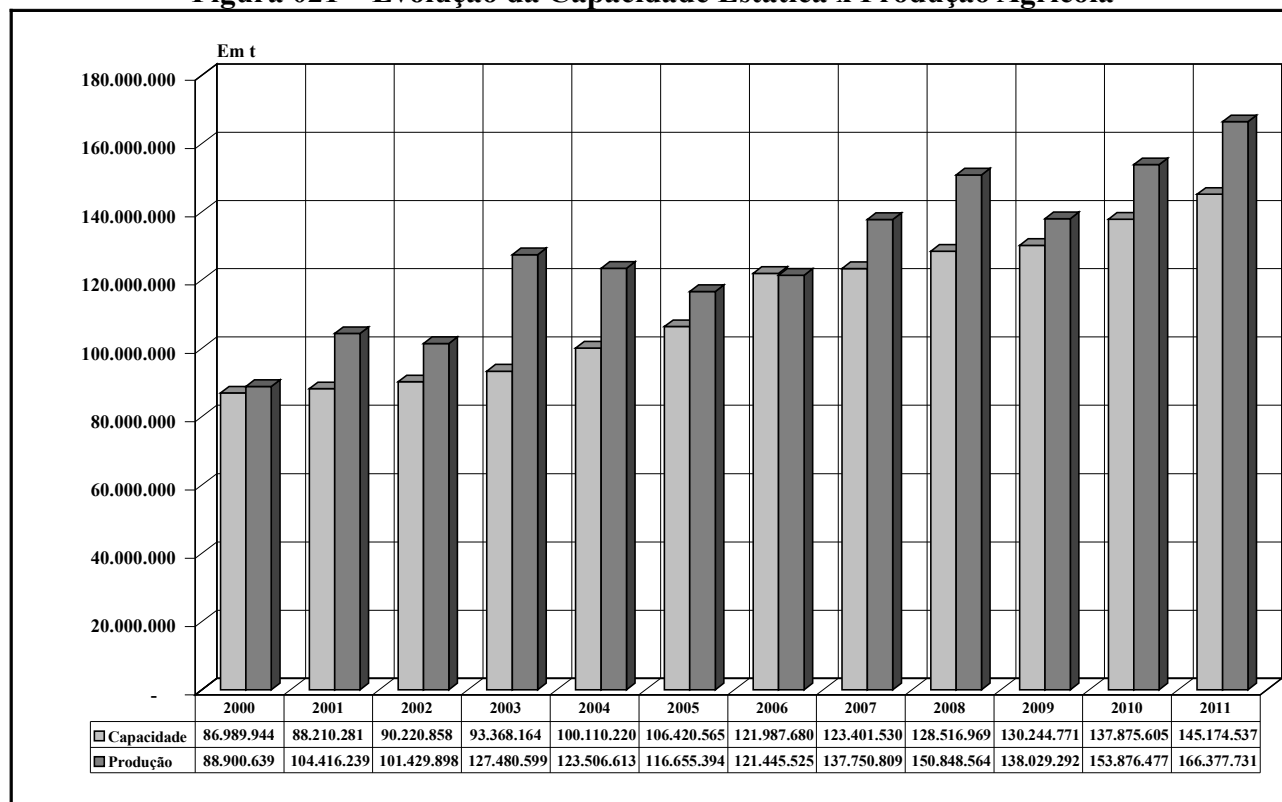
Em t

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
AC	-	28.486	-	28.486	-
AL	117.245	54.897	378.510	54.897	495.755
AM	7.726	16.376	352.177	119.764	256.515
AP	-	816	-	-	816
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
CE	26.735	144.182	175.856	124.291	222.482
DF	67.439	63.598	333.209	115.385	348.861
ES	32.351	155.414	1.195.864	354.281	1.029.348
GO	1.266.758	195.862	10.454.224	6.998.014	4.918.830
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
MG	1.658.984	936.022	5.608.578	4.408.306	3.795.278
MS	1.282.192	186.988	5.704.380	2.400.204	4.773.356
MT	900.588	213.523	26.379.569	13.138.782	14.354.898
PA	35.010	107.983	438.305	120.658	460.640
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021
PE	1.320	136.826	867.502	219.664	785.984
PI	15.752	23.890	913.203	23.890	928.955
PR	11.784.953	1.202.351	14.909.677	8.952.766	18.944.215
RJ	-	44.714	137.834	77.090	105.458
RN	7.948	27.887	21.869	30.625	27.079
RO	59.833	25.575	484.076	299.673	269.811
RR	-	9.225	138.775	9.225	138.775
RS	6.924.690	634.385	23.220.463	12.365.328	18.414.210
SC	1.919.336	127.961	2.924.680	2.075.902	2.896.075
SE	-	3.221	-	3.221	-
SP	2.362.322	1.397.494	9.276.963	7.217.851	5.818.928
TO	215.608	33.199	920.457	639.368	529.896
<b>Total</b>	<b>28.837.669</b>	<b>5.894.547</b>	<b>110.459.295</b>	<b>60.515.047</b>	<b>84.676.464</b>

Fonte: Suarm/Gecad

No Brasil, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

**Figura 021 – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola**



Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a ocorrência de déficit ou superávit em nível municipal. Para o resultado apresentado foram utilizadas tão somente a capacidade estática instalada e a produção agrícola de 2011 (algodão – herbáceo e arbóreo-, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca – 25% do total de raiz produzida-, milho, rami, soja, sorgo, trigo, triticale, cacau, café, castanha de caju, guaraná e sisal).

Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

### 6.1.3 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

## 6.2 - Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização, enquanto que nas Regionais os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

Os fiscais abaixo, atuam no âmbito da Sureg-PA e realizam seus trabalhos de forma paralela com outras atividades.

#### Quadro 022 – Relação de Fiscais em Atuação na Sureg-PA

EMPREADADO	LOTAÇÃO
Alexandre Augusto Pantoja Cidon	Segeo
Elisson Yutaka Takaki	Seopi
Nicolau da Silva Beltrão Júnior	Segeo
Paulo Rogério dos Santos Neves	Ua Ananindeua
Solange Andrade de Amaral Pinheiro	Seopi

Fonte: Geose/Seopi



## 6.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

**Quadro 023 – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques**

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
<b>Total</b>	<b>40.399.452</b>	<b>40.179.925</b>	<b>24.112.029</b>	<b>24.033.440</b>

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

No decorrer de 2011 foram realizadas as duas etapas de fiscalização dos estoques públicos, previstas no programa anual para a Sureg-PA, sendo fiscalizados os produtos dos estoques públicos vinculados à AGF, Contrato de Opção, Fome Zero e Agricultura Familiar.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas foram fiscalizadas cumulativamente 7.345 toneladas de produtos agropecuários, sendo registradas perdas qualitativas (produtos “AP” e desclassificados) e quantitativas (perdas em armazenagem). Os quadros a seguir demonstram as quantidades fiscalizadas e registros de perdas no âmbito da Sureg-PA.

### Quadro 024 – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques nas UA's da SUREG-PA

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	5.306	5.306	5.973	5.973
Contrato de Opção	1.159	1.159	2	0
Agricultura Familiar	89	89	17	17
Fome Zero	2.591	2.591	1.353	1.353
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
<b>Total</b>	<b>9.145</b>	<b>9.145</b>	<b>7.345</b>	<b>7.343</b>

Fonte: Geose/PA

### Quadro 025 – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos na SUREG-PA

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		P. Qualitativas	P. Quantitativas
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
PA	Milho	-	-	-	2	-	2
	Feijão	58	1.377	-	-	1.435	-
<b>Total</b>		<b>58</b>	<b>1.377</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1.435</b>	<b>2</b>

Fonte: Sufis/Gefis

#### 6.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

No âmbito da SUREG-PA, foram realizadas as fiscalizações das operações de PEPRO e PEP, relativas ao produto milho originário do Mato Grosso e Bahia, e escoados para os municípios de Santa Isabel do Pará e Vigia de Nazaré, bem como uma fiscalização de seguro rural, no município de Ipixuna do Pará, conforme descrição do quadro a seguir.

### Quadro 026 – Demonstrativo de Fiscalizações das Operações de Garantia e Sustentação de Renda Realizadas pela SUREG-PA

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	-	0
AGF	-	-	-	0
PEPRO	-	-	10	4
PEP	-	1	2	4
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	-	-	-	1
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>9</b>

Fonte: Geose/PA

### 6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% no total, sendo que o Pará apresentou um registro de 29 ocorrências, ou seja, 1,09% do total, conforme detalhado no quadro a seguir.

#### Quadro 027 – Demonstrativo das Irregularidades Ocorridas nas UA's da SUREG-PA em 2011

IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
GOTEIRAS SOBRE PRODUTO			2						2	4
EMPOÇAMENTO DE ÁGUA NO PÁTIO			2						2	4
FALTA TELA CONTRA PASSAROS			2						1	3
FALTA ESTRADOS			1						1	2
PÁSSAROS DENTRO DO ARMAZÉM			1						1	2
BALANÇA RODOVIÁRIA ESTRAGADA			1						1	2
BALANÇA RODOVIÁRIA COM AFERIÇÃO VENCIDA			2						1	3
INSETOS VIVOS			1						2	3
PILHA COM TOPO IRREGULAR			1						1	2
PORTA DO ARMAZÉM COM DEFEITO			1						3	4
PILHAS DESMORONADAS										
<b>TOTAL</b>			<b>14</b>						<b>15</b>	<b>29</b>

Fonte: Gefis/Sufis

### 6.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

## 6.3 - Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da

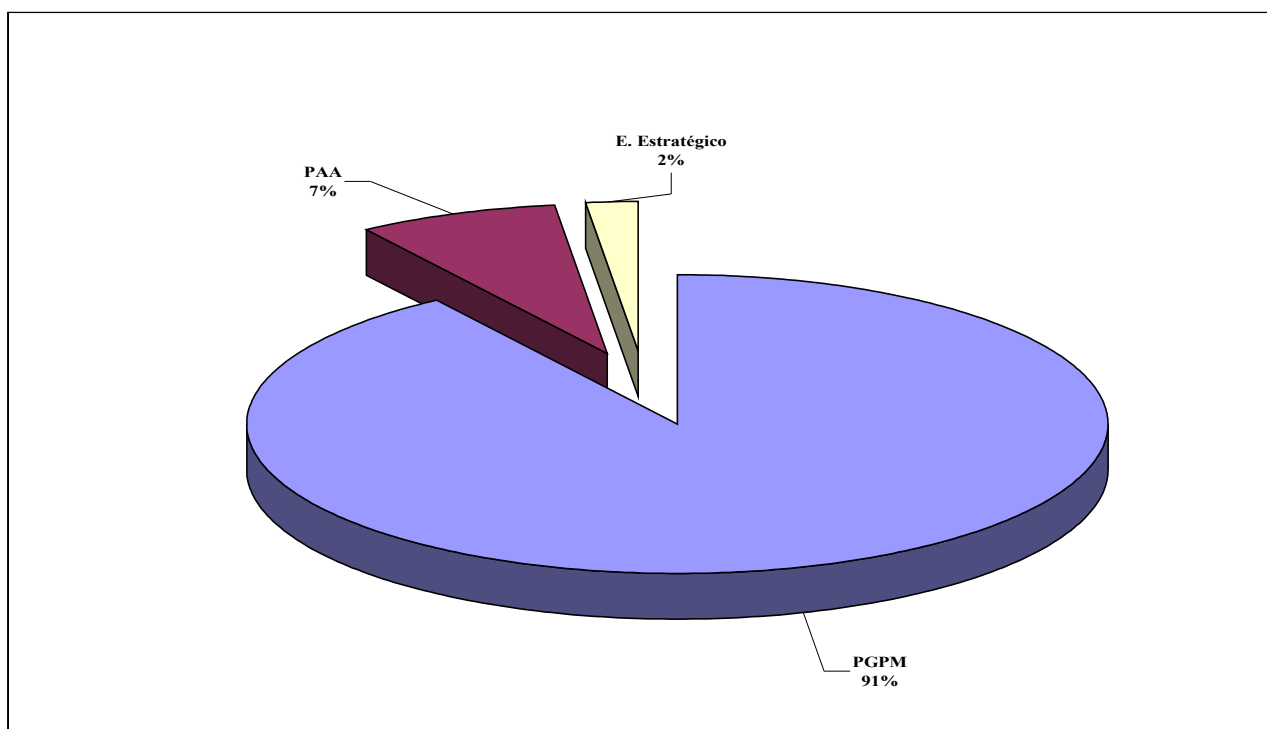
Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;

- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

**Figura 022 – Remoções por Vínculo do Produto**

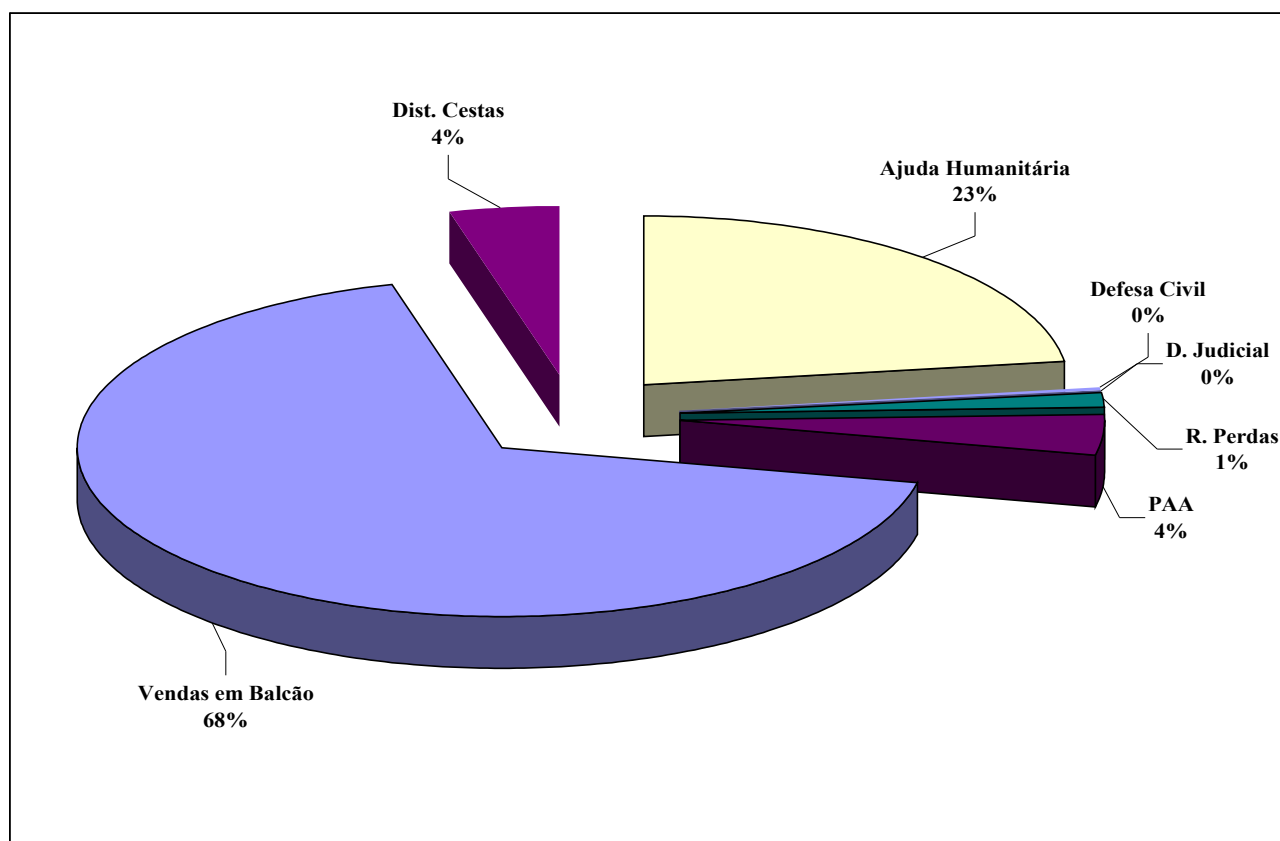


Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em

Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

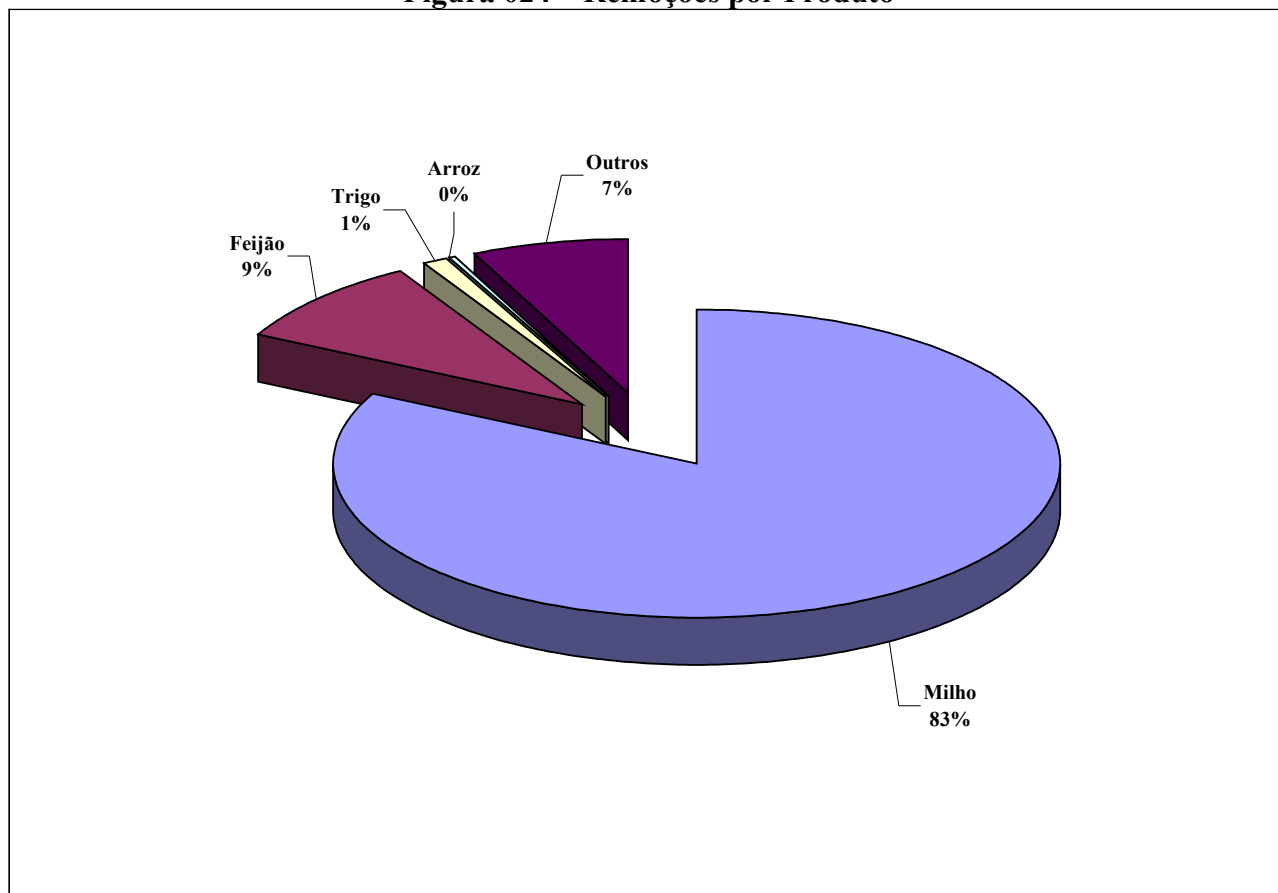
**Figura 023 – Remoções por Motivo Gerador**



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento à determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

**Figura 024 – Remoções por Produto**



Fonte: Suarm/Gemov

#### **a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM**

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas de produtos, sendo o Estado do Pará contemplado com apenas 1.500 toneladas de milho oriundas do Mato Grosso, destinadas à venda em balcão, conforme detalhado no quadro a seguir.

Essas remoções foram solicitadas para atendimento dos 50 clientes inscritos no Programa Vendas em Balcão, sendo 33 avicultores, 4 bovinocultores, 5 suinocultores, 3 ovinocultores, 2 caprinocultores e 3 pequenas indústrias.

A Sureg Pará solicitou a remoção para a UA Ananindeua, cuja contratação ocorreu durante o 1º semestre, sendo o produto retirado de unidades localizadas no município de Lucas de Rio Verde – MT.



### Quadro 028 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
MT	PA	Milho	Venda em Balcão	632.385,00	475.572,84	1.500.000	1.500.000	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

### b) Remoção de Produtos da Defesa Civil

Durante o mês de maio de 2011 foi contratada a remoção de 35 toneladas de arroz beneficiado, feijão, óleo de soja, açúcar, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e farinha armazenadas na UA-Ananindeua-PA para a cidade de Macapá, objetivando a formação de cestas de alimentos para distribuição em atendimento à solicitação da Defesa Civil, objetivando a montagem de cestas de alimentos para distribuição gratuita a famílias daquele Estado.

### Quadro 029 – Demonstrativo de Remoção de Produtos da Defesa Civil

UF		Produto	Motivo	Valores (R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PA	AP	Arroz beneficiado	Cesta de alimentos	6.057,20	6.057,20	15	15	0	0	0
		Açúcar	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Farinha	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Feijão	Cesta de alimentos	1.817,26	1.817,26	4	4	0	0	0
		Leite em pó	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Macarrão	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Óleo de soja	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Sardinha	Cesta de alimentos	302,92	302,92	1	1	0	0	0
<b>Total</b>				<b>14.235,13</b>	<b>14.235,13</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

### c) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

### Quadro 030 – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		VALORES (R\$)		QUANTIDADES (Kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PA	AP	8.486,25	8.486,25	27.930	27.930	-	-	-
	PA	257.745,36	257.745,36	931.263	931.263	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>266.231,61</b>	<b>266.231,61</b>	<b>959.193</b>	<b>959.193</b>			

Fonte: Suarm/Gemov

## **6.4 – Principais Indicadores de Desempenho**

Os Indicadores de desempenho não foram apresentados neste relatório, em função de estarem em fase de estudo e análise para serem elaborados no âmbito de nossa Matriz - UJ 135100, os quais deverão ser estendidos às Sureg's, após devidamente aprovados.

## **8 – GESTÃO TECNOLÓGICA**

As gestões tecnológicas são centralizadas no âmbito da Matriz UJ 135100, devendo as informações inerentes ao assunto constar de relatório consolidado daquela UJ.

## **9 – GESTÃO ESTRATÉGICA**

A exemplo do item anterior, as gestões estratégicas também são centralizadas em nossa Matriz UJ 135100, devendo as informações inerentes a este assunto constar de relatório consolidado daquela UJ.

## **10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

São desenvolvidas atividades nas áreas de produção agrícola, informações de preços, índices e indicadores agropecuários, custos de produção e geotecnologia. Para tal, mantém relações institucionais com diversas entidades, públicas ou não, e participa ativamente de encontros da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA) e da Rede de Políticas Agropecuárias que integra os países do Mercosul (REDPA), além de manter troca de informações e de conhecimento com outros países e instituições internacionais.

No processo de gestão das informações da agropecuária e do abastecimento a Conab leva em conta a participação e o controle social e sua metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito com as relações federativas.

A melhoria do processo de coleta, tratamento e divulgação das informações agropecuárias e do abastecimento que integram o banco de dados da Conab, além da agregação crescente de novas informações de mercado, tem sido o foco para atendimento ao público-alvo e às

diversas políticas e programas administrados e apoiados pela Companhia.

Para manter esse compromisso institucional, a Conab vem promovendo adequações em seus processos de trabalho e no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento-Siagro que contava, em 2004, com 5.025 séries de preços, de indicadores e índices de produção, de importação e de exportação de produtos agropecuários e de abastecimento, alcançando o quantitativo de 10.607 séries armazenadas em 2011.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da Conab, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

Com a reformulação da página eletrônica na Internet, as principais informações agropecuárias foram reorganizadas para facilitar o trabalho de pesquisa do público em geral. São disponibilizados de forma *on-line*, no sítio da Companhia, os preços de insumos, os preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os preços de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF.

Por meio da Revista “Indicadores da Agropecuária”, elaborada mensalmente e também acessível pelo portal da Conab, são disponibilizadas informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outros. Com o objetivo de tornar a publicação mais acessível, moderna e adequada ao público da Conab, foi realizada pesquisa de satisfação e deu-se início ao projeto para repaginá-la e torná-la mais atrativa.

Para o cálculo do bônus para o PGPAF, que é realizado desde 2007 por demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA foram criadas, em 2011, cerca de 160 novas séries de preços no atacado e de preços pagos ao produtor. O Programa conta com uma cesta de 40 produtos para cálculo de bônus dos produtores, tendo sido incluídos abacaxi, banana, maçã e uva em 2011 e laranja e tangerina, cujos preços, que já estão sendo coletados, irão balizar o relatório de 2012.

Diante da necessidade de padronização de procedimentos, na busca da melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta de preços, deu-se início, em 2011, ao projeto de construção de uma nova metodologia, envolvendo todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Companhia. Foi realizado o I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, ocorrido em Brasília, no período de 21 a 25 de novembro. Na ocasião foram discutidas, além da proposta inicial, as deficiências no processo metodológico atual e no Siagro.

Visando o cumprimento de exigências legais (Lei n.º 9.973, de 22/05/2000 e Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001), a Conab realiza o levantamento anual de estoques privados de café, iniciado em 2004, com a posição de 31 de março de cada exercício.

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

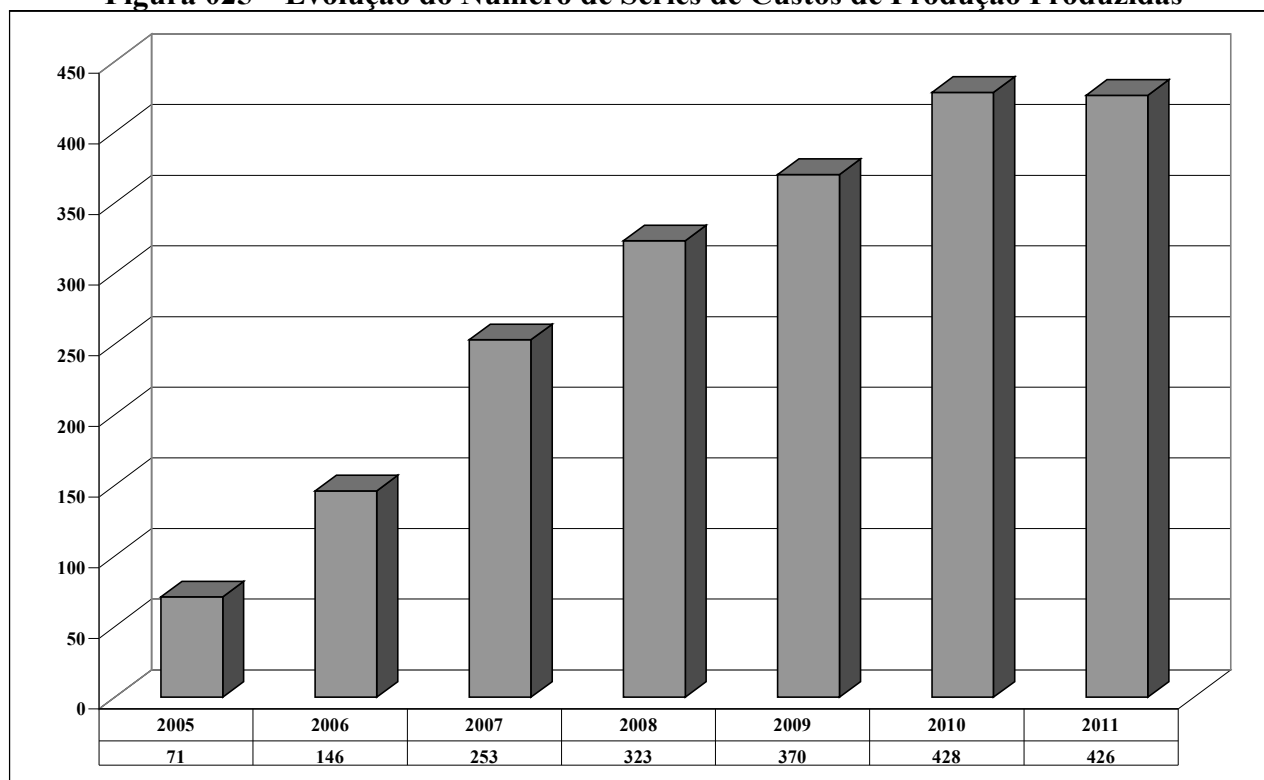
Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e ao PGPAF, conforme abaixo demonstrado. A figura seguinte apresenta a evolução do número de séries disponíveis.

**Quadro 031 – Séries de Custos de Produção**

Custos	Programa Atendido	Ministério Demandante	Quantidade de Séries
Agricultura	PGPM	MAPA	121
Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	168
Aves e Suínos	PGPM/PGPAF	MAPA/MDA	42
Leite	PGPM	MAPA	6
Leite Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	13
Caprinos e Ovinos	PGPAF	MDA	6
Pescados	PGPAF	MAPA	3
Pescados	PGPAF	MAPA	67
<b>Total</b>			<b>426</b>

Fonte: Dipai

**Figura 025 – Evolução do Número de Séries de Custos de Produção Produzidas**



Fonte: Dipai

Dentre os levantamentos de informações destacam-se:

**a) Levantamento da Safra de Grãos**

A Conab realiza 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE,

consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

### Quadro 032 - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	1.400,3	1.405,3	0,36	5	3.228,6	3.284,9	1,74	56,3
<b>Amendoim - Total</b>	<b>84,7</b>	<b>89,7</b>	<b>5,90</b>	<b>5</b>	<b>226,5</b>	<b>251,4</b>	<b>10,99</b>	<b>24,9</b>
Amendoim 1ª Safra	66,0	70,8	7,27	4,8	199,2	223,1	12,00	23,9
Amendoim 2ª Safra	18,7	18,9	1,07	0,2	27,3	28,3	3,66	1
Arroz	2.820,3	2.553,0	(9,48)	-267,3	13.613,1	11.462,1	(15,80)	-2151
Aveia	153,8	153,0	(0,52)	-0,8	379,0	353,5	(6,73)	-25,5
Canola	46,3	42,4	(8,42)	-3,9	69,7	52,0	(25,39)	-17,7
Centeio	2,4	2,3	(4,17)	-0,1	3,2	3,5	9,38	0,3
Cevada	87,9	88,4	0,57	0,5	283,9	305,1	7,47	21,2
<b>Feijão - Total</b>	<b>4.009,2</b>	<b>3.861,3</b>	<b>(3,69)</b>	<b>-147,9</b>	<b>3.787,1</b>	<b>3.500,4</b>	<b>(7,57)</b>	<b>-286,7</b>
Feijão 1ª Safra	1.419,9	1.272,0	(10,42)	-147,9	1.680,3	1.371,3	(18,39)	-309
Feijão 2ª Safra	1.823,8	1.823,8	-	0	1.398,1	1.330,0	(4,87)	-68,1
Feijão 3ª Safra	765,5	765,5	-	0	708,7	799,1	12,76	90,4
Girassol	61,0	62,0	1,64	1	76,7	75,7	(1,30)	-1
Mamona	219,3	211,8	(3,42)	-7,5	141,1	131,9	(6,52)	-9,2
<b>Milho - Total</b>	<b>13.838,7</b>	<b>14.556,8</b>	<b>5,19</b>	<b>718,1</b>	<b>57.514,2</b>	<b>59.210,3</b>	<b>2,95</b>	<b>1696,1</b>
Milho 1ª Safra	7.916,3	8.634,4	9,07	718,1	35.925,9	37.922,1	5,56	1996,2
Milho 2ª Safra	5.922,4	5.922,4	-	0	21.588,3	21.288,2	(1,39)	-300,1
Soja	24.181,0	24.634,7	1,88	453,7	75.324,3	71.751,3	(4,74)	-3573
Sorgo	817,4	788,4	(3,55)	-29	2.314,0	2.161,6	(6,59)	-152,4
Trigo	2.149,8	2.166,2	0,76	16,4	5.881,6	5.788,6	(1,58)	-93
Triticale	46,9	46,0	(1,92)	-0,9	114,9	114,2	(0,61)	-0,7
<b>Total</b>	<b>49.919,0</b>	<b>50.661,3</b>	<b>1,49</b>	<b>742,30</b>	<b>162.957,9</b>	<b>158.446,5</b>	<b>(2,77)</b>	<b>(4.511,40)</b>

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

A safra 2010/11 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de 718,1 mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O

feijão, em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2010/11, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/11, as condições climáticas não foram favoráveis principalmente para as produções de milho e soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho no Rio Grande do Sul, uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria, se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo e já causa preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é fundamental.

A seguir, breve comentário sobre o comportamento das principais culturas na safra 2011/12:

➤ **Algodão:** o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso, que lidera o volume produzido, mantém nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agronômicos e climáticos.

➤ **Arroz:** a redução da área está confirmada e as causas são creditadas à dificuldade de comercialização, preços pouco atrativos, aumento no custo de produção e à falta de água nos reservatórios (corpos d'água, açudes e barragens). O arroz de sequeiro cuja área no Brasil equivale ao irrigado, vem diminuindo safra a safra e só não diminui a produção total porque o arroz irrigado vem num constante crescimento de produtividade, com lançamento de novas variedades altamente produtivas.

➤ **Feijão:** A estimativa da área cultivada nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

➤ **Milho:** O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado à mesma etapa da safra anterior.

➤ **Soja:** Na região sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as condições climáticas desfavoráveis, como chuvas escassas e temperaturas elevadas, prejudicam o desenvolvimento da cultura, diminuindo o porte das plantas, justificando a redução de 15,6% na produtividade em relação à safra anterior. Para o estado do Paraná estima-se quebra de 10,7% e de 7,7% em Santa Catarina.

➤ **Trigo:** Na maioria dos estados produtores houve redução da área semeada e a concorrência com o milho segunda safra, no Centro-Oeste e no Paraná, teve colaboração significativa para o resultado. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou um aumento mais significativo na área. Em Santa Catarina a semeadura foi bastante lenta devido às condições climáticas, onde o excesso de chuvas atrapalhou o estabelecimento da lavoura.



O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

### Quadro 033 - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão empluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	930,0	758,3	492,5
	2011/12	492,5	1.992,6	35,0	2.520,1	970,0	830,0	720,1
Arroz em casca	2009/10	2.107,5	11.660,9	1.044,8	14.803,2	12.500,0	627,4	1.685,8
	2010/11	1.685,8	13.613,1	850,0	16.148,9	12.500,0	1.850,0	1.798,9
	2011/12	1.798,9	11.462,1	1.200,0	14.461,0	12.500,0	700,0	1.261,0
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.787,1	207,1	4.361,1	3.600,0	20,5	740,6
	2011/12	740,6	3.500,4	100,0	4.341,0	3.700,0	4,0	637,0
Milho	2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
	2010/11	9.080,2	57.514,1	634,5	67.228,8	48.411,5	9.255,0	9.562,3
	2011/12	9.562,3	59.210,3	500,0	69.272,6	50.000,0	8.500,0	10.772,6
Soja em grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	50,0	77.981,5	41.650,0	32.400,0	3.931,5
	2011/12	3.931,5	71.751,3	50,0	75.732,8	41.200,0	32.400,0	2.132,8
Trigo	2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
	2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
	2011/12	1.766,1	5.788,6	5.600,0	13.154,7	10.439,0	1.500,0	1.215,7

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

#### b) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de novembro e dezembro de 2011, empregados da Conab e das instituições com as quais esta mantém parceria (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná-SEAB; Departamento de Economia Rural-DERAL; Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER/RO, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), visitaram os municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia) para a realização de pesquisas e aplicação de questionários junto aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa da produção da safra de café de 2011.

A boa florada, associada ao clima favorável e aos tratos culturais implementados durante a safra 2011, garantiu a boa qualidade dos grãos. As chuvas registradas na última semana de setembro/10 embora abaixo da média, possibilitaram a abertura da primeira florada nas regiões Sul e Zona da Mata de Minas Gerais e na maioria das áreas cafezeiras de São Paulo e Paraná.

A área cultivada com café no País totaliza 2.278.103 hectares, cultivada com as espécies arábica e conilon. O resultado mostra uma redução de 0,85% sobre a área de 2.289.193 hectares, existentes na safra 2010, ou seja, foram erradicados 11.090 hectares. No estado de Minas Gerais está concentrada a maior área com 1,0 milhão de hectares em produção, predominando a espécie arábica com 98,5% da área do estado. O total da área estadual representa 48,7% da área cultivada com café no País, e consequentemente o primeiro do ranking nacional.

Estimada em 43,48 milhões de sacas beneficiadas, a produção brasileira de café (arábica e conilon), é 9,6% ou 4,61 milhões de sacas inferior ao volume de 48,09 milhões de sacas produzidas na safra anterior. Esta redução se deve principalmente ao ano de baixa bienalidade e da

irregularidade nas precipitações pluviométricas no segundo semestre de 2010 e no início de 2011, que prejudicaram as lavouras que se encontravam na fase de enchimento dos grãos, sobretudo nos estados de Minas Gerais (regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro), na Bahia e em Rondônia. Para o café arábica, observa-se um decréscimo na produção de 12,6% (4,64 milhões de sacas) e para a produção do conilon (robusta), a previsão aponta um crescimento de 0,2%, correspondendo a 25,0 mil sacas. A produção do café arábica representa 74,0% (32,19 milhões de sacas) da produção do País, e tem como maior produtor o estado de Minas Gerais, com 68,0% (21,88 milhões de sacas) de café beneficiado. O conilon participa na produção nacional com 26,0% de café beneficiado. O estado do Espírito Santo se destaca como o maior produtor dessa espécie, com 75,2% (8,49 milhões de sacas) de café beneficiado, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro 034 - Demonstrativo da Produção de Café – Safras 2010 e 2011**

Unidade da Federação / Região	Produção (Mil sacas beneficiadas)								
	Arábica			Conilon			Total		
	2010	2011	Variação (%)	2010	2011	Variação (%)	2010	2011	Variação (%)
<b>Minas Gerais</b>	<b>24.903,0</b>	<b>21.882,0</b>	<b>-12,1</b>	<b>252,0</b>	<b>299,0</b>	<b>18,7</b>	<b>25.155,0</b>	<b>22.181,0</b>	<b>-11,8</b>
Sul e Centro Oeste	12.616,0	10.442,0	-17,2	-	-	#DIV/0!	12.616,0	10.442,0	-17,2
Cerrado-Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	5.652,0	4.001,0	-29,2	-	-	#DIV/0!	5.652,0	4.001,0	-29,2
Zona da Mata-Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	6.635,0	7.439,0	12,1	252,0	299,0	18,7	6.887,0	7.738,0	12,4
Espírito Santo	2.792,0	3.079,0	10,3	7.355,0	8.494,0	15,5	10.147,0	11.573,0	14,1
São Paulo	4.662,0	3.111,5	-33,3	-	-	#DIV/0!	4.662,0	3.111,5	-33,3
Paraná	2.284,0	1.842,0	-19,4	-	-	#DIV/0!	2.284,0	1.842,0	-19,4
<b>Bahia</b>	<b>1.727,9</b>	<b>1.548,9</b>	<b>-10,4</b>	<b>564,8</b>	<b>741,1</b>	<b>31,2</b>	<b>2.292,7</b>	<b>2.290,0</b>	<b>-0,1</b>
Cerrado	485,5	429,0	-11,6	-	-	#DIV/0!	485,5	429,0	-11,6
Planalto	1.242,4	1.119,9	-9,9	-	-	#DIV/0!	1.242,4	1.119,9	-9,9
Atlântico	-	-	#DIV/0!	564,8	741,1	31,2	564,8	741,1	31,2
Rondônia	-	-	#DIV/0!	2.369,0	1.428,3	-39,7	2.369,0	1.428,3	-39,7
Mato Grosso	16,3	11,0	-32,5	186,8	126,8	-32,1	203,1	137,8	-32,2
Pará	-	-	#DIV/0!	228,6	184,0	-19,5	228,6	184,0	-19,5
Rio de Janeiro	237,6	247,0	4,0	12,5	13,0	4,0	250,1	260,0	4,0
Outros	201,3	467,1	132,0	302,0	9,5	-96,9	503,3	476,6	-5,3
<b>Brasil</b>	<b>36.824,1</b>	<b>32.188,5</b>	<b>-12,6</b>	<b>11.270,7</b>	<b>11.295,7</b>	<b>0,2</b>	<b>48.094,8</b>	<b>43.484,2</b>	<b>-9,6</b>

Fonte: Suinf/Geasa

Também no mesmo período foi realizado a primeira estimativa de produção da safra 2012, tendo sido prevista uma produção entre 48.965,7 e 52.271,7 (média de 50.618,6) milhões de sacas beneficiadas. O resultado apresenta um crescimento entre 12,6% a 20,2%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Esse crescimento se deve principalmente ao ano de alta bienalidade. Confirmado o resultado, esta será a maior safra já produzida no País, superando o volume de 48,48 milhões de sacas colhidas na safra 2002/03.

**Quadro 035 – Estimativa de Produção de Café – Safra 2012(\*)**

Unidade da Federação / Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)		
	Em Formação		Em Produção		Arábica	Robusta	Total
	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covoas)	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covoas)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>136.435</b>	<b>489.128</b>	<b>1.000.869</b>	<b>3.083.159</b>	<b>26.036,0</b>	<b>299,0</b>	<b>26.335,0</b>
Sul e Centro Oeste	77.692	271.922	505.201	1.515.603	13.038,5	-	13.038,5
Cerrado-Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	23.211	92.843	161.105	563.867	5.605,0	-	5.605,0
Zona da Mata-Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	35.532	124.363	334.563	1.003.689	7.392,5	299,0	7.691,5
Espírito Santo	34.737	118.775	452.527	1.157.524	2.810,0	9.250,0	11.573,0
São Paulo	13.238	45.270	169.538	471.780	4.602,7	-	4.602,7
Paraná	16.658	45.600	74.752	241.700	1.900,0	-	1.900,0
<b>Bahia</b>	<b>9.855</b>	<b>37.451</b>	<b>138.834</b>	<b>316.439</b>	<b>1.909,9</b>	<b>777,4</b>	<b>2.687,3</b>
Cerrado	3.690	19.926	11.557	63.561	542,5	-	542,5
Planalto	3.019	10.341	102.338	199.559	1.367,4	-	1.367,4
Atlântico	3.146	7.184	24.939	53.319	-	777,4	777,4
Rondônia	6.220	10.213	153.391	251.868	-	1.848,6	1.428,3
Mato Grosso	3.150	7.308	19.899	47.925	16,3	186,8	203,1
Pará	-	-	10.448	23.281	-	228,6	228,6
Rio de Janeiro	15	375	12.864	26.937	237,5	12,5	250,0
Outros	1.373	3.735	23.300	59.648	201,3	302,0	503,3

Fonte: Suinf/Geasa

(\*) - Produção média do intervalo estimado

### c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor, com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, mas com bons índices de produtividade.

Apesar do crescimento da área cultivada estima-se redução de 8,4% na quantidade colhida, caindo de 623.905,3 mil toneladas produzidas na safra 2010/11, para 571.471,0 mil toneladas na próxima safra, em função das condições climáticas não terem sido favoráveis à cultura.

### Quadro 036 – Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)
<b>Norte</b>	<b>19,63</b>	<b>34,79</b>	<b>77,23</b>	<b>1.278,4</b>	<b>2.570,6</b>	<b>101,08</b>
AC	0,420	0,570	35,71	33,8	52,6	55,62
AM	3,800	3,780	-0,53	347,0	280,3	-19,22
PA	9,980	12,570	25,95	521,9	691,4	32,48
RO	2,610	3,160	21,07	136,7	179,4	31,24
TO	2,820	14,710	421,63	239,0	1.366,9	471,92
<b>Nordeste</b>	<b>1.113,249</b>	<b>1.120,130</b>	<b>0,62</b>	<b>62.079,6</b>	<b>67.520,0</b>	<b>8,76</b>
AL	451,199	463,650	2,76	29.120,4	29.835,9	2,46
BA	42,570	51,360	20,65	2.792,2	3.507,9	25,63
CE	2,760	3,420	23,91	180,5	239,7	32,8
MA	42,100	39,570	-6,01	2.327,5	2.349,8	0,96
PB	111,800	122,590	9,65	5.246,3	6.506,0	24,01
PE	346,820	326,110	-5,97	16.820,8	18.430,1	9,57
PI	13,290	13,910	4,67	836,9	982,9	17,45
RN	65,720	62,260	-5,26	2.729,4	3.208,5	17,55
SE	36,990	37,260	0,73	2.025,6	2.459,2	21,41
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.202,520</b>	<b>1.379,370</b>	<b>14,71</b>	<b>93.344,7</b>	<b>95.566,1</b>	<b>2,38</b>
GO	599,310	678,420	13,2	46.206,8	48.032,1	3,95
MS	396,160	480,860	21,38	33.476,7	33.988,1	1,53
MT	207,050	220,090	6,3	13.661,2	13.545,9	-0,84
<b>Sudeste</b>	<b>5.136,540</b>	<b>5.220,970</b>	<b>1,64</b>	<b>423.799,5</b>	<b>364.212,5</b>	<b>-14,06</b>
ES	68,650	66,930	-2,51	3.524,8	4.164,7	18,15
MG	659,550	742,650	12,6	56.013,6	49.909,1	-10,9
RJ	51,330	41,310	-19,52	2.537,8	2.065,5	-18,61
SP	4.357,010	4.370,080	0,3	361.723,3	308.073,2	-14,83
<b>SUL</b>	<b>584,020</b>	<b>613,140</b>	<b>4,99</b>	<b>43.403,1</b>	<b>41.601,8</b>	<b>-4,15</b>
PR	582,320	611,440	5	43.321,1	41.516,8	-4,16
RS	1,700	1,700	0	82,0	85,0	3,66
<b>Brasil</b>	<b>8.055,959</b>	<b>8.368,400</b>	<b>3,88</b>	<b>623.905,3</b>	<b>571.471,0</b>	<b>-8,4</b>

Fonte: Suinf/Geasa

Da produção total estima-se que 283.906,5 mil toneladas serão utilizadas na produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar e outras 287.564,5 mil toneladas na produção de etano anidro e hidratado, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro 037 – Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol

Região/UF	Produção de Açúcar		Produção de Etanol			
	Cana	Açúcar	Etanol Anidro		Etanol Hidratado	
			Cana	Etanol Anidro	Cana	Etanol Hidratado
<b>Norte</b>	<b>456,2</b>	<b>54,9</b>	<b>1.331,6</b>	<b>106.819,6</b>	<b>782,9</b>	<b>57.259,2</b>
AC	-	-	-	-	52,6	2680,8
AM	155,4	15,100	-	-	124,9	7545,7
PA	300,8	39,800	172,9	13.602,0	217,8	17886,3
RO	-	-	-	-	179,4	11667,9
TO	-	-	1.158,7	93.217,6	208,2	17478,5
<b>Nordeste</b>	<b>41.163,8</b>	<b>5.145,500</b>	<b>14.898,5</b>	<b>1.111.275,0</b>	<b>11.457,8</b>	<b>880.171,3</b>
AL	20.795,6	2.659,100	5.668,8	430.998,7	3.371,6	267515,8
BA	1.071,7	127,900	916,6	65.057,8	1.519,6	112563,3
CE	-	-	-	-	239,7	17007
MA	119,8	15,700	1.877,5	146.680,6	352,5	28738,6
PB	2.257,6	276,800	2.036,4	148.479,9	2.212,0	168325,9
PE	13.811,5	1.684,500	2.882,5	209.028,3	1.736,1	131391,7
PI	464,9	57,900	491,5	36.362,5	26,5	2049,3
RN	1.854,5	226,300	689,8	50.051,7	664,2	50292
SE	788,2	97,300	335,4	24.615,5	1.335,6	102287,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>30.566,6</b>	<b>3.978,200</b>	<b>19.788,9</b>	<b>1.545.639,9</b>	<b>45.210,5</b>	<b>3.676.577,7</b>
GO	14.745,9	2.004,600	9.750,5	788.117,5	23.535,7	1985361,8
MS	12.813,5	1.575,000	5.866,3	428.734,1	15.308,2	1167600,7
MT	3.007,2	398,600	4.172,1	328.788,3	6.366,6	523615,2
<b>Sudeste</b>	<b>188.823,5</b>	<b>24.813,300</b>	<b>74.892,8</b>	<b>5.846.200,9</b>	<b>100.496,3</b>	<b>8.189.133,4</b>
ES	1.082,8	132,100	1.969,9	142.851,7	1.112,0	84155,8
MG	24.814,8	3.286,600	9.921,9	781.342,8	15.172,4	1246945,5
RJ	1.033,4	122,600	-	-	1.032,1	75977,2
SP	161.892,5	21.272,000	63.001,0	4.922.006,4	83.179,8	6782054,9
<b>SUL</b>	<b>22.896,5</b>	<b>2.890,700</b>	<b>6.119,6</b>	<b>459.375,6</b>	<b>12.585,7</b>	<b>985.136,5</b>
PR	22.896,5	2.890,700	6.119,6	459.375,6	12.500,7	979331,8
RS	-	-	-	-	85,0	5804,7
<b>Brasil</b>	<b>283.906,6</b>	<b>36.882,600</b>	<b>117.031,4</b>	<b>9.069.311,0</b>	<b>170.533,2</b>	<b>13.788.278,1</b>

Fonte: Suinf/Geasa

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da produção. No caso do etanol, deverão ser esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2010/11. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

#### d) Acompanhamento da Safra de Laranja – São Paulo e Triângulo Mineiro

A estimativa da safra de laranja, no Estado de São Paulo, resulta da parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA, com o Instituto de Economia Agrícola – IEA e com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.

Por meio da parceria entre Conab/IEA/CATI foi realizada uma amostra piloto para o levantamento da safra de laranja nos municípios produtores, localizados no Triângulo Mineiro/MG, mediante a aplicação de 101 questionários validados nos estabelecimentos agropecuários produtores.

A área plantada com laranja no estado de São Paulo vem sofrendo reduções consecutivas e mudando o perfil do produtor. Os pomares com dimensões menores estão perdendo

espaço e acabam absorvidos geralmente pelo cultivo da cana de açúcar. Este fato decorre da falta de condições do pequeno produtor para adotar as práticas culturais adequadas e usar os insumos necessários para o bom desempenho da cultura. A queda decrescente da produtividade torna o produto pouco competitivo no mercado, principalmente quando sua atividade é exclusivamente a produção de laranja.

Quando se compara com a safra anterior, o comportamento é de diminuição de área, passando de 608.600 ha para os atuais 569.641 ha, com variação de menos 6,4%. A causa da diminuição é a erradicação dos pomares improdutivos.

#### **Quadro 038 – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 São Paulo**

Variável	Unidade	Estimativa	Limite Inferior	Limite Superior	Varição (%)
Área total de laranja	Hectare	569.641	541.466	597.814	4,9
<b>Produção esperada (2011/12)</b>	<b>Cx de 40,8 kg</b>	<b>760.613.190</b>	<b>718.743.341</b>	<b>802.483.039</b>	<b>5,5</b>
Produção Comercial	Cx de 40,8 kg	375.743.282	361.465.037	390.021.527	3,8
Produção esperada p/ Indústria	Cx de 40,8 kg	334.411.521	316.353.299	352.469.743	5,4
Produção esperada p/ mesa	Cx de 40,8 kg	41.331.761	33.313.399,0	49.350.123	19,4
Produção não comercial e perdas	Cx de 40,8 kg	9.126.626	7.611.606,0	10.641.646,0	16,6

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Aos resultados extraídos pela aplicação dos questionários validados em campo nas mesorregiões de Frutal, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia do Triângulo Mineiro, foram aplicadas técnicas de imputação para dar consistência aos estimadores dos resultados finais. A estimativa de safra é de 21,1 mil hectares de área total, com plantio de laranja com 98% da área em produção. A produtividade média nesta safra é de 711 caixas de 40,8 kg por hectares, ou seja, 14,7 milhões de caixas produzidas em 20,7 mil hectares.

#### **Quadro 039 – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12 Triângulo Mineiro**

Item	Unidade	2011/2012
Área total com laranja	1.000 ha	21,1
Área em produção	1.000 ha	20,7
Produção comercial	Cx 40,8 kg	14,7
Produtividade média	Cx 40,8 kg/ha	77

Fonte: Suinf/Geasa

A produção de laranja no Triângulo Mineiro vem conquistando cada vez mais espaço na produção nacional. As principais vantagens da região para esta atividade são a proximidade com as indústrias citrícolas do Estado de São Paulo, as idênticas condições pluviométricas, a fertilidade do solo e o menor valor da terra nua quando comparado com São Paulo.

A safra 2011 está sendo de alta produção, porém a indústria de suco, principal player de compra, não está absorvendo o total da produção, provocando queda nos preços e redução drástica da margem de lucro do produtor.

As indústrias de suco têm promovido um forte processo de verticalização, ou seja, estão produzindo a própria matéria prima e este ano anteciparam a colheita, de forma a reduzir a necessidade imediata de comprar laranja dos produtores independentes. Por outro lado os representantes das indústrias afirmam que não há capacidade instalada para absorver toda a laranja produzida em tempo.

Segundo os produtores da região, essa deve estar entre as maiores safras da década. Apesar dos altos números de safra houve problema com a seca no Triângulo Mineiro, que afetou as áreas de maior produção, de forma que os frutos foram vendidos para as indústrias com menor teor de suco, provocando perdas de até 50% do total em valores monetários, que poderiam ser auferidos



com a venda da fruta.

Além desses, em 2011, efetuou-se o monitoramento da cultura do pinhão manso em todas as Unidades da Federação, e a consolidação dos levantamentos de safra de óleo de palma (dendê) realizados nos Estados do Amazonas, da Bahia e do Pará. O trabalho foi realizado a pedido do MAPA, para subsidiar o programa de biodiesel e para estudos por parte daquele Ministério. Também foi realizado o levantamento da safra de sisal no Estado da Bahia, objetivando o cálculo da produtividade média desta cultura para subsídio às operações de PEP. Está previsto a realização de mais 2 levantamentos durante o exercício de 2012, para a consolidação da metodologia utilizada.

Ao longo dos últimos anos, a Conab vem desenvolvendo estudos para introdução de novos negócios na Companhia. Tais trabalhos demandam constantes inovações do conhecimento e de novas atividades econômicas, relacionadas à multidisciplinaridade e às experiências operacionais assimiladas pelos técnicos, nestes diversos anos em que a Empresa sofreu mudanças provenientes do processo de fusão corporativa.

Essas novas oportunidades identificadas estão implícitas na missão e nas atribuições da Conab, e passam a fazer parte da corporação, alavancando o crescimento institucional em função da maior variabilidade de ações intrínsecas ao apoio, ao suprimento e à distribuição de alimentos ao País.

No âmbito da formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM destacam-se, em 2011, a elaboração das seguintes propostas/estudos/conjunturas:

- preços mínimos para 33 produtos pertinentes às Safras de Verão, Inverno e Produtos Regionais no Norte e Nordeste, além de sementes, no total de 12 propostas;
- implementação de preços mínimos para novos produtos, como sardinha e pêssego;
- 11 Notas Técnicas contendo propostas de aquisição de produtos, por meio da PGPM, dos produtos arroz e trigo; como também para o mecanismo de Contrato de Opção de milho;
- 20 propostas para utilização dos instrumentos de subvenção para escoamento da produção PEP, PEPRO E VEP para os seguintes produtos: uva/vinho, trigo, feijão, sisal e arroz; como também visando a venda de estoques de: café, trigo, milho e feijão;
- 119 Pareceres Técnicos, com propostas de apoio à comercialização, com a definição de preços para diversas operações de venda de produtos da PGPM, tais como: café, trigo, milho, feijão e sorgo, além de sacaria de polipropileno. Quanto às operações de compra e venda simultânea foram elaborados índices de troca para arroz e trigo destinados a doações internacionais, como também produtos destinados à cesta básica do MDS, executados por meio de leilão eletrônico.
- 31 reuniões de conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM e outras ainda foram realizadas com a participação de público interno e externo. Ressalte-se que no site da Conab estão disponibilizadas 329 conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM (248 semanais e 81 mensais), para consulta dos agentes do agronegócio, estudantes e pesquisadores. Além destas, ocorre a elaboração mensal de conjuntura agrícola de forma resumida, sobre o mercado interno e externo, para publicação no Relatório Sintético das Atividades da Companhia, destinado ao seu Conselho de Administração e ao público interno.
- Preços no atacado, com o fim de subsidiar a realização e a formação de preços de venda para o Programa Vendas em Balcão, que tem como objetivo a comercialização de produtos básicos voltada aos pequenos produtores, principalmente avicultores e suinocultores.
- Informação quinzenal, dos preços de sobretaxa - valor de seguro dos produtos estocados pelos armazéns próprios e de terceiros, com vistas a subsidiar o ressarcimento de perdas em armazenagem em unidades privadas.
- Notas Técnicas elaboradas objetivando os seguintes fins: a) processo de beneficiamento e



industrialização de castanha de caju, b) demonstração dos processos de produção e industrialização da cera de carnaúba refinada, c) proposta de alteração na operação para obtenção de arroz beneficiado visando doação internacional, d) proposta de atuação para a safra de trigo e arroz no sul do país, e) proposta para execução do programa de compra com remoção simultânea no Estado de Rondônia, f) sobretaxa de importação de farinha de trigo da Argentina, g) parecer sobre o PLS n.º 51/08 sobre política de abastecimento, h) proposta de entrega de arroz em pagamento da dívida contraída pelos produtores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, i) proposta de abastecimento de milho para a Região Nordeste; j) uso do PEPRO para apoiar a comercialização de arroz em substituição ou complementação ao uso do milho para ração de aves e suínos.

•Trabalho “Arranjo Produtivo para Pequenos Produtores de Sisal da Bahia” desenvolvido em parceria com a Sureg-BA, Secretaria de Tecnologia e de Abastecimento da Bahia, além de associações de produtores e de extensão rural, objetivando a adoção de um sistema multifuncional com a introdução de culturas consorciadas ao sisal, de modo a reduzir a dependência de renda do produto por uma única cultura.

## **10.1 – Projetos GeoSafras e SIGABrasil**

### **a) Projeto GeoSafras**

A agricultura brasileira tem evoluído a cada safra, aumentando o volume e a complexidade dos trabalhos pertinentes às estimativas da produção. Além da grande extensão territorial, as diversidades regionais de aspectos físicos (clima, solo, relevo, cobertura vegetal e disponibilidade hídrica), econômicos (fontes de financiamento e nível de investimento em insumos e tecnologia) e socioculturais (perfil do produtor e conhecimento tradicional) sobrecarregam os trabalhos de estimativas de safra da Companhia.

Nesse ambiente complexo, de vocação agrícola variada, a Conab tem buscado medidas mais eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de safras do governo e, para isso, tem se empenhado na apropriação de ferramental diversificado, em complementação à metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo (método subjetivo).

Com esse propósito, a Conab vem utilizando (desde 2004) recursos tecnológicos de eficiência comprovada, tais como: modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais, para estimar as áreas de cultivo e prever impactos à produtividade das lavouras. Esse conjunto de tecnologias constitui o método objetivo de previsão de safras, que integra o Projeto Geosafras.

A partir de entendimentos iniciados em 2003, formou-se em torno do Geosafras um ambiente de cooperação e de união de esforços entre diversas instituições de ensino e pesquisa e muitas outras entidades de apoio e extensão rural que, em conjunto, tem trabalhado para aprimorar as estimativas de safra brasileiras, tornando inquestionáveis os números do governo. Essa integração possibilitou a aplicação em escalas regional e nacional, daquelas experiências que inicialmente foram testadas em nível de município e de lavouras pontuais.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2011 destacam-se:

•Atualização do mapeamento do café, para a safra 2011, no estado do Paraná; de cana de açúcar (setor sucroalcooleiro), para a safra 2011/12, nos estados produtores do norte/nordeste de Goiás; de grãos (milho 1.ª safra e soja) e cana de açúcar, para as safras 2010/112 e 2011/12 respectivamente;

• Mapeamento da área plantada com arroz, safra 2010/11, no Rio Grande do Sul e de soja, trigo e milho 2.<sup>a</sup> safra, safra 2010/11, no Paraná;

• Desenvolvimento, calibração e ajuste de modelos agrometeorológicos e espectrais (imagens de satélite) de previsão de produtividade da cana de açúcar e do café nos principais estados produtores;

• Estimativas da produtividade da cana de açúcar e do café nos polos produtores com produção mais significativa, utilizando dados de estações meteorológicas e imagens de satélite.

• Monitoramento da evolução das áreas de pastagens (2010 e 2011) em 33 municípios do sudeste do estado do Pará, com imagens LANDSAT e validação em campo (Conab/INMET);

• Operacionalização do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT) prevista no Grande Acordo de Cooperação e de Intercâmbio de Informações, coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast;

• Manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite-LATIS, implementado no acordo entre a Conab e o INMET;

• Atualização dos dados do sistema GeoWEB, acessível no link: <http://geoweb.conab.gov.br/conab/>.

## **b) Projeto SIGABrasil**

O agronegócio é geográfico, daí ser o único setor da economia capaz de harmonizar desenvolvimento com interiorização, reduzindo disparidades intra e inter regionais, e desenvolvimento com justiça social (fonte: Internet).

Qualquer entidade ou organização do agronegócio necessita atuar nas relações entre empresas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, gerar e difundir informações, com uma visão ampla e espacializada de toda a cadeia de produção.

As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram universo de informações espacializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geoespaço. A logística do agronegócio envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessitam ser trabalhadas de forma integrada.

As geotecnologias podem contribuir como suporte de informações para a comunidade do agronegócio. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a este ambiente podem ser aprimoradas quando captadas por meio de ferramentas como GPS e sensoriamento remoto, tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O SIGABrasil, trabalha o universo de informações de modo integrado no geoespaço. Não apenas sobrepondo camadas de informações mapeadas, mas também permitindo outras operações espacializadas como: escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha de

regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; gerenciamento de programas sociais; oferta e demanda de emprego etc.

O Sistema atende ampla comunidade do agronegócio mas a maior parte das demandas tem origem na própria Companhia. A seguir alguns exemplos de produtos gerados em 2011 no atendimento das necessidades de técnicos em diversas atividades:

- Atualização dos mapas de produção agrícola das principais culturas cultivadas no Brasil;
- Atualização do georeferenciamento das Usinas de cana de açúcar e dos armazéns cadastrados pela Conab;
- Análise da expansão dos cultivos e da substituição de culturas em estados da Região Centro-Oeste e o no Paraná;
- Estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores.

**Quadro 040 – Variação da Área Cultiva x Produção Safras 2009/10 e 2010/11**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
<b>Amendoim total</b>								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	136,0	102,8	-24,4	-33,2	273,0	208,8	-23,5	-64,2
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
<b>Feijão total</b>	<b>40,0</b>	<b>52,0</b>	<b>30,0</b>	<b>12,0</b>	<b>28,0</b>	<b>37,2</b>	<b>32,9</b>	<b>9,2</b>
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	40,0	52,0	30,0	12,0	28,0	37,2	32,9	9,2
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
<b>Milho total</b>	<b>217,8</b>	<b>213,1</b>	<b>-2,2</b>	<b>-4,7</b>	<b>540,6</b>	<b>544,7</b>	<b>0,8</b>	<b>4,1</b>
Milho 1ª safra	217,8	213,1	-2,2	-4,7	540,6	544,7	0,8	4,1
Milho 2ª safra								
Soja	86,9	104,8	20,6	17,9	232,5	314,4	35,2	81,9
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
<b>Total PA</b>	<b>480,7</b>	<b>472,7</b>	<b>-1,7</b>	<b>-8,0</b>	<b>1.074,1</b>	<b>1.105,1</b>	<b>2,9</b>	<b>31,0</b>

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

**Quadro 041 – Variação da Área Cultiva x Produção Safras 2010/11 e 2011/12**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
<b>Amendoim total</b>								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	102,8	102,8	0,0	0,0	208,8	204,0	-2,3	-4,8
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
<b>Feijão total</b>	<b>52,0</b>	<b>52,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37,2</b>	<b>40,0</b>	<b>7,5</b>	<b>2,8</b>
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	52,0	52,0	0,0	0,0	37,2	40,0	7,5	2,8
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
<b>Milho total</b>	<b>213,1</b>	<b>213,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>544,7</b>	<b>522,1</b>	<b>-4,1</b>	<b>-22,6</b>
Milho 1ª safra	213,1	213,1	0,0	0,0	544,7	522,1	-4,1	-22,6
Milho 2ª safra								
Soja	104,8	104,8	0,0	0,0	314,4	303,9	-3,3	-10,5
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
<b>Total PA</b>	<b>472,7</b>	<b>472,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.105,1</b>	<b>1.070,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>-35,1</b>

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No âmbito da Sureg Pará, foram geradas informações que subsidiaram tanto o GeoSfras quanto o SIGABrasil

**Arroz** - A área cultivada de arroz da safra 2010/2011 foi de 102,8 mil toneladas, 33,2 % menor que a área cultivada na safra anterior, que foi de 136,0 mil hectares. No final da colheita chegou-se a produção estadual de 208,8 mil toneladas, 64,2 % menor que a safra 2009/2010 que foi de 273,0 mil toneladas. Na safra de 2011/2012 espera-se a manutenção dos valores da safra anterior.

**Feijão** – O cultivo da área de feijão , safra 2010/2011 foi de 52,0 mil hectares , 24,4% maior que a área de 2009/2010. No Pará, esse crescimento da área em relação à safra anterior determinou um crescimento da produção em 32,9 %, passando de 28,0 mil toneladas para 37,2 mil toneladas na safra 2010/2011. Os números devem se manter para a safra 2011/2012.

**Milho** – A lavoura do milho no Pará, registrou um decréscimo na área plantada de 217,8 na safra 2009/2010 para 213,1 mil hectares ( 2010/2011). A melhoria dos índices de produtividade proporcionaram um aumento de 0,8 % na produção de 540,6 mil toneladas da safra 2009/2010, para 544,7 mil toneladas na safra 2010/2011. A safra 2011/2012 deve se situar no patamar da safra anterior.

**Soja** – Na safra 2010/2011 a área cultivada de soja foi de 104,8 mil hectares, 20,6 % superior a safra 2009/2010 que foi de 86,9 mil hectares. A produção da safra 2010/2011 foi de 314,4 mil toneladas, 35,2 % superior a safra 2009/2010 que foi de 232,5 mil toneladas. Para a safra de 2011/2012 espera-se a manutenção dos valores da safra anterior.

## 11 – GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas nas organizações é compreendida pelo recrutamento, integração, treinamento, benefícios e análise dos cargos e salários.

No âmbito da Sureg Pará, a gestão de pessoas se restringe a benefícios e treinamentos, embora este no que diz respeito aos treinamentos, tenha ocorrido uma redução significativa no ano de 2011. As demais relacionadas à gestão de pessoas, são ações administradas pelas Áreas da Matriz, que conduzem o recrutamento de pessoal principalmente através de concursos públicos para o provimento do quadro efetivo de empregados regidos pela CLT.

Contudo, para a consecução dos objetivos estabelecidos, faz necessária a contratação por licitação, de parceiros para a execução de tarefas distintas das atribuições vinculadas aos cargos existentes no quadro efetivo da Regional Pará, como motoristas, vigilantes, faxineiros, braçagistas.

### 11.1 – Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

A distribuição dos empregados na Sureg Pará é feita levando em consideração a compatibilidade das atribuições inerentes ao cargo/função com o perfil profissional do empregado. Nesse sentido, há uma carência expressiva de técnicos qualificados para o desempenho de atividades específicas nas áreas contábil, recursos humanos, fiscal, entre outras.

O contingente de colaboradores oriundo de decisões judiciais, em que pese ser responsável por valorosa contribuição, especialmente nesse período de carência de material humano, mostra-se inadequado para o desenvolvimento de tarefas que requerem conhecimentos técnicos específicos, configurando a situação de quantidade que teoricamente seria suficiente, mas que não apresenta a excelência almejada pelas próprias limitações e falta de qualificação necessária, quase sempre, decorrentes de longo período a que estiveram ausentes do mercado de trabalho.

A alocação dos empregados na SUREG/PA é feita com base nas demandas das áreas, observando-se as competências regimentais do cargo, a experiência e aptidões do empregado. Nesse sentido, busca-se evitar situações de desvio de função, porém valorizando a sua área de formação, como estímulo e incentivo no aprendizado contínuo.

As eventuais mudanças internas, quando ocorrem, são realizadas através de Ato de Superintendência, adequando-se a capacidade pessoal às necessidades funcionais.

No exercício de 2011 não houve qualquer mobilidade de pessoal na Regional do Pará, permanecendo a extrema carência de mão de obra qualificada para o desenvolvimento das mais várias atividades que são desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

## 11.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Todos esses meios de comunicação são do conhecimento e acesso do corpo funcional da SUREG/PA, usando-se, ainda, o Quadro de Avisos colocado em local visível a todos, com os informativos gerados pela Matriz e Regional.

## 11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;

- Preenchimento dos formulários;

- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões;

e

- Conclusão e disseminação dos resultados.



A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

#### **11.4 – Capacitação de Pessoal**

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

As Regionais dispõem de autonomia para a contratação de cursos de capacitação, dentro de limite orçamentário definido pela Diretoria. Ultrapassado esse valor, os pedidos devem ser submetidos à área de capacitação da Matriz, para avaliação e autorização.

Em razão dos cortes orçamentários sofridos em 2011, a participação dos empregados da SUREG/PA em treinamento foi muito pequena, destacando-se apenas 05 eventos promovidos pela CONAB/Matriz, em Brasília-DF, sendo 01 geral com Superintendente e gerentes de área e os outros 04 direcionados à área operacional. Em Belém, conseguiu-se a contratação de 03 cursos total de R\$3.331,00.

Houve, também, investimento no Programa Educacional de Idiomas para 01 empregado da SUREG-PA que se interessou no incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78, concedido pela Conab.

#### **11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo**

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.



### Quadro 042 - Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na UJ

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva(1)		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	-	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	<b>0</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	0	-	0
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.4.1 Cedidos	-	5	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	1	-	-
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1 Cargos de Natureza Especial</b>	-	-	-	-
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	14	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>74</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de pessoal da Sureg Pará, 35 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou Lei nº 8.878/1994 de anistia, correspondendo a 47,3% do quadro abaixo.

**Quadro 043 - Demonstrativo da Variação do Efetivo por Situação Contratual**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg Pará		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	39	39	-
Reintegrado (Transitado)	2	2	-
Reintegrado Liminar	2	2	-
Anistiado (Transitado)	16	16	-
Anistiado (Liminar)	5	5	-
Anistiado (Lei 8878/94)	10	10	-
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>-</b>

Fonte: Dirad/Sureh

**Quadro 044 – Composição do Quadro de Pessoal por Situação Funcional**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	PA		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	68	67	(1)
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	1	1	2
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	5	5	-
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requirido	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>73</b>	<b>(1)</b>

Fonte: Dirad/Sureh

### 11.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

O quadro funcional da SUREG-PA encerrou 2011 com 73 empregados em efetivo exercício na empresa, dos quais 5 cedidos a outros órgãos. Um empregado encontra-se com o contrato suspenso por afastamento de licença benefício do INSS.

Em relação à distribuição do contingente nas diversas áreas de lotação, o quadro abaixo apresenta essa distribuição.

**Quadro 045 – Distribuição Comparativa 2010/2011 por Área de Lotação**

ÁREA	2010	2011
ADMINISTRATIVA	65	68
OPERACIONAL	46	45
CEDIDOS	14	14
LICENCIADOS	0	1
TOTAL	74	74

Fonte: Gefad/Pa

**Quadro 046 – Demonstrativo por Nível de Enquadramento**

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	13	9	17	0	39
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	1	1	0	0	2
Reintegração judicial (liminar)	1	1	0	0	2
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	12	2	2	0	16
Readmissão-Anistia (liminar)	3	1	1	0	5
Anistiado (Lei 8.878/94)	8	2	0	0	10
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>74</b>

Fonte: Gefad/Pa

#### 11.5.1.1 – Composição de Pessoal Por Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 32 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), equivalente a 43,24% do quadro em 2011, evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

O número de empregados enquadrados nos cargos de nível superior representa 27,02% do total da força de trabalho da Regional do Pará, o qual é insuficiente para atender as demandas técnicas existentes.

### Quadro 047 – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	1	0	5	9	25	11	7	2	0	0	60
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira	1		5	8	24	10	7	2			57
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				1	1	1					3
<b>2. Provimento de cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	2	7	4	1	0	0	14
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					2	7	4	1			14
<b>3. Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>27</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>74</b>

**LEGENDA: Nível de Escolaridade** 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Gefad/Pa

#### 11.5.1.2 – Composição de Pessoal Por Faixa Etária X Tempo de Serviço

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 14 empregados (18,92% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No exercício de 2011, apenas 01 empregado da SUREG-PA se aposentou, sendo que todos nessa condição continuam mantendo o contrato de trabalho com a Conab.

Os números apresentados no quadro abaixo, evidenciam uma situação extremamente preocupante no que diz respeito à necessidade urgente de renovação do quadro funcional da Sureg Pará, onde 50 empregados, equivalente a 67,57% têm idade entre 51 a 65 anos. Além disso, 18 desses empregados já completaram entre 31 e 40 anos de trabalho na empresa.

#### Quadro 048 – Quadro de Pessoal por Faixa Etária X Tempo de Serviço

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa									Total	Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40		
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,35
31 a 35	3	1	0	0	0	0	0	0	0	4	5,41
36 a 40	1	3	0	0	0	0	0	0	0	4	5,41
41 a 45	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2,70
46 a 50	1	0	1	3	1	3	0	0	0	9	12,16
51 a 55	4	3	1	5	1	4	8	0	0	26	35,14
56 a 60	2	0	0	4	0	1	3	4	0	14	18,92
61 a 65	0	2	2	2	0	1	2	1	0	10	13,51
66 a 70	0	0	0	2	0	0	1	0	0	3	4,05
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1,35
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>74</b>	-

Fonte: Sutin/Gesof

Apesar da situação deficitária do quadro de pessoal da Sureg Pará, mantêm-se 05 empregados cedidos a outros órgãos, sendo 02 a AGU em Santarém (PA), 01 ao INMETRO em Belém (PA) e 02 ao INCRA em Conceição do Araguaia (PA), devido ao nível de enquadramento desses como Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar Administrativos, sem perfil para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos que são mais demandados, bem como pelo local de domicílio em que foram anistiados, por não existir representação da Conab no local.

### 11.5.1.3 – Redução da Força de Trabalho

Dos 74 empregados lotados na Sureg Pará no final do exercício/2011, 6 encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, sendo 5 por cessão a outros órgãos e 1 licenciado pelo INSS, correspondendo a cerca de 8,11%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro 049 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ**

<b>Tipologias dos Afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>5</b>
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	5
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
<b>2. Licença Remunerada (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
<b>3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)</b>	<b>1</b>
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
<b>4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro</b>	<b>6</b>

Fonte: Dipai/Sutin

### 11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício sob análise não houve ocorrências dessa natureza na Sureg Pará.

### 11.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, ser aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

**Quadro 050 - Perspectivas de Aposentadoria  
(Por Tempo de Serviço)**

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL	4	0	4		1			1	
ASGARMAZENISTA	0	0	0			1			
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	0			1			2
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	4	1	4			1			1
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS	0	0	0						
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	0	0	0	1					
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0	1						
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0	2			2			
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS	1	0	1						
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0	2						
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0	2						
ASSISTENTE DE REC HUMANOS	1	0	1						
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	1	0	1	1					
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0	0	0				1		
ANALISTA DE CONTABILIDADE	1	0	1		1				
ANALISTA DE OPERAÇÕES							1		
ANALISTA PROCURADOR	0	0	0				1		
<b>T O T A I S</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Gefad/Pa

#### 11.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Em relação à recomposição do quadro de pessoal, não tivemos qualquer alteração no exercício de 2011, em que pese as reiteradas manifestações desta Sureg Pará apresentadas, demonstrando o déficit existente e solicitando providências para adequar o quadro funcional às demandas.

Na contra mão das necessidades, especial pela idade média avançada do corpo funcional, ainda sofremos perdas por motivos de doença, registrando-se a suspensão do contrato de trabalho de 01 empregado por licença benefício.

A estagnação do quadro de empregados, sem incentivo, incremento e qualificação, compromete o desenvolvimento das ações para que se possa cumprir o estabelecido no Mapa Estratégico Corporativo da CONAB, fazendo-se necessária a imediata contratação de mais Técnicos de Nível Superior para as diversas áreas da Companhia – Administrativa, Contábil, Financeira, Operacional e Jurídica – de forma a dotar o corpo funcional de capacidade específica para as mais variadas e complexas atividades da empresa.

Em relação à recomposição do quadro de pessoal, não tivemos qualquer alteração no exercício de 2011, em que pese as reiteradas manifestações desta Sureg Pará apresentadas, demonstrando o déficit existente e solicitando providências para adequar o quadro funcional às demandas.

### 11.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG-PA contava com 11 estagiários de nível superior e 01 de nível médio, com custo anual de R\$ 85.479,45 (salário e auxílio transporte).

**Quadro 051 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
<b>Nível Superior</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	13	11	<b>85.479,45</b>
Área Fim	5	4	5	5			
Área Meio	6	6	4	5			
<b>Nível Médio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	1	1	1	1			
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>85.479,45</b>

Fonte: Sureh/Gepes

### 11.5.6 – Custos de Pessoal

As despesas com Pessoal da Sureg Pará no exercício/2011 atingiram o montante de R\$ 6.810.698,54, com crescimento de R\$ 346.342,76, correspondente a 5,36% em relação do período anterior.



Quadro 052 – Custo de Recursos Humanos Exercícios de 2009/2010/2011

Em R\$



DETALHAMENTO DA DESPESA	Exercício		
	2009	2010	2011
<b>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS</b>	<b>3.711.085,08</b>	<b>4.524.499,20</b>	<b>4.657.298,85</b>
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	2.071.503,43	2.681.193,01	2.697.990,85
331901105 INCORPORACOES	120.264,58	131.897,86	134.652,13
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	6.682,00	6.756,00	10.372,00
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	75.000,00	1.000,00	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	413.203,60	392.974,56	467.541,67
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	361.737,73	385.323,27	415.385,50
331901143 13 SALARIO	352.159,49	411.652,24	461.136,36
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	79.381,18	94.384,98	95.997,92
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	86.827,75	101.427,69	114.217,95
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	130.141,92	142.794,25	176.759,48
331901147 LICENCA-PREMIO	49.948,17	191.776,80	111.343,27
523170203 CRED P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	63.395,91	64.823,58	68.837,17
623170203 (-)CRED P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-96.076,44	-82.199,28	-77.770,50
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	262.071,61	303.129,08	320.246,75
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-262.071,61	-303.129,08	-320.246,75
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	462.368,34	520.163,35	559.235,65
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-417.689,76	-470.434,04	-521.258,99
523170502 ADTOS. CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	255.630,33	291.182,19	330.395,49
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-303.393,15	-340.217,26	-387.537,10
<b>OBRIGAÇÕES PATRONAIS</b>	<b>1.322.986,47</b>	<b>1.624.042,23</b>	<b>1.721.964,97</b>
331901301 F.G.T.S.	300.672,31	348.874,88	363.934,57
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	93.761,11	108.798,46	113.684,42
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	229.516,82	298.328,07	317.376,03
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-213.968,66	-269.171,16	-303.115,89
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	874.164,73	1.013.914,89	1.060.016,05
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	38.840,16	123.297,09	170.069,79
<b>OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL</b>	<b>168.555,55</b>	<b>189.232,69</b>	<b>175.860,70</b>
331909401 INDENIZ. E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	0	10.034,59	0
331901632 SUBSTITUICOES	18.531,66	23.028,65	26.756,00
331919401 INDENIZACOES TRABALHISTAS A TIVO CIVIL	0	1.676,08	2.816,98
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	3.023,51	237,43	2,33
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	69.940,38	79.836,54	80.665,79
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	0	7.427,00	7.447,00
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	6.080,00	9.780,00	8.600,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	7.140,00	8.187,20	7.925,40
333900855 AUXILIO CRECHE	63.840,00	49.025,20	41.647,20
<b>SENTENÇAS JUDICIÁRIAS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS</b>	<b>741.874,05</b>	<b>126.581,66</b>	<b>255.574,02</b>
331919108 SENTENÇAS JUDICIAIS DA CONTRIB PATRONAL	0	0	6.763,62
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-AT CIVIL	603.374,93	18.524,23	123.720,16
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	38.622,41	97.178,00	165.825,04
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-AT CIVIL	29.088,65	2.715,91	6.716,36
523170602 RECURSOS VINCULADOS	137.765,83	132.348,17	164.490,88
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-66.977,77	-124.184,65	-211.942,04
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.944.501,15</b>	<b>6.464.355,78</b>	<b>6.810.698,54</b>

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

#### **11.5.6.1 – Auxílio-Transporte**

O Auxílio-Transporte é um benefício social obrigatório pago ao empregado, destinado ao custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual.

A execução desta Ação se dá de duas formas:

- a) por meio da folha de pagamentos elaborada pela Matriz, para os empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia, e
- b) por meio de créditos em cartão magnético.

#### **11.5.6.2 – Auxílio-Alimentação**

O Auxílio-Alimentação é um benefício social obrigatório pago ao empregado, de caráter indenizatório, não podendo ser incorporado ao seu vencimento, destinado ao custeio de despesas realizadas com alimentação.

#### **11.5.6.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados e seus Dependentes**

A concessão de Assistência Médica aos seus empregados por parte do empregador, constitui-se num benefício de grande alcance social, em vista da forma precária com que o esse serviço é oferecido aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, em que pese ser um direito constitucional.

Por outro lado, o estado de saúde do colaborador tem implicação direta com seu bem-estar e sua produtividade diária. Nesse sentido, sua concessão torna-se elemento motivador, cujos efeitos podem ser somados aos resultados alcançados pelas empresas. Edu.

Cabe destacar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, sem contribuição fixa mensal, havendo o desconto de participação de cada empregado, de acordo com o nível salarial, somente quando o serviço é utilizado, conforme Tabela de Participação Financeira -TPF, constante da Cláusula Oitava do Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2009/2011.

#### **11.5.6.4 – Assistência Médica Empregados - Exames Periódicos**

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, realizado através de convênios, a Conab proporciona, também, no mês de aniversário de cada empregado, exames médicos periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições, o qual é custeado pela Empresa integralmente e consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológicas, cardiológicas, ginecológicas, urológicas, odontológicas, etc. Texto do Relatório passado.

#### **11.5.6.5 – Capacitação de Pessoal**

Seguindo a tendência do mercado, onde o principal elemento componente das organizações é o capital humano, responsável por sua competência e sucesso, a Sureg Pará proporciona diversas ações de treinamento ao seu corpo funcional, na busca da necessária qualificação e proporcionando as condições adequadas para o desenvolvimento das tarefas laborais.

Entretanto, por escassez de recursos no exercício de 2011 esse benefício sofreu significava redução, impossibilitando o incremento de cursos próprios para melhorar o desenvolvimento das diversas atividades desenvolvidas.

### 11.5.7 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

#### Quadro 053 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB														
UG/Gestão: 135242/22211										CNPJ: 26.461.699/0078-60				
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
				Início	Fim	F		M		S			P	C
						P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	07-489/2009	28/10/10	27/10/11		1		2			A		3
2009	V	O	07-088/2009	24/04/09	24/04/11		2		20			A		22

Observação:

Legenda:  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Supad

#### Quadro 054 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB															
UG/Gestão: 135242/22211										CNPJ: 26.461.699/0078-60					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2006	1	O	07.136-2006	6855175000752	05/10/2006	03/10/2012		1		1			P		2
2009	1	O	07.046-2008	5802737000141	01/06/2009	30/06/2012							P		
2011	4	O	07.102-2011	4615616000128	31/05/2011	30/05/2012							P		

Observação: Os contratos sem registro de mão de obra referem-se aos serviços de escritório de advocacia, manutenção de elevador, sem número fi

Legenda:  
 Área:  
 1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;  
 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;  
 3 – Serviços de Copa e Cozinha;  
 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;  
 5 – Serviços de Brigada de Incêndio;  
 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;  
 7 – Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Supad

## 11.6 – Cibrius

### Quadro 055 – Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2011

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	<b>Free</b>			
	<b>-Float</b>	-	-	-
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	<b>Free-Float</b>			
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

## 12 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO e CONTÁBIL

### 12.1 – Análise da Execução Orçamentária

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-PA estão inseridas nos 3 programas do PPA, distribuindo-se em 12 Ações abaixo relacionadas:

#### Quadro 056 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesa de Pessoal</b>	<b>2.010.996,62</b>	<b>2.312.004,52</b>	<b>2.010.996,62</b>	<b>2.312.004,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.851.594,27</b>	<b>2.140.353,29</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	285.982,49	301.274,51	285.982,49	301.274,51	0,00	0,00	263.738,08	278.224,89
Obrigações Patronais	1.594.885,32	1.707.704,83	1.594.885,32	1.707.704,83	0,00	0,00	1.457.727,38	1.559.103,22
Depósitos Compulsórios	97.178,00	165.825,04	97.178,00	165.825,04	0,00	0,00	97.178,00	165.825,04
Sentenças Judiciais	21.240,14	137.200,14	21.240,14	137.200,14	0,00	0,00	21.240,14	137.200,14
Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.710,67	0,00	11.710,67	0,00	0,00	0,00	11.710,67	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>13.646.002,89</b>	<b>12.324.331,18</b>	<b>12.865.369,61</b>	<b>9.652.190,00</b>	<b>780.633,28</b>	<b>2.672.141,18</b>	<b>12.475.535,14</b>	<b>9.186.516,79</b>
Diárias	122.072,20	72.388,00	122.072,20	72.388,00	0,00	0,00	122.072,20	72.388,00
Material de Consumo	96.832,01	0,00	95.832,01	0,00	1.000,00	0,00	91.493,21	0,00
Material de Distribuição Gratuita	10.613.653,11	8.845.886,71	9.890.468,05	6.669.684,67	723.185,06	2.176.202,04	9.613.201,59	6.329.984,10
Passagens e Despesas com Locomoção	89.716,34	51.560,03	89.716,34	51.661,40	0,00	-101,37	89.716,34	51.661,40
Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	42.008,59	34.717,61	42.008,59	34.717,61	0,00	0,00	41.504,59	33.985,51
Locação de Mão-de-Obra	623.593,58	729.522,18	623.593,58	729.522,18	0,00	0,00	623.593,58	686.180,38
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.991.456,60	2.503.888,35	1.935.008,38	2.007.847,84	56.448,22	496.040,51	1.827.283,17	1.925.952,58
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	60.831,05	82.220,37	60.831,05	82.220,37	0,00	0,00	60.831,05	82.216,89
Indenizações e Restituições	5.839,41	4.147,93	5.839,41	4.147,93	0,00	0,00	5.839,41	4.147,93
<b>4 – Investimentos</b>	<b>60.783,50</b>	<b>2.215,00</b>	<b>37.170,10</b>	<b>2.215,00</b>	<b>23.613,40</b>	<b>0,00</b>	<b>28.303,00</b>	<b>2.215,00</b>
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	-	2.215,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	60.783,50	0,00	37.170,10	2.215,00	23.613,40	0,00	28.303,00	2.215,00
<b>5 – Inversões Financeira</b>	<b>699.398,43</b>	<b>900.916,63</b>	<b>699.398,43</b>	<b>900.916,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>699.398,43</b>	<b>900.916,63</b>
Aquisição de Produtos para Revenda	699.398,43	900.916,63	699.398,43	900.916,63	0,00	0,00	699.398,43	900.916,63
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>16.417.181,44</b>	<b>15.539.467,33</b>	<b>15.612.934,76</b>	<b>12.867.326,15</b>	<b>804.246,68</b>	<b>2.672.141,18</b>	<b>15.054.830,84</b>	<b>12.230.001,71</b>

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 14,97%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$137.200,14.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em

situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$9.652.190,00 com decréscimo de 9,69% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, parcialmente compensadas pelos aumentos nas despesas com Locação de mão de obra, Outros Serviços de Terceiros-PJ e das Obrigações tributárias e contributivas. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 96,36% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 28,81%, passando de R\$699.398,43 para R\$900.916,63. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de frete de milho para atendimento ao Programa Vendas em Balcão, no valor de R\$475.563,33 (52,79%) e a aquisição de produtos da agricultura familiar, no valor de R\$267.491,00.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-PA estão inseridas nos 3 programas do PPA, distribuindo-se em 12 Ações abaixo relacionadas:

### **12.1.1 – Programas**

12.1.1.1 (0352) - Programa Abastecimento Agroalimentar

12.1.1.2 (0360) - Programa Gestão da Política Agropecuária

12.1.1.3 (0901) - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

### **12.1.2 – Principais Ações dos Programas**

#### **➤ 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**

- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos;
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2130 - Formação de Estoques Públicos-PGPM;
- 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;



- 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
- 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
- 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
  - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.
- **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
  - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Além disso, foram desenvolvidas algumas operações relativas às ações e programas do PPA, relacionadas abaixo, embora de responsabilidade do MDS, MDA e MI:

- **0351 - Programa Agricultura Familiar (MDA)**
  - 2B81 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- **1029 - Programa Resposta aos Desastres e Reconstrução (MI)**
  - 22BO -Ações de Defesa Civil
- **1049 - Programa Acesso à Alimentação (MDS)**
  - 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos;
  - 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar;
  - 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar.

Os resultados realizados por Ação durante o exercício de 2011 e as metas previstas para 2012 estão resumidas no quadro seguinte.

### Quadro 057 – Execução Física e Orçamentária das Ações Realizadas pela UJ

Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (RS)	Dotação Realizada (RS)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	260	267	260	234.000,00	233.954,91
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	70	76	70	18.700,00	18.677,44
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	71	72	72	450.000,00	418.237,14
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	55	66	64	18.000,00	16.483,85
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	0	1	0	5.000,00	1.414,90
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	27	19	24	36.000,00	10.561,80
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	310.000,00	303.025,18
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	18	19	10	15.000,00	5.160,79
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	1.500.000,00	633.425,63
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	3.510.000,00	3.499.184,76
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	2.000,00	1.806,78
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	1	-	-	86.597,88	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	-	-	-	-	-
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	-	-	-	-	-
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
21	605	0351	2B81	A	4	Produto adquirido	-	-	-	267.491,00	267.491,00
8	244	1049	2792			Produto distribuído				3.271.700,26	3.227.042,71
8	306	1049	2798			Produto adquirido				6.081.112,62	3.904.910,58
8	605	1049	2802			Estoque operacionalizado				760.665,21	312.009,57
		1029	22BO			Operação realizada				13.939,11	13.939,11



### 12.1.2.1 - (2004) – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

#### Quadro 058 – Metas e Execução da Ação (2004)

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes  
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001  
PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	234.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>24.605.292,00</b>	<b>234.000,00</b>	<b>0,95</b>
Execução Orçamentária	24.534.231,29	233.954,91	0,95
<b>Índice</b>	<b>99,71</b>	<b>99,98</b>	-
Meta Física	14.849	260	1,75
Execução Física	14.880	267	1,79
<b>Índice</b>	<b>100,21</b>	<b>102,69</b>	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Para o atendimento das necessidades de saúde dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovado a dotação orçamentária para a Conab desenvolver o seu plano de Serviço de Assistência à Saúde-SAS na ordem de R\$19.519.046,00, com reforço de R\$5.086.246,00, totalizando o orçamento em R\$24.605.292,00 para o exercício de 2011, cujo gasto atingiu o valor de R\$24.534.231,29, correspondente a 99,71% da meta financeira.

#### Quadro 059 – Comparativo da Execução da Ação (2004) 2010 x 2011

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	260	260	0,00	265.000,00	234.000,00	-11,70
<b>Execução</b>	<b>268</b>	<b>267</b>	<b>-0,37</b>	<b>264.794,62</b>	<b>233.954,91</b>	<b>-11,65</b>
<b>Percentual de Execução</b>	<b>103,08</b>	<b>102,69</b>	-	<b>99,92</b>	<b>99,98</b>	-
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>988,04</b>	<b>876,24</b>	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

#### Quadro 060 – Variação das Despesas da Ação (2004) de 2007 a 2011

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	42.706,57	143.929,40	7.249,65	-	193.885,62
2008	-	32.875,10	167.255,51	6.575,02	-	206.705,63
2009	-	41.627,66	191.965,24	8.325,54	-	241.918,44
2010	-	34.066,85	222.060,87	6.749,76	1.917,14	264.794,62
2011	-	26.871,02	201.709,69	5.374,20	-	233.954,91

Fonte: Siafi

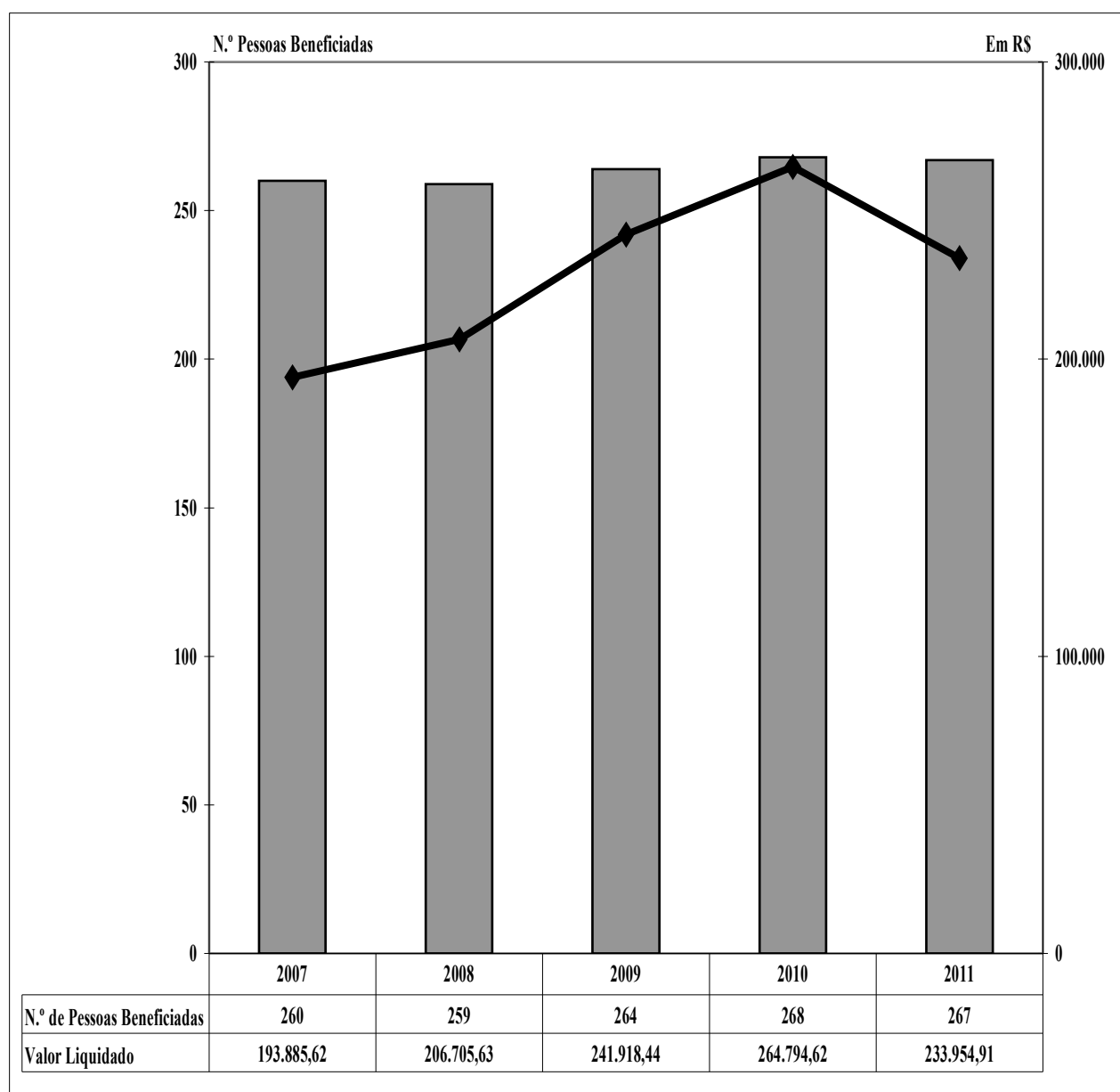
No âmbito da Sureg/PA, a dotação orçamentária foi de R\$234.000,00 para o atendimento de 260 beneficiários mensais. Foram gastos durante o exercício de 2011 o total de

R\$233.954,91, correspondente a 99,98% da dotação orçamentária, permitindo um atendimento médico mensal de 267 empregados, representando 102,69% da meta fixada, perfazendo uma renda percapita de R\$876,24.

Em relação ao exercício de 2010, observa-se uma diminuição no uso do SAS de cerca de 11,64% pela ausência de procedimentos de maior gravidade e custos.

Cabe destacar que o plano de saúde da Conab é de auto-gestão, sem contribuição fixa mensal, havendo o desconto de participação de cada empregado, de acordo com o nível salarial, somente quando o serviço é utilizado, conforme Tabela de Participação Financeira – TPF, constante da Cláusula Oitava do Acordo coletivo de Trabalho-ACT 2009/2011.

**Figura 026 – Evolução das Despesas da Ação (2004) de 2007 a 2011**



Fonte: Siafi, Supor, Gesas

## 12.1.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

### Quadro 061 – Metas e Execução da Ação (20CW)

#### (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	18.700,00	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>757.228,00</b>	<b>18.700,00</b>	<b>2,47</b>
Execução Orçamentária	753.997,08	18.677,44	2,48
<b>Índice</b>	<b>99,57</b>	<b>99,88</b>	<b>-</b>
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	70	1,67
Execução Física	2.488	76	3,05
<b>Índice</b>	<b>59,34</b>	<b>108,57</b>	<b>-</b>

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, realizado através de convênios, a Conab proporciona, também, no mês de aniversário de cada empregado, exames médicos periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições, o qual é custeado pela Empresa integralmente e consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológicas, cardiológicas, ginecológicas, urológicas, odontológicas, etc.

Visando proporcionar a realização dos Exames Periódicos obrigatórios, estabelecidos pela legislação vigente, foi aprovada a dotação orçamentária para atendimento da Conab na ordem de R\$754.740,00, com reforço de R\$2.488,00, totalizando em R\$757.228,00. Desse montante foi realizado o valor de R\$753.997,08, que representa 99,57% da meta financeira de 2011.

Para a Sureg Pará desenvolver essa ação, foi orçado o valor de R\$ 18.700,00, tendo sido gasto R\$ 18.677,44 desse valor, correspondente a 99,88% da meta financeira, sendo ainda, beneficiados 76 empregados dos 70 estabelecidos como meta física, que equivale a 108,57%. O acréscimo observado é resultante da maior conscientização do corpo funcional em realizar seus exames periódicos dentro do prazo estabelecido no exercício e regularizações de exercícios passados.

### 12.1.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

#### Quadro 062 – Metas e Execução da Ação (2011)

#### (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	18.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
<b>Dotação Final</b>	<b>7.441.122,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>0,24</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>7.352.073,59</b>	<b>97.149,64</b>	<b>1,32</b>
Valor Liquidado na Sureg-PA	0,00	16.483,85	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	80.665,79	83,03
<b>Índice</b>	<b>98,8</b>	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	55	1,68
Execução Física	4.286	66	1,54
<b>Índice</b>	<b>130,59</b>	<b>120,00</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação orçamentária inicial aprovada na LOA/2011 para a Conab foi de R\$6.931.122,00, com suplemento de R\$510.000,00, totalizando no período R\$7.441.122,00, atingindo 98,8% do programado, com uma meta física estabelecida para beneficiar 3.282 empregados/mês, a qual foi cumprida em 130,59%, aumentando o atendimento para uma média mensal de 4.286 empregados.

A meta física de atendimento médio para a Sureg/PA foi de 55 empregados por mês para o ano de 2011, tendo beneficiado 66, correspondente a 120,00 % do previsto.

A execução desta Ação se dá de duas formas:

- por meio da folha de pagamentos elaborada pela Matriz, para os empregados que optaram pelo recebimento do benefício em pecúnia, e
- por meio de créditos em cartão magnético.

As alterações observadas nos percentuais abaixo, correspondem a movimentação de pessoal, ao aumento do valores das passagens urbanas e a mudança de domicílio que, muitas vezes, aumenta ou diminui a quantidade de vales transportes, dependendo do serviço da linha de transporte para o local.

### Quadro 063 – Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011

<b>Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				98,41
2008				115,00
2009				120,00
2010				96,67
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>	<b>120,00</b>
<b>Análise:</b>				

Fonte: Siafi, Supor, Gebem

### Quadro 064 – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				89,87
2008				91,35
2009				88,41
2010				88,85
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>	<b>91,58</b>
<b>Análise:</b>				

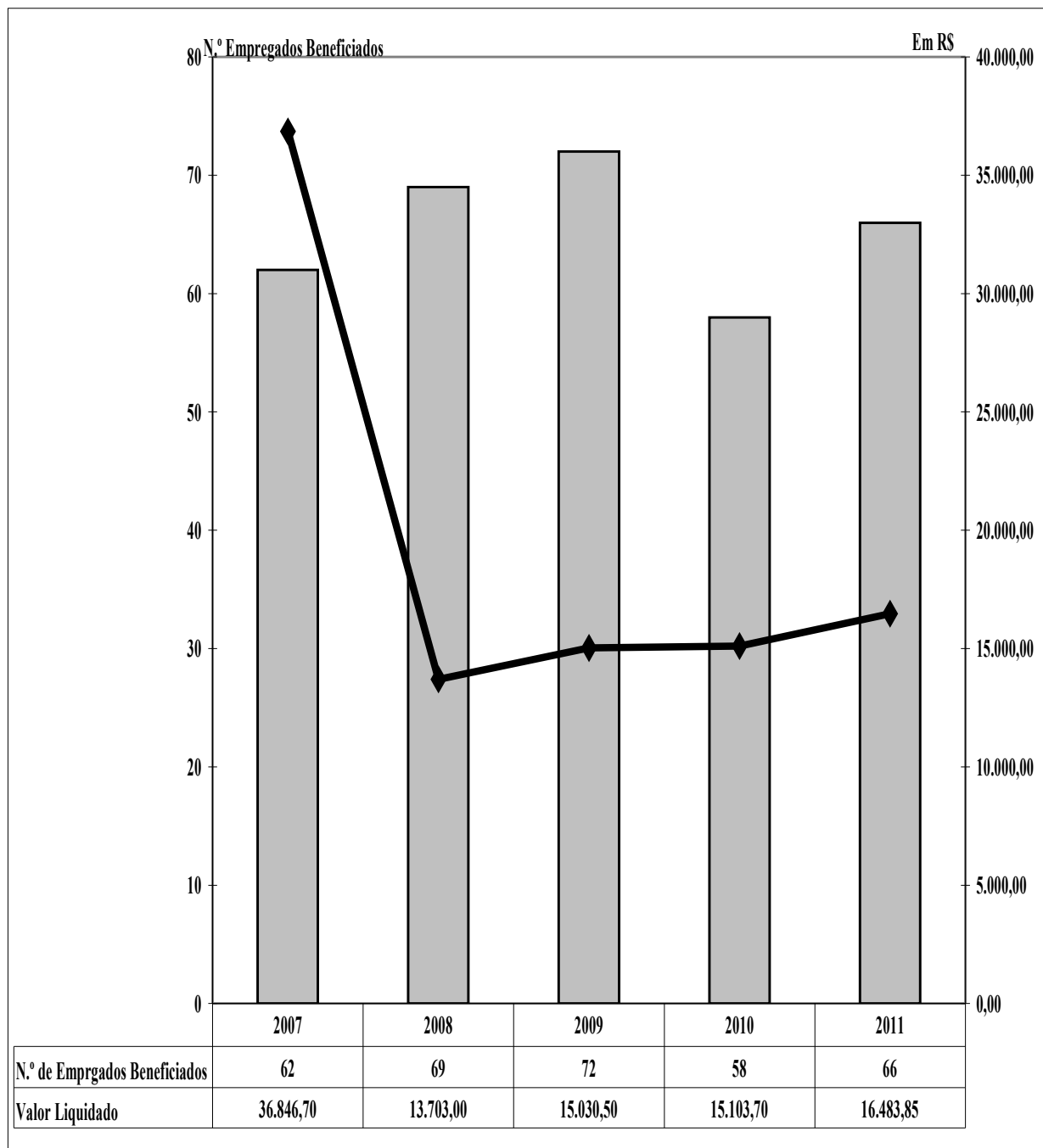
Fonte: Siafi, Supor, Gebem

## Quadro 065 – Variação do Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte Exercícios de 2007 a 2011

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>594,30</b>
<b>2008</b>				<b>198,59</b>
<b>2009</b>				<b>208,76</b>
<b>2010</b>				<b>260,41</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>249,76</b>
<b>Análise:</b>				

Fonte: Siafi, Supor, Gebem

**Figura 027 – Evolução dos Gastos com Auxílio-Transporte no Período de 2007 a 2011**



Fonte: Siafi, Supor, Geben



## 12.1.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

### Quadro 066 – Metas e Execução da Ação (2012)

#### (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	450.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>22.246.764,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>2,02</b>
Execução Orçamentária	21.662.047,14	418.237,14	1,93
<b>Índice</b>	<b>97,37</b>	<b>92,94</b>	<b>-</b>
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	71	1,69
Execução Física	4.334	72	1,66
<b>Índice</b>	<b>103,36</b>	<b>101,41</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2011, foi de R\$23.146.764,00, sendo cancelado R\$900.000,00 desse montante, ficando disponível R\$22.246.764,00. Desse total, foi gasto o valor de R\$21.662.047,14, correspondente a 97,37% do programado.

A meta física nacional de beneficiar 4.193 empregados por mês, foi executada em 103,36%, atingindo o número de 4.334 empregados.

A Sureg Pará previa beneficiar 71 empregados e atendeu 72, correspondendo a 101,41% da meta, pelo valor de R\$ 418.237,14, o equivalente a 92,94% da dotação prevista, com participação de 1,69% sobre os gastos totais da Companhia nesta ação.

### Quadro 067 – Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Geral acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			101,59
2008			109,09
2009			105,71
2010			104,29
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>101,41</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

**Análise:** A variação no percentual de atendimento do Auxílio-Alimentação observado entre os anos 2007 a 2011, de 101,59%, 109,09%, 105,71% , 104,29% E 101,41, respectivamente, deve-se a movimentação do quadro de empregados da Sureg/PA nesses exercícios, com a entrada por processos de anistia e concurso e pela saída por transferência e demissão.

### Quadro 068 – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação</b>				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				99,77
2008				96,49
2009				99,93
2010				99,84
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>92,94</b>
<b>Análise:</b>				

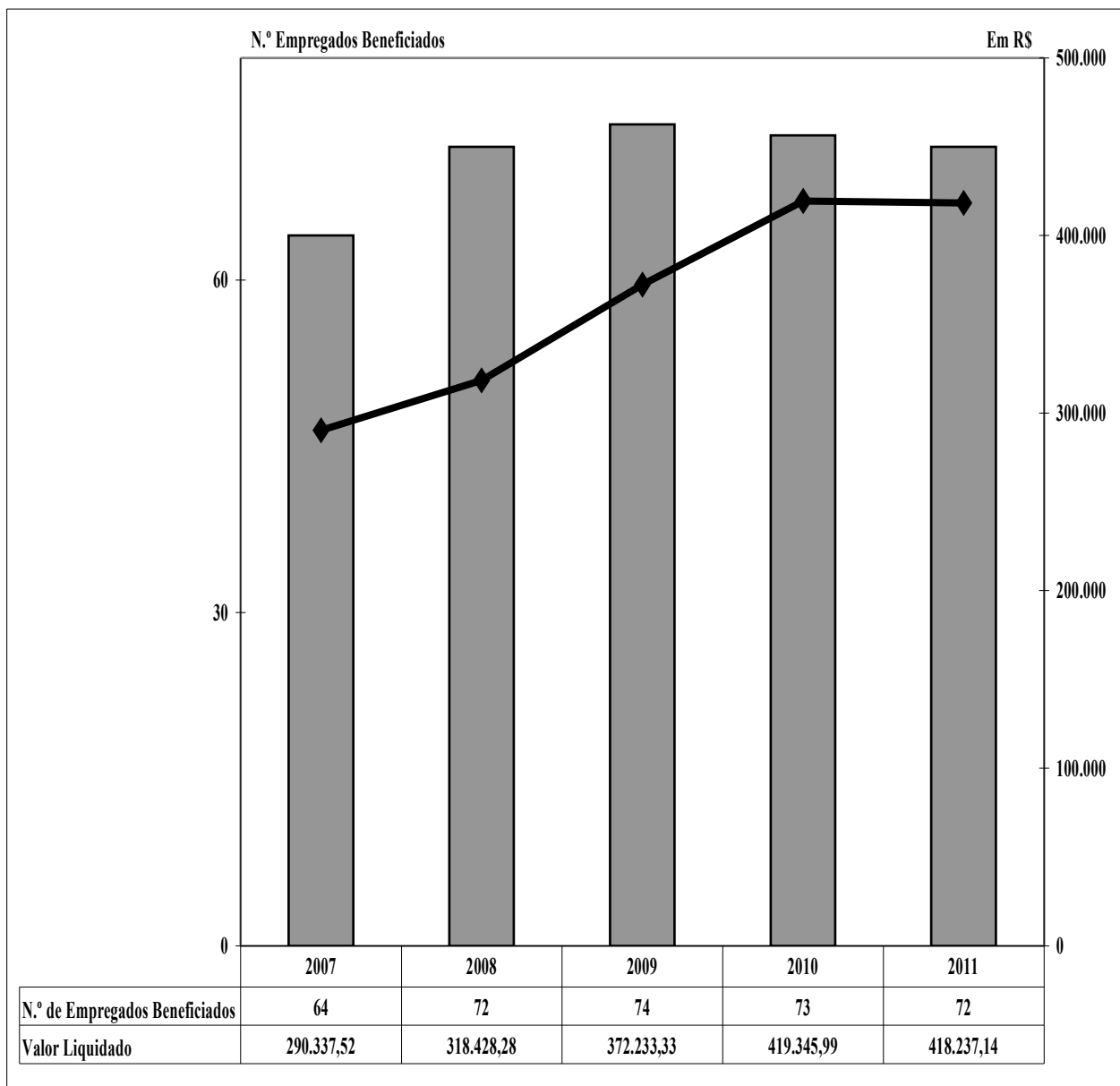
Fonte: Siafi, Supor e Gebem

### Quadro 069 – Variação do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação Período de 2007 a 2011

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação</b>				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				4.536,52
2008				4.422,62
2009				5.030,18
2010				5.744,47
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>5.808,85</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

**Figura 028 – Evolução dos Gastos com Auxílio-Alimentação no Período de 2007 a 2011**



FONTE: SIAFI, SUPOR E GEBEM

## 12.1.2.5 - (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

### Quadro 070 – Metas e Execução da Ação (2130)

#### (2130) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	1.500.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
<b>Dotação Final</b>	<b>2.169.760.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>0,07</b>
Execução Orçamentária	918.235.408,22	633.425,63	0,07
<b>Índice</b>	<b>42,32</b>	<b>42,23</b>	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
<b>Índice</b>	<b>20,13</b>	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

### Quadro 071 – Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			5,60
2008			10,38
2009			56,74
2010			69,40
2011	Meta:	-	Resultado: 42,23
Análise:			

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

No exercício de 2011 foi orçado o valor de R\$ 1.500.000,00 , tendo sido executados R\$ 633.425,63, correspondente a 42,23% do total, sendo este montante 39% menor que o exercício anterior, em função da redução nas aquisições governamentais.

## 12.1.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

### Quadro 072 – Metas e Execução Ação (2137)

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 15.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>R\$ 4.200.000,00</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>	<b>0,36</b>
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 5.160,79	0,32
<b>Índice</b>	<b>38,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	18	0,33
Execução Física	6.030	19	0,32
<b>Índice</b>	<b>109,64</b>	<b>105,56</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

### Quadro 073 – Variação dos Estoques Fiscalizados em 2010/2011

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	5.306	5.306	5.973	5.973
Contrato de Opção	1.159	1.159	2	0
Agricultura Familiar	89	89	17	17
Fome Zero	2.591	2.591	1.353	1.353
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
<b>Total</b>	<b>9.145</b>	<b>9.145</b>	<b>7.345</b>	<b>7.343</b>

Fonte: Gefis

No âmbito da SUREG-PA, a dotação orçamentária foi de R\$ 15.000,00 para as ações de fiscalização durante o exercício de 2011. Desse total foram gastos R\$ 5.160,79, correspondente a 34,41% do total.

A meta física foi executada em 105,5%, sendo fiscalizados os estoques públicos depositados nas Unidades Armazenadoras de Ananindeua, Marabá e Santarém, em duas etapas de fiscalização, assim como as nove operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários escoados para o Estado do Pará, sendo oito referentes às operações de PEP e PEPRO e uma referente ao Seguro Rural.

## 12.1.2.7 - (2272) Gestão e Administração do Programa

### Quadro 074 – Metas e Execução da Ação (2272)

<b>(2272) Gestão e Administração do Programa</b>			
<b>Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001</b>			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PA	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>390.916.326,00</b>	-	-
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>488.416.326,00</b>	<b>3.511.000,00</b>	<b>0,72</b>
Pessoal	391.071.326,00	2.015.000,00	0,52
Custeio	77.070.000,00	1.491.000,00	1,93
Investimentos	20.275.000,00	5.000,00	0,02
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>461.250.028,94</b>	<b>3.499.184,76</b>	<b>0,76</b>
Pessoal	387.327.794,86	2.008.979,34	0,52
Custeio	73.477.389,40	1.487.990,42	2,03
Investimentos	444.844,68	2.215,00	0,50
<b>Índice</b>	<b>94,44</b>	<b>99,66</b>	-

Fonte: Supor e Siafi

### Quadro 075 – Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa</b>			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>26,08</b>
<b>2008</b>			<b>32,05</b>
<b>2009</b>			<b>45,31</b>
<b>2011</b>			<b>99,85</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>99,66</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: Supor e Siafi

### Quadro 076 - Demonstrativo de Despesas - Gestão e Administração do Programa

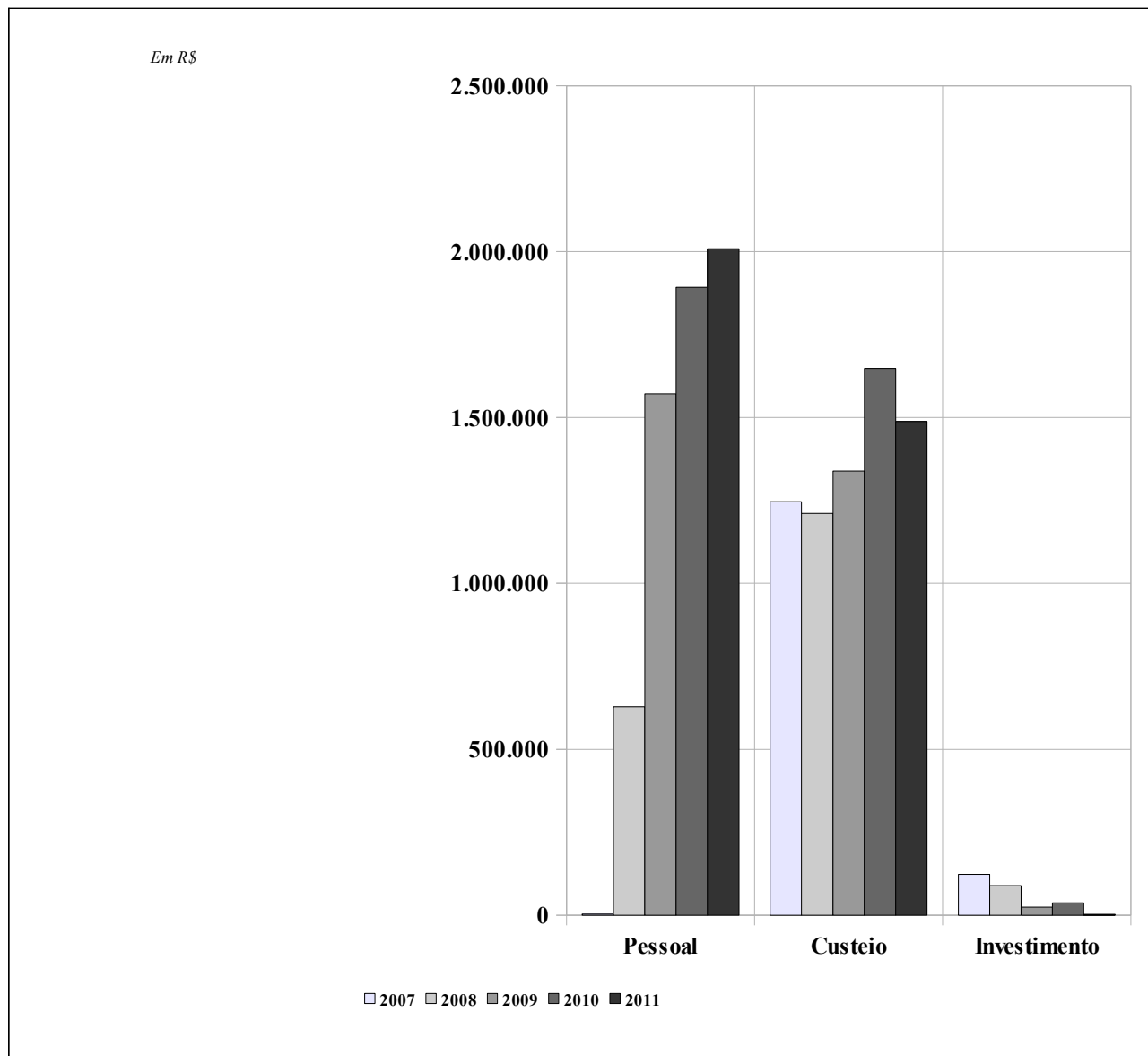
Discriminação	PA				
	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Pessoal</b>	<b>3.131,10</b>	<b>627.962,70</b>	<b>1.571.715,41</b>	<b>1.892.578,48</b>	<b>2.008.979,34</b>
Outros benefícios assistenciais	3.131,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	74.312,86	264.277,10	285.982,49	301.274,51
Obrigação patronais	0,00	553.649,84	1.307.438,31	1.594.885,32	1.707.704,83
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	0,00	11.710,67	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Custeio</b>	<b>1.246.240,32</b>	<b>1.210.919,47</b>	<b>1.338.517,12</b>	<b>1.647.756,58</b>	<b>1.487.990,42</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	14.340,00	20.805,11	26.303,09	30.002,50	21.226,00
Material de consumo	126.642,85	89.443,95	103.248,01	84.061,72	72.763,10
Passagens e Despesas com locomoção	26.634,84	34.056,62	26.074,43	37.025,28	12.518,56
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	48.696,52	9.597,86	2.914,00	6.449,66	6.981,51
Locação de mão-de-obra	492.968,51	523.431,61	522.966,92	623.593,58	729.522,18
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	483.836,16	485.988,76	591.494,72	0,00	568.305,91
Obrigações tributárias e contributivas	52.910,04	0,00	0,00	53.719,25	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	211,40	0,00	904,41	2.167,35	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	810.737,24	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	47.595,56	64.611,54	0,00	76.673,16
<b>Investimentos</b>	<b>122.964,91</b>	<b>88.859,99</b>	<b>24.196,19</b>	<b>37.170,10</b>	<b>2.215,00</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	122.964,91	88.859,99	24.196,19	37.170,10	2.215,00
<b>Total</b>	<b>1.372.336,33</b>	<b>1.927.742,16</b>	<b>2.934.428,72</b>	<b>3.577.505,16</b>	<b>3.499.184,76</b>

	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	3.131,10	627.962,70	1.571.715,41	1.892.578,48	2.008.979,34
Custeio	1.246.240,32	1.210.919,47	1.338.517,12	1.647.756,58	1.487.990,42
Investimento	122.964,91	88.859,99	24.196,19	37.170,10	2.215,00

Fonte: Supor e Siafi



**Figura 029 – Evolução das Despesas – Gestão de Administração do Programa Período de 2007 a 2011**



Fonte: Supor e Siafi

Para a execução dessa ação foi liberada a dotação orçamentaria de R\$ 3.511.000,00, correspondente a 0,72% da dotação total da Companhia, na ordem de R\$ 488.416.326,00, sendo R\$ 2.015.000,00 destinados às despesas de Pessoal, R\$ 1.491.000,00 ao Custeio e R\$ 5.000,00 a Investimentos.

Da dotação liberada, foi executado o valor de R\$ 3.499.184,76, equivalente de 99,66% da meta prevista. Desse montante, tivemos R\$ 2.088.979,34 de despesas de Pessoal, R\$ 1.487.990,42 de Custeio e R\$ 2.215,00 de Investimentos.

## 12.1.2.8 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

### Quadro 077 – Metas e Execução da Ação (2829)

<b>(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns</b>			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PA	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>86.597,88</b>	-
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>86.597,88</b>	<b>0,22</b>
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	86.597,88	0,25
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>503.777,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
<b>Índice</b>	<b>1,29</b>	<b>0,00</b>	-
<b>Meta Física – unidade modernizada</b>	<b>70</b>	-	0,00
Execução Física	57	-	0,00
<b>Índice</b>	<b>81,43</b>	-	-

Fonte: Supor e Siafi

### Quadro 078 – Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

<b>Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas</b>			
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas			
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>150,00</b>
<b>2008</b>			<b>66,67</b>
<b>2009</b>			<b>66,67</b>
<b>2010</b>			<b>150,00</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>0,00</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: Supor e Siafi

### Quadro 079 – Percentual de Gastos com Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

<b>Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria</b>			
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>94,18</b>
<b>2008</b>			<b>84,27</b>
<b>2009</b>			<b>93,01</b>
<b>2010</b>			<b>96,02</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>0,00</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: Supor e Siafi

No exercício de 2011 foi orçado o valor de R\$ 86.597,88 para a SUREG-PA, entretanto, em virtude das dificuldades encontradas quanto à execução de propostas de projetos de engenharia visando a manutenção e modernização da rede armazenadora, o recurso não foi utilizado.

#### 12.1.2.9 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

##### Quadro 080 – Metas e Execução Ação (4702)

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	5.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>500.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>1,00</b>
Execução Orçamentária	60.970,43	1.414,90	2,32
<b>Índice</b>	<b>12,19</b>	<b>28,30</b>	<b>-</b>
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	1	0,05
<b>Índice</b>	<b>41,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

### Quadro 081 – Percentual de Armazéns Cadastrados

<b>Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados</b>			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
<b>Resultados:</b>			
2007			22,00
2008			98,39
2009			-
2010			-
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

### Quadro 082 – Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns</b>			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
<b>Resultados:</b>			
2007			83,05
2008			94,49
2009			71,45
2010			71,13
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>28,30</b>
<b>Análise:</b>			

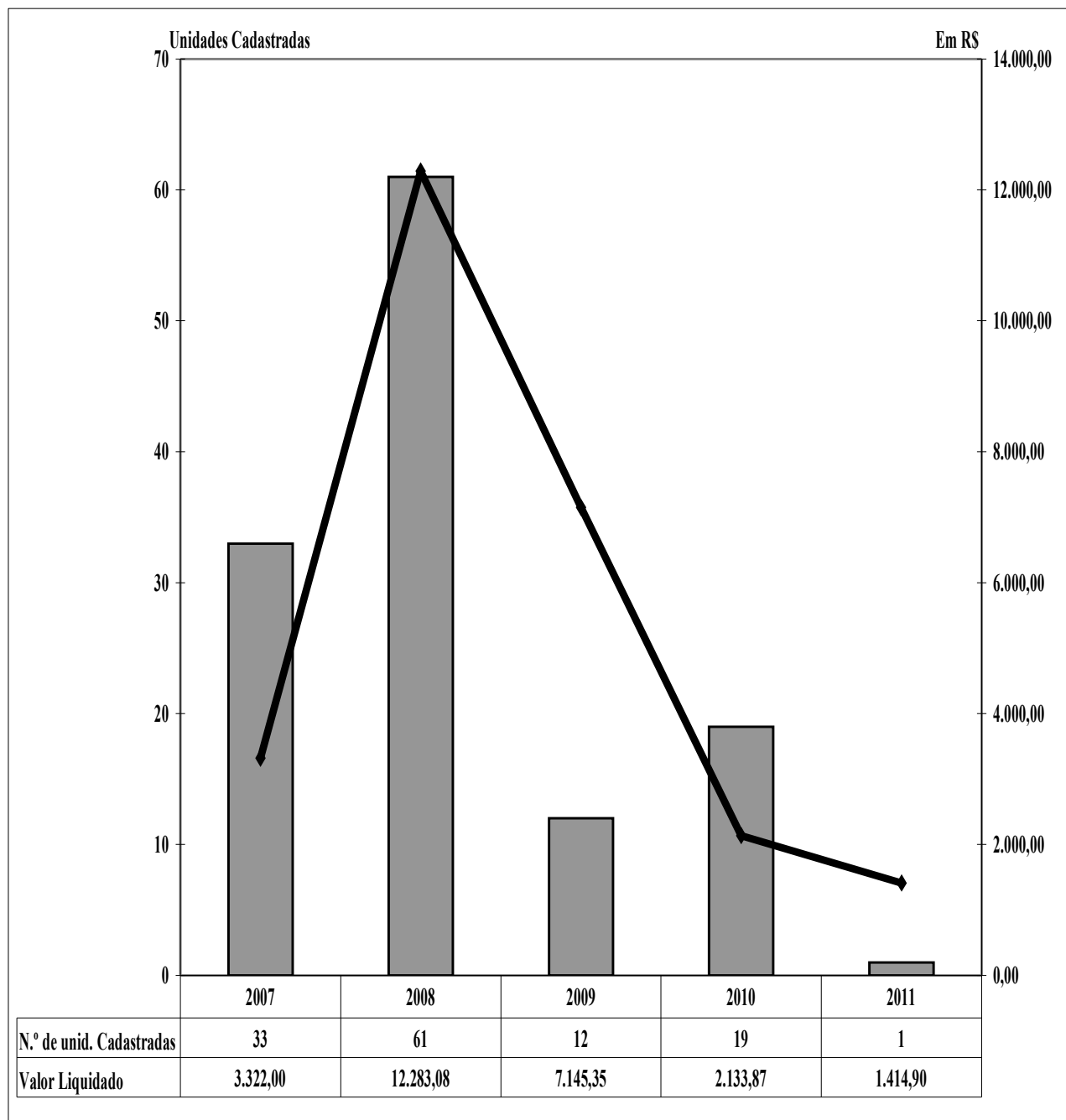
Fonte: Siafi, Supor e Gecad

### Quadro 083 – Custo por Unidade Cadastrada

<b>Nome: Custo por Unidade Cadastrada</b>				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados:</b>				
2007				100,67
2008				201,36
2009				595,45
2010				112,31
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>1.414,90</b>
<b>Análise:</b>				

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

**Figura 030 – Evolução dos Gastos com Cadastramento de Armazéns Período de 2007 a 2011**



Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Para a ação de cadastramento de unidades armazenadoras foi disponibilizado para a SUREG-PA uma dotação orçamentária de R\$ 5.000,00 para o exercício de 2011, sendo gastos R\$ 1.414,90, correspondente a um percentual de execução financeira de 28,30% do total. O cadastramento foi realizado no município de Dom Eliseu.

#### 12.1.2.10 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

##### Quadro 084 – Metas e Execução Ação (8579)

<b>(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar</b>			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PA	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>315.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	
Execução Orçamentária	294.066,15	1.806,78	0,63
<b>Índice</b>	93,35	90,34	
<b>Meta Física – informação disponibilizada (unid)</b>	<b>8.000</b>	-	
Execução Física	7.845	-	0,00
<b>Índice</b>	98,06	-	

Fonte: SIAFI

#### Quadro 085 – Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão de Informações Agropecuárias

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias</b>			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA			
Fonte: X = SIAFI e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
<b>Resultados:</b>			
<b>2008</b>			<b>49,17</b>
<b>2009</b>			-
<b>2010</b>			<b>32,60</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>90,34</b>
<b>Análise:</b>			

Fonte: SIAFI



### Quadro 086 – Evolução das Despesas com Geração e Difusão de Informações Agropecuárias

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	ServTerc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	1.050,00	697,55	1.448,32	-	-	3.195,87
2009	-	-	-	-	-	-
2010	3.646,00	681,02	2.193,08	-	-	6.520,10
2011	1.462,50	-	344,28	-	-	1.806,78

Fonte: Siafi

No exercício de 2011, a dotação orçamentária para a SUREG-PA foi de R\$ 2.000,00, sendo executados R\$ 1.806,78, o que corresponde a 90,34% do previsto.

A Sureg realizou dois levantamentos de safra em 2011, priorizando os grãos e cana-de-açúcar a região do nordeste paraense. O referido estudo permitiu a obtenção de informações sobre a situação dos cultivos desses produtos para a melhor tomada de decisão relativa às políticas de agricultura e abastecimento a serem adotadas no Pará.

#### 12.1.2.11 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

##### Quadro 087 – Metas e Execução Ação (4572)

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,65
Suplementação/Cancelamento	-	-	
<b>Dotação Final</b>	<b>1.530.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	
Execução Orçamentária	372.576,40	10.561,80	2,83
<b>Índice</b>	<b>24,35</b>	<b>29,34</b>	
Meta Física	4.300	27	0,63
Execução Física	3.165	19	0,60
<b>Índice</b>	<b>73,60</b>	<b>70,37</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária global aprovada na LOA/2011 foi de R\$1.530.000,00 e a meta física previa o treinamento de 4.300 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.165 empregados, ao custo de R\$372.576,40 correspondente a 24,35%, do valor estimado e 73,60% da meta física prevista.

Na Sureg/PA, a meta previa o treinamento de 27 empregados, com dotação orçamentária de R\$36.000,00, capacitando-se 19 empregados, representando 70,37%

Os treinamentos realizados em 2011 contemplaram os empregados envolvidos nas áreas administrativo, financeiro e fiscal, especialmente nos eventos de melhoria de práticas executadas.

O nível de treinamento continua baixo em relação ao exercício de 2009, especialmente pelos trâmites burocráticos para a contratação das empresas promotoras dos eventos e da escassez de recursos para esse fim.

**Quadro 088 - Comparativo de Execução Física/Orçamentária 2010/2011 da Capacitação de Servidores**

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	150	27	-82,00	45.000,00	36.000,00	-20,00
<b>Execução</b>	<b>86</b>	<b>19</b>	<b>-77,91</b>	<b>42.626,31</b>	<b>10.561,80</b>	<b>-75,22</b>
<b>Percentual de Execução</b>	<b>57,33</b>	<b>70,37</b>	-	<b>94,73</b>	<b>29,34</b>	-
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>495,65</b>	<b>555,88</b>	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecap

**Quadro 089 - Demonstrativo das Despesas de Treinamento Realizadas Período 2007 a 2011**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	11.962,50	-	13.280,24	-	14.574,19	-	254,70	40.071,63
2008	9.690,00	179,95	15.002,82	-	13.929,00	-	54,00	38.855,77
2009	7.312,50	-	3.986,17	-	13.784,95	-	2.242,09	27.325,71
2010	26.279,70	-	12.701,69	-	1.890,00	-	1.754,92	42.626,31
2011	2.925,00	-	1.508,87	-	1.980,00	-	4.147,93	10.561,80

Fonte: Siafi

### Quadro 090 – Atendimento da Demanda de Capacitação

<b>Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação</b>				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
2007				62,32
2008				166,25
2009				340,00
2010				57,33
2011	Meta:	100,00	Realizado	70,37
<b>Análise:</b>				

Fonte: Siafi

### Quadro 091 – Percentual de Execução Financeira com Capacitação

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
2007				97,74
2008				97,14
2009				91,09
2010				94,73
2011	Meta:	100,00	Realizado	29,34
<b>Análise:</b> Escassez de recursos para a contratação de empresas.				

Fonte: Siafi

### Quadro 092 – Custo por Empregado Capacitado

<b>Nome: Custo por Empregado Capacitado</b>				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>931,90</b>
<b>2008</b>				<b>292,15</b>
<b>2009</b>				<b>401,85</b>
<b>2010</b>				<b>495,65</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>495,65</b>	<b>Realizado</b>	<b>555,88</b>
<b>Análise:</b>				

Fonte: Siafi

### Quadro 093 – Número de Treinandos por Área de Conhecimento

<b>Área de Conhecimento</b>	<b>Nº de Treinandos</b>	<b>Homens/hora Treinados</b>	<b>Média de carga/horária por participante</b>
Administrativa	6	1.101	183,5
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	8	2,5
Financeira	2	16	8
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	0	0	-
Planejamento	8	244	30,5
Qualidade	0	0	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>1.369</b>	<b>72,03</b>

Fonte: Gecap

**12.1.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista**

**Quadro 094 – Metas e Execução Ação (0022)**

**(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**

**Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001**

**PTRES = 001687**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PA	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	310.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
<b>Dotação Final</b>	<b>18.661.376,00</b>	<b>310.000,00</b>	<b>1,66</b>
Execução Orçamentária	17.353.314,98	303.025,18	1,75
<b>Índice</b>	<b>92,99</b>	<b>97,75</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

**Quadro 095 - Demonstrativo de Despesas - Cumprimento de Sentenças Judiciais**

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	16.033,73	741.376,02	-	-	757.409,75
2008	25.744,50	99.176,25	-	-	124.920,75
2009	38.622,41	632.463,58	-	-	671.085,99
2010	97.178,00	21.240,14	-	-	118.418,14
2011	165.825,04	137.200,14	0,00	0,00	303.025,18

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

## Quadro 096 – Percentual Financeiro no Cumprimento de Sentenças Judiciais

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>94,68</b>
<b>2008</b>				<b>89,87</b>
<b>2009</b>				<b>99,72</b>
<b>2010</b>				<b>98,68</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>97,75</b>

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

O valor da execução orçamentária na ordem de R\$ 303.025,18, corresponde a liquidação dos processos trabalhistas nº 0000131-31.2010.5.08.0016 de FRANCISCO CORREA LOPES (R\$ 32.626,64) e 01.63200-66.2005.5.08.0001 de OSVALDO JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO (R\$ 104.573,50), acrescido do valor de R\$ 165.825,04, relativo ao pagamento de custas judiciais, depósitos recursais e demais encargos referentes a esses processos.

## 12.2 – Inscrições em Restos a Pagar

### Quadro 097 – Inscrições em Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	121.435,11		121.435,11	
2009	28.820,66		2.779,66	26.041,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	34.708,40	-2.042,51	22.670,89	9.995,00
2009				
<b>Observações:</b> O Saldo a Pagar em 31.12.2011 dos Restos a Pagar Processados no valor R\$ 26.041,00 é composto pela <b>2005ne000183</b> e NE's Diversas do Exercício/2009				

Fonte: SIAFI

#### 12.2.1 – Análise Crítica dos Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores

Os valores inscritos em 2010 foram pagos em sua totalidade. Contudo, resta pedente o saldo de **R\$26.041,00**, remanescente de exercícios anteriores, distribuídos entre as UG's jurisdicionadas, conforme abaixo:

– **135242 – SEDE SUREG PARÁ R\$ 583,25**

Refere-se ao saldo do empenho 2009NE000031 em favor da empresa FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, remanescente do contrato para a prestação de serviços de vigilância rescindido, cujo valor será utilizado para garantia de créditos em favor de seus ex-empregados oriundos de reclamações trabalhistas ajuizadas, sem conclusão até o momento.

– **135245 – UA ANANINDEUA R\$ 23.887,95**

Refere-se aos saldos dos empenhos 2005NE000183 PROTEC SERVICE, no valor de **R\$ 5.842,28** e 2009NE000006 FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no valor de **R\$ 3.135,67**, ambas empresas remanescentes de contratos de vigilância, cujos saldos serão utilizados para a garantia de créditos em favor de seus ex-empregados oriundos de reclamações trabalhistas ajuizadas, sem conclusão até o momento.

Totalizando a composição deste valor, acrescenta-se o saldo do empenho 2009NE000163, em favor da empresa COOMTEC COOPERATIVA MISTA DE TRABALHADORES, no valor de **R\$ 14.910,00**, referente à elaboração de projetos elétricos de automação e proteção do sistema de bombas/combate a incêndio, cuja execução está dependendo de ajustes no projeto.

– **135393 – UA SANTARÉM R\$ 1.569,80**



Refere-se ao saldo do empenho 2009NE000002 em favor da empresa FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, remanescente do contrato para a prestação de serviços de vigilância rescindido, cujo valor será utilizado para garantia de créditos em favor de seus ex-empregados oriundos de reclamatórias trabalhistas ajuizadas, sem conclusão até o momento.

Houve também alguns valores cancelados, devidamente justificados a seguir:

- **135242 – SEDE SUREG PARÁ R\$ 1.015,68**
- **R\$ 1.000,00**

Refere-se ao empenho 2010NE001564, no valor de **R\$ 1.000,00**, destinado à aquisição de água mineral, cancelado pela falta da comprovação de regularidade do fornecedor.

- **R\$ 15,68**

Refere-se ao saldo do empenho 2010NE001514, no valor de R\$ 100,00, cancelado após a efetivação do pagamento da fatura nº 529393716, no valor de R\$ 84,32, realizado em 06/01/2011, pela Ordem Bancária nº 2011OB800005 de telefonia móvel da TIM CELULAR S/A.

- **135393 – UA SANTARÉM R\$ 540,44**

Refere-se ao saldo do empenho 2010NE000062 da empresa MOTOMCO CENTRO-OESTE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, relativo à aquisição de equipamentos, cancelado em decorrência da aplicação de multa contratual imposta ao fornecedor por atraso na entrega.

- **135532 – UA MARABÁ R\$ 486,39**

Refere-se ao saldo do empenho 2010NE000104 da empresa MOTOMCO CENTRO-OESTE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, relativo à aquisição de equipamentos, cancelado em decorrência da aplicação de multa contratual imposta ao fornecedor por atraso na entrega.

### **12.2.2 – Análise Crítica dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores**

- **135245 – UA ANANINDEUA R\$ 9.995,00**

Refere-se ao saldo do empenho 2009NE000163 em favor da empresa COOMTEC – COOPERATIVA DE MISTA TRABALHADORES, destinado à execução de projeto de construção de Sala de 50m<sup>2</sup> para a instalação de arquivos, objeto do processo nº 07.062/2009, não executado até a presente data, devendo ser providenciada a devolução do recurso.

### **12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período**

As transferências de recursos orçamentários e financeiros são recebidas pela nossa Matriz, UJ 135100, e descentralizadas a esta Sureg Pará para a execução dos Programas e Ações.

## Quadro 098 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Recebidas

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DO CRÉDITO	UG CONCEDENTE	UG RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL
				1. PESSOAL E ENC SOCIAIS	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4. INVESTIMENTOS	5. INVERSÕES FINANCEIRAS	
MOVIMENTAÇÃO INTERNA RECEBIDA	135100	135242	08.244.1049.2792.0001	0,00	-6.703,00	0,00	0,00	-6.703,00
	135100	135242	08.605.1049.2802.0001	0,00	15,14	0,00	0,00	15,14
	135100	135242	20.122.0352.2272.0001	2.106.807,61	0,00	0,00	0,00	2.106.807,61
	135100	135242	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.461.206,16	2.215,00	0,00	1.463.421,16
	135100	135242	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.612,79	0,00	0,00	5.612,79
	135100	135242	20.126.0352.4702.0001	0,00	1.784,91	0,00	0,00	1.784,91
	135100	135242	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.601,80	0,00	0,00	7.601,80
	135100	135242	20.301.0352.2004.0001	0,00	234.245,74	0,00	0,00	234.245,74
	135100	135242	20.301.0352.20CW.0001	0,00	19.107,99	0,00	0,00	19.107,99
	135100	135242	20.306.0352.2012.0001	0,00	424.161,50	0,00	0,00	424.161,50
	135100	135242	20.331.0352.2011.0001	0,00	16.602,95	0,00	0,00	16.602,95
	135100	135242	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	653.919,13	653.919,13
	135100	135242	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.839,74	0,00	0,00	1.839,74
	135100	135242	28.846.0901.0022.0001	316.457,90	0,00	0,00	0,00	316.457,90
	135100	135243	06.182.1029.22BO.0101	0,00	-296,05	0,00	0,00	-296,05
	135100	135244	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-9,52	-9,52
	135100	135245	20.122.0352.2272.0001	0,00	-13.675,56	0,00	0,00	-13.675,56
	135100	135245	20.301.0352.2004.0001	0,00	0,00	0,00	0,00	-2,66
	135100	135393	20.122.0352.2272.0001	0,00	-329,55	0,00	0,00	-329,55
	135100	135434	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-0,02	-0,02
135100	135532	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.126,52	0,00	0,00	-1.126,52	
135100	135546	08.605.1049.2802.0001	0,00	7,40	0,00	0,00	7,40	

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DO CRÉDITO	UG CONCEDENTE	UG RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL	
				1. PESSOAL E ENC SOCIAIS	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4. INVESTIMENTOS	5. INVERSÕES FINANCEIRAS		
		135347	135242	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	11.530,63	11.530,63
		135347	135242	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.293.514,34	0,00	0,00	3.293.514,34
		135347	135242	08.605.1049.2802.0001	0,00	764.994,30	0,00	0,00	764.994,30
		135347	135242	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	267.500,00	267.500,00
		135347	135242	08.306.1049.2798.0001	0,00	6.784.803,08	0,00	0,00	6.784.803,08
		135347	135242	06.182.1029.22BO.0101	0,00	14.235,16	0,00	0,00	14.235,16
		135347	135243	08.244.1049.2792.0001	0,00	-15.088,01	0,00	0,00	-15.088,01
		135347	135546	08.605.1049.2802.0001	0,00	-954,80	0,00	0,00	-954,80
		135347	135546	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-9,00	-9,00
		135596	135242	20.122.0352.2272.0001	0,00	58.313,98	0,00	0,00	58.313,98
		135596	135242	20.128.0360.4572.0001	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Fonte: Siafi

Quadro 099 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Enviadas

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DO CRÉDITO	UG CONCEDE NTE	UG RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL	
				1. PESSOAL E ENC SOCIAIS	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4. INVESTIMENTOS	5. INVERÕES FINANCEIRAS		
MOVIMENTAÇÃO INTERNA RECEBIDA	ENVIADA	135242	135100	20.122.0352.2272.0001	75.482,79	0	00,00	00,00	75.482,79
		135242	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	14.711,10	0,00	0,00	14.711,10
		135242	135100	20.125.0352.2137.0001	0	452,00	0,00	0,00	452,00
		135242	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	370,01	0	0,00	370,01
		135242	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	40,00	0,00	0,00	40,00
		135242	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	288,17	0,00	0,00	288,17
		135242	135100	20.301.0352.20CW0001	0,00	430,55	0,00	0,00	430,55
		135242	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	5.924,36	0,00	0,00	5.924,36
		135242	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	119,10	0,00	0,00	119,10
		135242	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0	0,00	32.014,59	32.014,59
		135242	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	32,96	0,00	0	32,96
		135242	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	13.432,72	0,00	0,00	13.432,72
		135245	135100	20.122.0352.2272.0001	0	507,00	0,00	0,00	507,00
		135393	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	0,40	0,00	0,00	0,40
		135242	135596	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.446,36	0,00	0	-1.446,36
		135242	135596	08.306.1049.2798.0001	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
		135243	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	23,07	0,00	0,00	23,07

Fonte: Siafi

A execução orçamentária no âmbito da Companhia ocorre de forma centralizada, sendo o volume de recursos recebido por nossa Matriz – UJ 135100 e transferido às Sureg's por solicitação para realização das diversas ações.

No que tange à realização das despesas por modalidade de licitação, o quadro abaixo apresenta os resultados do exercício sob análise.

#### Quadro 100 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	773,66	0,00	773,66
Tomada de Preços	118.160,48	90.349,92	118.160,48	90.349,92
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.377.702,89	5.756.055,19	6.377.702,89	5.756.055,19
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	7.289.262,05	6.795.704,77	7.289.262,05	6.795.704,77
Inexigibilidade	397.002,95	383.527,37	397.002,95	383.527,37
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	28.404,92	24.882,09	28.404,92	24.882,09
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	2.010.996,62	165.825,04	2.010.996,62	165.825,04
Diárias	122.072,20	72.388,00	122.072,20	72.388,00
Não se Aplica	73.579,33	103.781,81	73.579,33	103.781,81

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$6.795.704,77, com destaque para o valor de R\$ 6.081.112,62 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 93,42% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Na modalidade Pregão tiveram maior relevância as despesas empenhadas para distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos – Mercadorias para Doação no valor de R\$ 2.764.774,09, inclusive o frete contratado nas operações Doação de Mercadorias (R\$ 486.519,22), Estoque Estratégico (R\$ 645.405,07) e PGPM (R\$ 475.563,33). Outras despesas que demandaram valores expressivos no exercício foram a contratação de vigilância ostensiva (R\$ 683.073,90) e Auxílio-Alimentação, em cumprimento ao Programa de Alimentação do Trabalhador no valor de R\$ 418.237,14. O total dessas despesas atingiu o montante de R\$ 5.473.572,75, equivalente a 95,09% da modalidade Pregão.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes (R\$ 201.709,69), bem como à contratação de estagiários (R\$ 99.429,98).

## 12.4 – Transferências Mediante Convênios

As transferências de recursos oriundos de Convênios, da mesma forma que o subitem anterior, são recebidas pela nossa Matriz, UJ 135100, e descentralizadas a esta Sureg Pará para a execução dos Programas e Ações.

## 12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

**Quadro 101 – Balanço Patrimonial**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

<b>ATIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.735.555.770,99</b>	<b>5.212.315.145,43</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.060.620,29</b>	<b>972.426,41</b>
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.049.032.903,78</b>	<b>702.486.519,56</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>751.495.446,69</b>	<b>578.264.288,00</b>
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>292.645.279,10</b>	<b>119.415.257,35</b>
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>4.892.177,99</b>	<b>4.806.974,21</b>
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>3.685.418.718,01</b>	<b>4.508.832.121,49</b>
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>43.528,91</b>	<b>24.077,97</b>
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>573.912.136,02</b>	<b>567.647.970,33</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>317.083.667,52</b>	<b>307.205.272,55</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>131.473.814,53</b>	<b>120.748.569,96</b>
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>185.609.852,99</b>	<b>186.456.702,59</b>
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>80.222.308,20</b>	<b>80.262.840,30</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>176.527.368,99</b>	<b>180.147.857,48</b>
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>78.791,31</b>	<b>32.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.952.025.232,72</b>	<b>5.446.379.747,49</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>117.196.011,03</b>	<b>30.625.802,58</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>2.085.251,58</b>	<b>1.858.851,68</b>
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>17.168.338,92</b>	<b>17.077.860,98</b>
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>97.942.420,53</b>	<b>11.689.089,92</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.834.829.221,69</b>	<b>5.415.753.944,91</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>177.842.494,99</b>	<b>59.009.233,29</b>
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
<b>PROVISÕES</b>	<b>242.630.604,68</b>	<b>243.404.292,41</b>
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>617.049.103,45</b>	<b>549.222.334,34</b>
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>3.790.672.956,65</b>	<b>4.548.342.382,92</b>
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>6.606.203,92</b>	<b>15.754.080,72</b>
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>3.899,48</b>	<b>2.652,71</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>23.958,52</b>	<b>18.968,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>18.228.235,37</b>	<b>15.360.005,51</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>



<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>339.214.438,92</b>	<b>318.223.362,76</b>
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>92.323.612,21</b>	<b>50.501.495,63</b>
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>44.541.368,28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

**Quadro 102 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	<b>35.142.943,63</b>	<b>18.246.566,50</b>
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>(16.445.192,33)</b>	<b>(68.690.715,84)</b>
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18.697.751,30</b>	<b>(50.444.149,34)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.134.264,83)</b>	<b>(20.878.361,53)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(5.475.292,59)</b>	<b>3.036.040,38</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>

<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

**Quadro 103 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
<b>SALDO EM 01/01/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>11.872.793,86</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>29.159.753,94</b>	<b>302.328.221,64</b>
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>13.961.869,27</b>	<b>51.817.023,90</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>339.214.438,92</b>

**Quadro 104 – Demonstração do Valor Adicionado  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>	<b>394.013.198,77</b>	<b>78,22</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>	<b>412.356.496,76</b>	<b>81,86</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>	<b>(18.343.297,99)</b>	<b>-3,64</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>	<b>15.207.353,03</b>	<b>3,02</b>
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>	<b>(33.550.651,02)</b>	<b>-6,66</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>	<b>537.301.132,03</b>	<b>106,66</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - <b>Resultado Antes do IR e CSLL</b>	<b>35.142.943,63</b>	<b>5,65</b>	<b>18.246.566,50</b>	<b>3,62</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - <b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>31.510.972,51</b>	<b>5,07</b>	<b>10.270.535,61</b>	<b>2,04</b>
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - <b>Lucros Retidos</b>	<b>22.451.567,91</b>	<b>3,61</b>	<b>7.317.756,62</b>	<b>1,45</b>

## **Composição do Capital Social**

**O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.**

**José Carlos de Andrade**  
**Superintendência de Contabilidade**  
**Superintendente**  
**Contador CRC DF 005969/0-5**

**Quadro 105 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011**

*Sumário*

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

**NOTA 1**

**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

**NOTA 2**

**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

**NOTA 3**

**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

**NOTA 4**

**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1 Equivalente de Caixa:** Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**4.2 Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

**4.3.1 Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de



09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**4.5 Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**4.6 Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**4.7 Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**4.8 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

**4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**4.10 Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

**4.12.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**4.13 Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica,

entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**4.14 Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

**NOTA 5**

**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

**Quadro 106 – Créditos Tributários a Compensar**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>ICMS a Compensar</b>	<b>241.699</b>	<b>285.410</b>
<b>IRRF a Compensar</b>	<b>36</b>	<b>33</b>
<b>Contribuições Outros Impostos</b>	<b>105</b>	<b>93</b>
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>241.840</b>	<b>285.536</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

**NOTA 6**

**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

**NOTA 7**

**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao

Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

**NOTA 8**

**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

**NOTA 9**

**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

**9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

**Quadro 107 – Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo** Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>Créditos por Alienação de Bens</b>	<b>4.081</b>	<b>4.377</b>
<b>Créditos por Cessão de Pessoal</b>	<b>743</b>	<b>706</b>
<b>Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores</b>	<b>12.497</b>	<b>10.860</b>
<b>Créditos por Infrações Legal/Contratual</b>	<b>180.181</b>	<b>160.732</b>
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>197.502</b>	<b>176.675</b>

## 9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

**Quadro 108 – Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>Créditos por Alienação de Bens</b>	<b>7.546</b>	<b>10.548</b>
<b>Títulos a Receber</b>	<b>30.188</b>	<b>29.902</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>635</b>	<b>656</b>
<b>Créditos a Receber em Poder da Justiça</b>	<b>129.051</b>	<b>130.003</b>
<b>Subtotal – Não Circulante</b>	<b>167.420</b>	<b>171.109</b>
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>364.922</b>	<b>347.784</b>

### NOTA 10

### DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

#### 10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

**Quadro 109 – Entidades a Agentes – Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
<b>Total – Circulante</b>	<b>292.646</b>	<b>119.415</b>

#### 10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

### Quadro 110 – Entidades a Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>Entidades Federais</b>	<b>17.628</b>	<b>15.163</b>
<b>Créditos Parcelados</b>	<b>307</b>	<b>102</b>
<b>Créditos a Recuperar</b>	<b>75</b>	<b>83</b>
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>18.010</b>	<b>15.348</b>

#### NOTA 11

#### RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

#### NOTA 12

#### BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

### Quadro 111 – Demonstrativo dos Estoques

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>Estoques de Mercadorias</b>	<b>3.198.419</b>	<b>4.138.198</b>
<b>Estoques de Almoxarifado</b>	<b>2.659</b>	<b>1.232</b>
<b>Materiais em Trânsito</b>	<b>10.954</b>	<b>3.240</b>
<b>Compra Antecipada - CPR</b>	<b>472.554</b>	<b>364.341</b>
<b>Estoques de Distribuição</b>	<b>833</b>	<b>1.821</b>
<b>Total</b>	<b>3.685.419</b>	<b>4.508.832</b>

#### 12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria

Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

#### NOTA 13

### ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

#### NOTA 14

### DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### NOTA 15

### CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

#### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

**Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

**Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

**Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

### Quadro 112 – Demonstrativo do Passivo Contingente Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
<b>Total</b>	<b>422.825</b>	<b>106.211</b>	<b>579.507</b>	<b>139.609</b>

### Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

**■ Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

**■ Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

**■ Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

### Quadro 113 – Demonstrativo do Passivo Contingente Possível

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708



Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
<b>Total</b>	<b>342.333</b>	<b>317523</b>	<b>351.646</b>	<b>369167</b>

### Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

**Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

**Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

**Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

#### Quadro 114 – Demonstrativo do Ativo Contingente Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
<b>Total</b>	<b>422.826</b>	<b>311.635</b>	<b>579.870</b>	<b>793.009</b>

#### NOTA 16

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

#### NOTA 17

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**17.1 Capital Social:** O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**17.2 Provisão para CSLL e IRPJ:** As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

**17.3 Reserva Legal e Dividendos:** Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

**17.4 Resultado do Exercício:** O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

**NOTA 18**

**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

**Quadro 115 – Diversos Responsáveis em Apuração**

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

**NOTA 19**

**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**

**19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

## 19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

### NOTA 20

### REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

### Quadro 116 – Remuneração e Salários dos Dirigentes e Empregados

Em R\$ mil

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
<b>Maior Remuneração Dirigente</b>	<b>23.884,29</b>	<b>22.535,29</b>
<b>Menor Remuneração Dirigente</b>	<b>23.884,29</b>	<b>22.535,29</b>
<b>Maior Remuneração Empregado</b>	<b>25.170,39</b>	<b>19.961,80</b>
<b>Menor Remuneração Empregado</b>	<b>884,31</b>	<b>884,31</b>

### Quadro 117 – Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
<b>Dirigentes</b>	<b>23.884,29</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Empregados</b>	<b>2.642,62</b>	<b>2.559,69</b>

#### NOTA 21

#### CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

##### 21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

### Quadro 118 – Repasse de Recursos para Convênios e Acordos de Cooperação Técnica

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
<b>Total de Repasses</b>	<b>3.218</b>	<b>3.579</b>

#### 21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

#### 12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

##### Quadro 119 – Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2011

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free			
	-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-

Governamental	Capital Estrangeiro	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Ações Preferenciais - %</b>				
<b>ACIONISTAS</b>		<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	<b>Free-Float</b>	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

## 12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

### Quadro 120 – Relação dos Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Belém	1	1	Funcionamento da Sede da CONAB/SUREG/PARÁ
Ananindeua	1	1	Funcionamento da Unidade Armazenadora de Ananindeua
Alenquer	1	1	Imóvel cedido à Prefeitura Local
Marabá	3	3	01 em funcionamento com a Unidade Armazenadora de Marabá; 01 cedido a Polícia Federal; 01 sub-judice
Santarém	1	2	01 em funcionamento com a Unidade Armazenadora de Santarém e 01 vendido ao DETRAM em junho de 2010
Anapu	1	1	Imóvel cedido à Prefeitura Local
Brasil Novo	1	1	Imóvel cedido à Prefeitura Local
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	

Fonte: Gefad/Pa



## 2.8 – Parecer da Auditoria Independente

### MOORE STEPHENS

#### **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7





## MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis**

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, conseqüentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

### **Opinião**

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU**

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.





## 13 – GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1 – Informações sobre o Controle Interno

**Quadro 121 – Estrutura de Controles Internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas			X		



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Considerações gerais:</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

### 13.2.1 – TCU

Não houve ocorrências no âmbito desta Sureg Pará.

### 13.2.2 – CGU

Não houve ocorrências no âmbito desta Sureg Pará.

## 13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

### Quadro 122 – Relatório de Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
20/2011 - (ACG) - SUREG PA/PA
<b>Constatação:</b>
1124 - Constatou-se que na Sureg/PA não há um empregado para executar a integração corporativa de softwares, sistemas e equipamentos, atividade inerente à Tecnologia da Informação - (TI). O atendimento às demandas dos setores na atividade de TI, é executado por um estagiário que “trabalha” meio período na Sureg/PA. O estagiário, de acordo com a lei, deveria ser supervisionado/orientado, no entanto ele executa funções que deveriam ser executadas por empregados da Companhia. Prática esta sujeita a requerimento de vínculo empregatício, de acordo com a Lei 11.788/2008. Ressalta-se que a Lei 11.788, de Setembro de 2008 (Lei do Estágio), prevê situações que coloca a Companhia em risco quando utiliza o estagiário de forma inadequada. Consta na lei: “Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. [...]. Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos: I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino; II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. § 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de

aprovação final. (...) § 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.” Posicionamento do Tribunal de Contas da União - TCU no exercício de 2011: - Assunto: Estágio. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário).

### Recomendação:

1124.1 - Considerando que a carência de pessoal só poderá ser suprida por intermédio de concurso público, desde que na Companhia inexista profissional passível de movimentação, e, considerando ainda que para trabalhar em TI exige-se mão de obra especializada, recomendamos à Diretoria Administrativa - Dirad/Superintendência de Modernização e Capacitação - Sumoc informar à Audin o n.º do processo que trata de Concurso Público e o estágio/andamento em que se encontra.

### Tratamento das Recomendações

#### de em 05/12/2011 como Pendente

O Processo para contratação de entidade que irá realizar o concurso público da Conab é o de n.º 1638/2011. Conforme informações obtidas foi aprovado na Redir n.º 1024, em 30/11/2011 o Voto Dirad n.º 113 relativo a contratação da entidade executora. Os próximos passos serão: a elaboração de contrato pela Supad/Gecot, chancela dos contratos pela Proge e após assinatura do Contrato. Os cronogramas para execução do concurso serão estabelecidos pela Entidade Executora e a Conab após assinatura do contrato.

#### de nanci.lino em 05/12/2011 como Solucionado

Resposta acatada pelos auditores

### Recomendação:

1124.2 - Recomendamos à Sureg/PA que se abstenha de delegar aos estagiários execução de tarefas próprias dos empregados, consoante Acórdão n.º 90/2011 - Plenário - TCU.

### Tratamento das Recomendações:

#### de em 05/12/2011 como Pendente

Os estagiários desta Regional desenvolvem suas atividades em suas áreas de atuação escolar, com o acompanhamento direto do responsável pelo Setor em que está lotado. A exceção é para o estagiário de informática, cujo acompanhamento técnico é solicitado a SUTIN, que orienta nas ações a serem desenvolvidas. Essa área é extremamente deficiente em nossa Regional, pela falta de profissional com o conhecimento e perfil para o seu desenvolvimento, cuja ausência compromete e, muitas vezes, paralisa as atividades da Regional. A contratação de técnicos para a área de TI é urgente e imprescindível para a nossa Regional, entretanto, sabemos tratar-se de uma ação de médio a longo prazo. Nesse tempo, atuamos precariamente com o suporte da SUTIN orientando o estagiário.

#### de nanci.lino em 08/12/2011 como Solucionado

De acordo com a Sumoc ... "há um processo para contratação de entidade que irá realizar o concurso público da Conab é o de n.º 1638/2011. Conforme informações obtidas foi aprovado na Redir n.º 1024, em 30/11/2011 o Voto Dirad n.º 113 relativo a contratação da entidade executora. Os próximos passos serão: a elaboração de contrato pela Supad/Gecot, chancela dos contratos pela Proge e após assinatura do Contrato." Considera-se solucionada a recomendação visto que através do concurso público a carência de pessoal possa ser solucionada.

### Constatação:

1125 - Não se constatou na Sureg/PA a publicidade mensal, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, a relação das compras efetuadas, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexistência de licitação. De acordo com o art. 16 da Lei 8.666/93. (obediência ao Princípio da Publicidade estabelecido pelo art. 37 da Constituição Federal).

### Recomendação:

1125.1 - Recomendamos à Sureg/PA divulgar em quadro de avisos de amplo acesso ao público, relação mensal de todas as compras efetuadas pela Sureg/PA, conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

### Tratamento das Recomendações:

#### de rosanna.costa em 05/12/2011 como Pendente

Todos os contratos licitados por esta Regional são publicados no DOU dentro do prazo estipulado por Lei. As compras e Serviços contratados por dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 é que dispensam esse procedimento. Entretanto, com base na orientação da AUDIN, estão sendo afixados no quadro de avisos da Regional o resultado mensal dessas contratações a nível de dispensa de licitação.

#### de nanci.lino em 08/12/2011 como Solucionado

Item solucionado

### Constatação:

1126 - Constatou-se no Processo n.º 21.207.000408/2009-81 – cujo objeto é a contratação de empresa para locação de veículos, que o Contrato n.º 002/2010, firmado entre a Conab e a Empresa Atlanta Rent A Car Ltda – EPP, encontra-se vencido desde o dia 30.8.2011, e que os serviços prestados estão sendo realizados sem cobertura contratual.

### Recomendação:

1126.1 - Recomendamos à Sureg/PA providenciar nova licitação para contratação de empresa para locação de veículos, caso haja necessidade da prestação do serviço.

### Tratamento das Recomendações:

#### de em 05/12/2011 como Pendente

O serviço de locação de veículo continua sendo necessário para o desenvolvimento das atividades desta Regional. Para tanto, foi providenciada a deflagração de licitação, conduzida no processo n.º 07.251/2011, através do Pregão Eletrônico n.º 003/2011. Esse certame foi revogado por recurso e ajustes no Edital. Já se encontra em análise da Procuradoria novo processo, desta feita sob o n.º 07.358/11, para análise com vistas a contratação desse serviço.

#### de nanci.lino em 08/12/2011 como Solucionado

Item solucionado

### Constatação:

1127 - A Sureg/PA está sem cobertura contratual para os serviços de braçagem desde março/2011. Atualmente os serviços estão sendo executados por mão-de-obra contratada pelos clientes que utilizam os armazéns da Conab, contrariando a Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Essa situação deixa vulnerável à demandas trabalhistas, acidentes de trabalho, segurança do patrimônio, dos estoques e principalmente das pessoas que movimentam as cargas sem a perícia necessária para execução do trabalho. Conforme C.I. n.º 293 Sureg/PA, de 27.5.2011, em dezembro de 2010, houve indeferimento pela Proge do pedido de aditamento e prorrogação do contrato objeto do Processo de Braçagem n.º 07.006/2011. O entendimento firmado era contratar por inexigibilidade e obrigatoriedade da utilização de representação sindical dos trabalhadores avulsos. A Prore/PA nos informou que como ainda não havia manifestação formal da Matriz à Sureg/PA estaria em processo de contratação por dispensa de licitação (Processo n.º 07.272/2011) para atender as necessidades até o final do ano, enquanto aguardava uma orientação dos procedimentos para a correta contratação dos serviços de braçagem. Em 28.9.2011 a Proge expediu a CI n.º 493 comunicando que o Procurador Geral tomou conhecimento do assunto referente à braçagem e acrescentou que está aguardando a formalização por parte da CGU acerca do assunto.

### Recomendação:

1127.1 - Recomendamos à Sureg/PA que a contratação do serviço de braçagem deverá seguir as orientações contidas na CI Proge n.º 493 de 28.9.2011, até que novas instruções sejam emanadas.

### Tratamento das Recomendações:

#### de rosanna.costa em 14/12/2011 como Pendente

Foi autuado pela GEOSE o processo n.º 07.307/2011 para a contratação dos serviços de braçagem, pelo valor estimado de R\$418.520,39/ano, o qual foi encaminhado para a DIRAD em 25.11.2011, com vistas a autorização pela Diretoria Colegiada para a deflagração do Pregão Eletrônico e liberação do crédito orçamentário correspondente para essa ação. Estamos no aguardo da decisão e do recurso para darmos sequencia a licitação e contratação dos serviços.

**de nanci.lino em 15/12/2011 como Solucionado**

item solucionado

**Constatação:**

1128 - Constatou-se que a Sureg/Amapá utiliza-se da Sureg/Pará para efetivar viagens a serviço. Dentre as pendências encontram-se as Prestações de Contas, dos adiantamentos de viagens feitos aos empregados da Sureg/Amapá, de acordo com o quadro a seguir: A Sureg/Pará por meio da CI n.º 517 de 21.9.2011 informou à Sureg/Amapá que os empregados favorecidos com os Adiantamentos de Viagens, e não providenciaram a prestação de contas deve regularizar as pendências. A Norma de Viagem – COD. 50.201 – prevê que a prestação de contas deve ser efetuada até três dias úteis a contar da data do regresso do empregado. Diz ainda a Norma da Organização – NOC - Cod. 50.201 VII - Prestação de Contas: "09 - Caso o Viajante não apresente a prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos, a área financeira comunicará formalmente o fato à área emitente da solicitação de viagem, solicitando providências. 09.1 - Caso a área emitente não justifique o atraso: a) o viajante, empregado da Companhia, estará sujeito às penalidades disciplinares cabíveis, além do recolhimento integral do adiantamento (inclusive os "ADV's" cancelados e já creditados em conta corrente) com a respectiva atualização monetária, por meio de cobrança a ser realizada pela área financeira ou desconto em folha de pagamento."

**Recomendação:**

1128.1 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin os documentos em que procederam a regularização acima citada. No caso do não atendimento por parte da Sureg/Amapá, a Sureg/PA deverá providenciar o ressarcimento de acordo com previsto na NOC - Cod. 50201.

**Tratamento das Recomendações:**

**de rosanna.costa em 18/11/2011 como Pendente**

A SUREG/AP encaminhou as PCV's referentes as ADV's n.ºs 19, 21 e 25, através da CI n.º 131, de 04.11.11, sendo baixada as ADV's 19 e 21, conforme 2011NL0000946 e 2011NL0000947, de 16.11.11. A PCV correspondente a ADV n.º 25 está sendo devolvida por estar incorreta, cabendo a SUREG/AP efetuar as comprovações devidas e emitir nova PCV para a baixa respectiva.

**de rosanna.costa em 06/12/2011 como Pendente**

Em complemento ao registro do dia 18.11.2011, informamos que a ADV n.º25/2011 da SUREG/AP foi regularizada através da NL001024, de 30.11.2011, finalizando a pendência.

**de nanci.lino em 08/12/2011 como Solucionado**

Resposta acatada pelos auditores, item solucionado

**Constatação:**

1129 - A produção dos Agricultores familiares é vendida por meio das Cooperativas e Associações para o Governo, Federal via Sureg/PA, utilizando-se o PAA na modalidade CPR-Doação. A região do Pará, apesar de ter um grande potencial de expansão do Programa, encontra-se restrito. A carência de Recursos Humanos impossibilita um melhor desempenho do Setor de Operações e Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - Seopi. O desafio da equipe é atender a todos os projetos. Com apenas três empregados que compõem o setor não tendo suas atividades exclusivamente voltadas ao PAA.

**Recomendação:**

1129.1 - Considerando o número insuficiente de empregados, recomendamos à Diretoria Administrativa - Dirad/ Superintendência de Modernização e Capacitação - Sumoc informar à Audin o n.º do Processo para realização de concurso público, bem como o seu andamento/estágio em que se encontra.

**Tratamento das Recomendações:**

**de nanci.lino em 05/12/2011 como Solucionado**

resposta acatada pelos auditores

**de thiago.lima em 05/12/2011 como Pendente**

O Processo para contratação de entidade que irá realizar o concurso público da Conab é o de n.º 1638/2011. Conforme informações obtidas foi aprovado na Redir n.º 1024, em 30/11/2011 o Voto Dirad n.º 113 relativo a contratação da entidade executora. Os próximos passos serão: a elaboração de contrato pela Supad/Gecot, chancela dos contratos pela



Proge e após assinatura do Contrato. Os cronogramas para execução do concurso serão estabelecidos pela Entidade Executora e a Conab após assinatura do contrato.

### **Constatação:**

1130 - A) REMOÇÃO DE FEIJÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS PARA DOAÇÃO Durante os trabalhos de Auditoria na Sureg/PA um fato relevante para a Companhia foi divulgado nos jornais de grande circulação do Estado do Pará. Nos dias 25, 26 e 27 de setembro, e 4 de outubro de 2011 a Conab foi objeto de notícias pela perda de aproximadamente um milhão e trezentos e setenta e sete quilos de feijão preto ( 1.377 toneladas), em torno de quarenta e cinco carretas de alimentos impróprios para o consumo humano conforme laudo emitido pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará – Adepará, órgão credenciado junto à Conab para prestação de serviços de classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, vinculados e/ou de propriedade do Governo Federal. Constatou-se que, de acordo com a conclusão do laudo emitido pela Adepará em 22 de setembro de 2011, o feijão foi desclassificado por se apresentar com percentual de defeitos graves como: mofado, ardido e germinado acima dos limites máximos de tolerância que é 12,00%. Por meio do laudo não é possível constatar se a metodologia para análise do produto na origem foi a mesma utilizada no destino. Dentre as praças constantes do demonstrativo anexo à CI, estavam destinadas 3.000 toneladas de feijão para o Estado do Pará. De acordo com a Lei n.º 12.058/2009 foi autorizada a doação de até 70.000 toneladas de feijão dos estoques públicos. Constatou-se que na CI Dirab n.º 1.064 de 18.11.2009 há uma solicitação à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Suarm, para providenciar a imediata remoção de 41.537.833 kg do produto feijão depositados nos Estados de Santa Catarina e Paraná para as localidades constantes no demonstrativo anexo à CI em epígrafe. A Reunião de Diretoria - Redir n.º 572 de 17.12.2002 deu origem à Resolução n.º 30 de 18.12.2002, estabelecendo que nos casos de remoção para atender programas específicos, serão elaborados estudos básicos, submetidos à aprovação da Diretoria Colegiada, para definição dos Estados e Municípios de origem/ destino e os quantitativos dos produtos a serem removidos, esses estudos serão elaborados conjuntamente pela Superintendência de Gestão da Oferta - Sugof, Superintendência de Operações Comerciais - Suope e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Suarm e pela respectiva área responsável pela coordenação dos programas específicos. B) INSPEÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS NO RECEBIMENTO Nas Normas da Organização – NOC, Cod. 30.504, Cap. III Controle de Qualidade, o responsável pelo recebimento deve inspecionar a documentação que acompanha o produto atentando para a qualidade (laudos de análise ou certificados oficiais de classificação). Também diz a Norma, "independentemente dos produtos virem acompanhados de documentação qualitativa a Conab pode providenciar seus exames em laboratórios de análises de alimentos. A realização dessas análises deverá ser providenciada pela Sureg recebedora, que responderá pela qualidade do produto recebido e pode recusar todo produto que porventura acusar característica desclassificante como mau estado de conservação, odor estranho ou qualquer tipo de deterioração ou alteração".

### **Recomendação:**

1130.1 - Recomendamos à Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab informar à Audin se o processo de remoção do feijão objeto do Aviso n.º 377/2009, removido de Santa Catarina para o Pará, obedeceu ao disposto na Resolução n.º 30 de 18.2.2002 itens 2 e 4, e que providências estão sendo adotadas para evitar perdas de produtos nos armazéns da Conab.

### **Tratamento das Recomendações:**

Recomendação solicitada a DIRAB, sem posicionamento a esta Regional sobre a resposta.

### **Recomendação:**

1130.2 - Recomendamos à Dirab informar à Audin se foi instaurado Processo Interno de Apuração - PIA para apurar responsabilidades pela perda do produto feijão safra 2008/2009 removido de Santa Catarina e Paraná para o Estado do Pará. Caso positivo, qual é o n.º do processo. Caso negativo justificar.

### **Tratamento das Recomendações:**

Recomendação solicitada DIRAB. Entretanto, como parte interessada e envolvida, informamos que esta Regional foi instruída a instaurar Processo Interno de Apuração – PIA, o qual foi conduzido no processo específico de n.º 07.308/2011.

### **Recomendação:**

1130.3 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin se considerou a demanda de consumo pelo produto feijão preto

no Estado, e se considerou o fato de o feijão ser de safra antiga (2008/2009) e se pelas suas características se seria ou não passível de armazenamento por longo prazo.

#### **Tratamento das Recomendações:**

Sobre o consumo, esclarecemos que se o produto fosse para a venda, seria efetuado estudo de mercado, porém foi removido para fins de doação, neste caso, levou-se em consideração o substancial público em situação de insegurança alimentar no Estado, com vários municípios liderando os índices baixos de IDH, portanto entendemos que o produto não foi rejeitado pelas instituições, pode não ser o preferido para a compra, mas não é recusado numa situação de doação.

Não planejamos a armazenagem por longo prazo, acreditamos que seria doado rapidamente, a demora deveu-se mais a paralisação necessária durante o período eleitoral, quando tomamos os cuidados para que não houvesse deturpação de sua doação, seguimos criteriosamente todos os normativos que nortearam o processo de doação. Após o período eleitoral, notou-se uma dificuldade no atendimento, pelas entidades, de exigências burocráticas para efetuar a doação do produto e na logística de retirada e distribuição, foi quando o Sesc Mesa Brasil foi acionado para agilizar a doação.

Quanto a safra ser antiga, nos pautamos nos certificados de classificação, que para grãos é o que dá a garantia da condição de consumo. Não há uma validade para o produto. Ao recebê-lo, os responsáveis técnicos efetuaram a medição de umidade e a inspeção visual que não acusou deficiência no produto. As normas de classificação sofreram alteração durante o processamento e remoção, fato que explica a possível análise sem a operação de partir o grão para verificar o teor ardido na região de origem. A mudança nas normas de classificação do produto gerou uma enorme diferença de resultado levando a desclassificação do mesmo. Alertamos que sem a mudança das normas, onde teríamos nos norteados pelos certificados de origem, com certeza o feijão estaria totalmente escoado.

#### **Constatação:**

1131 - Constatou-se que na Sureg/PA não há classificadores habilitados no quadro de técnicos. Dentre as atribuições específicas do Responsável Técnico – Agronomia – RTA descritas nas Normas da Organização NOC - Cod. 30.102 - Procedimentos que Disciplinam as Atividades nas UAs, destacam-se: - supervisionar e monitorar o armazenamento dos produtos estocados nas Unidades Armazenadoras da Conab, com vistas a manter as condições adequadas de conservação; - supervisionar e orientar as atividades técnicas das Unidades Armazenadoras relativas à recepção, amostragem, classificação, pesagem, processamento, combate e controle de pragas, aeração, termometria, movimentação interna e expedição de produtos, determinando as ações necessárias à obtenção e manutenção do elevado padrão de funcionamento das Unidades Armazenadoras e, conseqüentemente, da qualidade dos produtos nelas estocados; - expedição, processamento, guarda e conservação dos estoques, e à operação dos equipamentos destinados a tais fins. Diante dessas atribuições específicas que requerem atualização constante, a Sureg/PA através dos Fax(s) n.ºs 571, de 24.11.2008, enviado à Sumoc/Gecap; 047, de 13.2.2009, enviado à Sumep; 048, de 12.2.2009, enviado à Suarm; 049 de 13.2.2009 enviado à Sufis, solicita cursos para melhor qualificação da mão-de-obra da Sureg/PA. Segue algumas das demandas a seguir: Curso de Armazenagem de Grãos em Armazéns Convencionais; Curso de Fiscalização de Estoques Públicos; Curso de Reciclagem de Fiscalização de Estoques Públicos.

#### **Recomendação:**

1131.1 - Recomendamos à Diretoria Administrativa – Dirad / Superintendência de Modernização e Capacitação - Sumoc verificar a possibilidade de atender às demandas da Sureg/PA quanto a capacitação dos empregados da Geose, principalmente no tocante à fiscalização, armazenagem e classificação de grãos.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de em 22/11/2011 como Pendente**

Esclarecemos que devido o Decreto n.º 7.445, de 1º/3/2011, que restringiu a contenção de gastos, não foi possível a realização de curso de natureza fechada, considerando o alto custo com diárias e passagens. No entanto, estes cursos fazem parte do Planejamento de Treinamento de 2012. Ademais, informamos que não recebemos demandas da Sureg PA, desta natureza e, ainda, aquela Regional não respondeu o Levantamento de Necessidade de Treinamento, cujo instrumento serviu de parâmetro para elaboração do Plano de Educação Corporativa da Conab, biênio 2010/2011. Lembramos que o Plano de Educação Corporativa é o planejamento das áreas demandantes de Treinamento e Desenvolvimento, como uma das diretrizes que norteiam os pleitos de capacitação, voltados ao processo de crescimento e valorização dos profissionais, direcionados ao alcance das competências organizacionais, funcionais e compatíveis com a previsão orçamentária equitativa.

##### **de em 09/12/2011 como Solucionado**

A Audin solicitará que seja respondido o levantamento da necessidade de treinamento para os empregados da

Sureg/PA para, se possível, ser atendido em 2012. Considerando que constará no Planejamento de Treinamento de 2012 a capacitação dos empregados da Sureg/PA, consideramos o item solucionado e estaremos acompanhando no exercício de 2012 o atendimento da demanda.

### **Constatação:**

1132 - As rubricas tratam dos valores relativos aos faturamentos, a curto prazo, provenientes da prestação de serviços de armazenagem das mercadorias de terceiros em depósito nas Unidades Armazenadoras-UA(s). Os saldos demonstrados estão registrados nas UG(s) 135242 – Conab Sede Sureg Pará e 135245 - UA/Ananindeua. As impropriedades constatadas, estão relacionadas na tabela 1 a seguir. a) Os débitos dos itens 1, 2, 3 e 6, referem-se à faturas/duplicatas a receber, pendentes de pagamento; b) O débito do item 4 está pendente de longa data, ajuizado por meio do Processo Judicial n.º 1999.39.00.001804/6. E está registrado no Ativo Circulante (Curto Prazo) na UG 135245 - UA/Ananindeua; c) O débito do item 8 teve origem no ano de 2000, chegou a R\$ 301.541,06 em março/2011, e após os pagamentos ocorridos, o saldo foi reduzido para o valor demonstrado; d) Os débitos dos itens 4, 5, 7 e 9, são de Faturas/Duplicatas a Receber sem a devida cobertura de mercadoria em estoque.

### **Recomendação:**

1132.1 - Recomendamos para os itens 1, 2, 3, 6 e 8, que a SUREG/PA informe à AUDIN as providências de cobrança para a quitação dos débitos que se encontram em aberto.

### **Tratamento das Recomendações:**

#### **de em 07/12/2011 como Pendente**

ITEM 1 - SOCIBRA: Com base na Resolução nº014/2000, foi deferido o parcelamento da dívida em 10 parcelas, das quais o cliente já efetuou o pagamento da 1ª, conforme 2011RA000599, de 17.11.2011. O assunto está sendo conduzido no processo n-º07.275/2011; ITEM 2 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL: Os valores relativos as notas fiscais de 2011, forma devidamente baixados, com base na transferência de receitas da UG 135100 para a UG 135242, realizada pela 2011NL005991, de 19.07.2011. Quanto aos valores referentes as notas fiscais dos exercícios de 2009 e 2010, estamos aguardando a documentação comprobatória da efetivação do pagamento por parte do Ministério, a qual ficou de ser encaminhada pela GEFIN para procedermos a baixa. ITEM 3 - ATV ASSESSORIA TÉCNICA EM VENDAS: O débito no valor de R\$5.815,01, foi quitado conforme 2011NS001482 a 2011NS001485; ITEM 6 - C. RIBEIRO DIST LTDA: Expedida a carta CONAB/UA-ANANINDEUA nº132, de 01.12.2011, encaminhando GRU, cujo pagamento ficou acertado para o próximo dia 11.12.2011; ITEM 8 - SEDUC: O débito do cliente, que em agosto/2011 era de R\$5.585,32, teve uma expressiva amortização, na ordem de R\$5.360,17, restando o saldo de R\$225,15, o qual, acrescido dos faturamentos de set, out e nov/2011 (R\$2.180,41), totaliza hoje em R\$2.405,41. Portanto, esse débito vem sendo acompanhado e pago pelo cliente.

#### **de joao.filho em 13/12/2011 como Pendente**

Consoante resposta da Sureg/PA, continuam pendentes os débitos do: Ministério da Integração Social e C. Ribeiro Dist. Ltda.

#### **de em 23/01/2012 como Pendente**

ITEM 1 - O cliente SOCIBRA continua honrando os pagamentos mensalmente, conforme pactuado. ITEM 2 - As notas fiscais de 2009 e 2010 do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, foram baixadas com dase no FAX SUPAB nº 1221/SUFIN nº 2494 (anexa). ITEM 6 - O cliente C.RIBEIRO DIST LTDA, quitou sua dívida pela 2011RA761, de 21/12/2011. ITEM 8 - O débito do cliente SEDUC resume-se às NF's 299, 319 e 331, no total de R\$ 1.537,69 remanescente do mês de dezembro/2011.

### **Recomendação:**

1132.2 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin, sobre a emissão das faturas dos itens 5, 7 e 9, uma vez que na análise da conta Mercadoria de Terceiros em Depósito constatou-se a inexistência de estoque em garantia ao respectivo débito, não observando o contido na CI/Dirad n.º 998 de 22.7.2010.

### **Tratamento das Recomendações:**

#### **de rosanna.costa em 07/12/2011 como Pendente**

ITEM 5 - LAMINADOS MAD PARÁ: débito liquidado em 30.09.2011, conforme 2011NS1486; ITEM 7 - RAYOL COM LTDA EPP: débito liquidado em 11.11.2011, conforme 2011RA000579, 09.11.2011; ITEM 9 - JOSÉ VANDELEI RIBEIRO: trata-se de cliente pessoa física, que utiliza o serviço de pesagem rodoviária avulsa, sendo emitido o recibo com valor referente a cada pesagem. Os valores de cada mês são consolidados em uma única NF-e,

cujo pagamento é efetuado por GRU. Nesse sentido, o saldo existente no mês é sempre referente aos serviços prestados no mês anterior.

**de nanci.lino em 09/12/2011 como Solucionado**

Resposta acatada pelos auditores. Item solucionado.

#### **Recomendação:**

1132.3 - Recomendamos à Sureg/PA transferir o débito apontado no item 4, da UG 135245 - UA/Ananindeua para a UG 135242 - Conab Sede Sureg Pará, com alteração do registro do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante (Longo Prazo), bem como informar o andamento da Ação Judicial.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de em 07/12/2011 como Pendente**

ITEM 4- PROCESSADORA DE GRÃOS DO NO/NE: providenciado conforme NL's 495 (UG 135245) e 999 (UG135242). Segundo informações da PRORE/PA, a ação judicial aguarda julgamento de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Solucionado**

Consoante resposta da Sureg/PA a solicitação foi atendida.

#### **Constatação:**

1133 - A rubrica registra os valores dos materiais de consumo adquiridos e em estoque no almoxarifado, destinados a atender as necessidades da Sureg e das suas Unidades. Em 31.8.2011 apresentava o saldo de R\$48.784,17 registrado nas UG(s) 135242 – Conab Sede Sureg Pará, 135243 – Unidade Estoque Estratégico/PA, 135393 – UA/Santarém e 135245 - UA/Ananindeua. Confrontando o saldo do Mapa de Inventário de Mercadoria - MIM (x-FAC Administrativo) com o razão contábil, constatou-se uma diferença de R\$11.286,67, caracterizada pela falta de registro no MIM, dos valores referentes às UG(s) 135393 e 135245 citada no quadro abaixo.

#### **Recomendação:**

1133.1 - Recomendamos à Sureg/PA compatibilizar dos saldos dos inventários de materiais de consumo com o registro contábil, informando à Audin cópia do documento referente ao acerto.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

A divergência apontada na UG 135393, foi regularizada pela 2011NL000163, de 30/11/2011, restando um saldo no valor de R\$ 670,50, relativo ao produto ainda existente. Parte do inseticida foi utilizado, conforme Solicitação de Material nº 005, conforme documentação anexa.

**de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

Na UG 135245 os valores questionados foram baixados, em vista da utilização total dos produtos, conforme 2011NL000508, de 01/11/2011.

**de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

Pedimos desconsiderar o 1º anexo desta resposta, tendo em vista ter sido indevido.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Solucionado**

Consoante resposta da Sureg/PA, o item foi solucionado.

#### **Constatação:**

1134 - A conta “Registra os adiantamentos efetuados pela empresa a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais, produtos agropecuários e/ou serviços que serão incorporados aos estoques quando de seu efetivo recebimento.” Em 31.8.2011 a rubrica apresentava os saldos de R\$5.541.831,55, R\$5.169.005,85 e R\$99.802,50 registrados nas UG(s) 135434 – MO/Pará, 135546 – Unidade Conab PAA Pará e 135243 – Unidade Estoque Estratégico/PA, respectivamente, distribuídos em 192 contas correntes de agricultores e/ou Cooperativas/Associações de produtores rurais. Constatou-se a existência de relatório de controle e acompanhamento extracontábil das CPR(s) Alimentos, emitido pelo Sinteg/CAF, já as CPR(s) Doação Simultânea e Formação de Estoques não possuem um relatório ou planilha eletrônica de controle/accompanhamento produzido pela Área Operacional. Nos quadros 2 e 3 a seguir constam as impropriedades apuradas. No quadro 2 estão demonstradas as divergências constatadas entre os

saldos contábeis e os extracontábeis nas CPR(s) Alimentos; No quadro 3 estão demonstrados os saldos das CPR(s) Doação Simultânea e Formação de Estoques que estão pendentes e sem movimentação de longa data. Outras constatações não elencadas nos quadros anteriores: a) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00004, o CPF do produtor rural Abdoral Rodrigues Carvalho está divergente: como integrante consta o CPF 093.120.482-87 e como representante do grupo consta o CPF 136.831.363-91; b) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00044, o nome do produtor rural do CPF 125.461.006-53 está divergente do registrado no Siafi. No Siafi consta Geraldino Rodrigues dos Santos e no relatório do Sinteg/CAF como, representante, consta Geraldo Rodrigues dos Santos; c) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00072, o nome do produtor rural do CPF 185.515.132-49 está divergente do registrado no Siafi. No Siafi consta Alcininho Antunes Vieira e no relatório do Sinteg/CAF como, representante, consta Alcinino Antônio Vieira; d) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00012, não consta o nome do representante, apenas o n.º CPF 305.312.332-00; e) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00023, o nome da produtora rural do CPF 259.034.702-20 está divergente do registrado no Siafi. No Siafi consta Raimunda Adorno Moreira e no relatório do Sinteg/CAF consta Raimunda Oliveira Adorno; e f) No relatório emitido pelo Sinteg/CAF, na CPR n.º 00068, o nome da produtora rural do CPF 635.007.872-15 está divergente do registrado no Siafi. No Siafi consta Naira Almeida Monteiro e no relatório do Sinteg/CAF como, representante, consta Maira de Almeida Monteiro.

#### **Recomendação:**

1134.1 - Recomendamos à Sureg/Geose/PA juntamente com o Setor Contábil (Secof), compatibilizar os saldos contábeis com os extracontábeis das CPR(s) Alimento, visando sanar as divergências apresentadas no quadro 2.

#### **Tratamento das Recomendações:**

De karina.melo em 27/03/2012

As divergências apontadas no quadro 2 já foram sanadas ainda em 2011.

De joao.filho em 08.05.2012 como Solucionado

Item solucionado, consoante resposta apresentada pela Sureg/PA>

#### **Recomendação:**

1134.2 - Recomendamos à Sureg/PA que informe à Audin de forma circunstanciada, quais as medidas adotadas para o equacionamento das pendências elencadas no quadro 3, inclusive no que se refere à esfera judicial.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de karina.melo em 13/12/2011 como Pendente**

Encaminhamos anexo planilha de controle com a situação de cobrança das CPR's Estoque vencidas.

**de joao.filho em 19/12/2011 como Pendente**

Informamos que a planilha de controle com a situação de cobrança das CPR's em anexo, não está abrindo. Favor reencaminhá-la.

#### **Recomendação:**

1134.3 - Recomendamos à Sureg/PA corrigir as divergências constatadas nos nomes e CPF(s) dos produtores rurais constantes do relatório emitido pelo Sinteg/CAF e os registrados no Siafi, constatações letras A, B, C, D, E e F.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de karina.melo em 13/12/2011 como Pendente**

As divergências já foram corrigidas no Sinteg.

**de joao.filho em 14/12/2011 como Solucionado**

Item solucionado.

#### **Recomendação:**

1134.4 - Recomendamos à Sureg/Geose/PA elaborar acompanhamento extracontábil (planilha) dos saldos pendentes das CPR(s) Doação Simultânea / Formação de Estoques visando a compatibilização com os saldos contábeis.

#### **Tratamento das Recomendações:**



**de karina.melo em 13/12/2011 como Pendente**

A equipe está estudando uma forma de viabilizar um acompanhamento paralelo ao do Siafi, visto que o recurso já encontra-se descentralizado nas contas bancárias necessitando um controle manual ainda não alcançado pela equipe técnica. Cogitou-se algum controle pelo X-Fac mas não é possível pois o X-Fac não tem o total das CPR's apenas registra as entradas e saídas em doação no momento em que são efetuadas. A equipe está elaborando uma planilha global que possa ser alimentada a cada autorização de movimentação financeira mas a demanda de final de ano não possibilitou a criação dessa planilha. Qualquer sugestão da Audin será bem vinda.

**de joao.filho em 19/12/2011 como Solucionado**

A elaboração de planilha eletrônica onde conste o saldo das CPR(s), nos parece a melhor opção. Sugerimos que seja dada continuidade à sua elaboração, e encaminhada periodicamente ao Setor Contábil, visando a compatibilização dos saldos contábeis com os extracontábeis.

**Constatação:**

1135 - A conta "Registra os valores relativos aos depósitos efetuados por determinações judiciais para recursos junto a justiça, que tenham recuperação após o término do exercício seguinte." Em 31.8.2011 a rubrica apresentava o saldo de R\$482.524,29, registrado na UG 135242 – Conab Sede Sureg Pará, distribuídos por CPF entre 83 correntistas. Ao confrontar esses registros com os apresentados na relação Saldo IS da Caixa Econômica Federal - CEF, referentes ao mesmo período, constatou-se divergência nos valores e na quantidade de correntistas relacionados. A partir da atuação do Grupo de Trabalho instituído por meio do Ato de Superintendência - AS n.º 23, de 1.12.2009 com vigência, até 18.12.2009 prorrogado pelo AS n.º 02 de 19.1.2010, para vigir até 26.2.2010, "as baixas ocorridas foram significativas, chegando ao montante de R\$156.662,00 que corresponde a 40,76% do total inicialmente apontado em outubro/2009 pela Auditoria Contábil e Financeira." Mesmo com o êxito apresentado pelo Grupo de Trabalho, o acompanhamento de pendências relativas à devolução de depósitos recursais é tarefa contínua, já que novos recursos são interpostos e é usual, que os créditos de execuções findas sejam transferidos para outros processos, caso a Conab não entre com o pedido de resgate. No quadro 4 a seguir as impropriedades constatadas. A CI/Sucon n.º 1.208 de 17.11.2009, orienta para "conciliar/analizar cada valor, e aquele que não for Depósito Recursal, fazer a reclassificação para a conta apropriada. Após as devidas conciliações corrigir o saldo de cada CPF, atualizando ao valor presente em conformidade com o valor constante na relação de saldos (IS) da CEF." Conforme demonstrado no quadro acima constatou-se: - Os saldos registrados no Siafi, não foram corrigidos conforme a orientação contida na CI/Sucon n.º 1.208 de 17.11.2009; - Existem saldos que estão registrados a maior no Siafi em relação ao saldo (IS) da CEF, a exemplo citamos os itens: 3, 5, 10, 16, 26, 72 e 74; - Existem saldos que estão registrados no Siafi e que não constam na relação de saldo (IS) da CEF, a exemplo citamos os itens: 13, 23, 25, 37, 39, 45, 46, 49, 50, 54, 68, 71, 73, 78, 79 e 83; - Existem pequenos valores (resíduos) registrados no Siafi, que não constam na relação de saldo (IS) da CEF, a exemplo citamos também os itens: 7, 11, 19, 27, 44, 47, 52, 53, 59, 64 e 69; - O saldo do item 77 está registrado no relatório (IS) da CEF e não está registrado no Siafi;

**Recomendação:**

1135.1 - Recomendamos à Sureg/PA/Secof analisar os saldos registrados na rubrica, e em conformidade com as orientações emanadas por meio da CI/Sucon n.º 1.208 de 17.11.2009, efetuar as devidas correções.

**Tratamento das Recomendações:**

**de em 07/12/2011 como Pendente**

A correção dos saldos é feita mensalmente, desde o recebimento das orientações contidas na CI-SUCON n.º 1.208, de 17.11.2009. Ocorre que, em função do Relatório Consulta de Saldo IS ser disponibilizado pela CEF somente após o dia 10 de cada mês, torna-se impossível a contabilização das correções dentro do próprio mês de competência. Os itens 03, 05, 10, 26 e 74, estão dependendo de levantamentos da documentação pertinente para procedermos os ajustes. A divergência do item 16, refere-se ao depósito recursal do colaborador Eliel Corrês de Almeida, no valor de R\$6.290,00, pago em 19.08.2011, menos a correção do mês de agosto/2011, no valor de R\$65,40, contabilizada somente em setembro/2011. Quanto ao item 72, refere-se a valores sacados do processo do colaborador Raimundo da Silva Nascimento, cujas baixas estão dependendo da apresentação dos comprovantes por parte da PRORE.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Solucionado**

Item solucionado.

**Recomendação:**

1135.2 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin as providências adotadas para regularizar os saldos registrados a maior no Siafi, em relação aos saldos IS da CEF.

**Tratamento das Recomendações:****de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

Os itens 03, 05, 10, 26, 74 e 79 estão dependendo de levantamentos da documentação pertinente para procedermos os ajustes. A divergência do item 16, refere-se ao depósito recursal do colaborador Eliel Corrêa de Almeida, no valor de R\$6.290,00, pago em 19.08.2011, menos a correção do mês de agosto, no valor de R\$65.40, contabilizada somente em setembro. Quanto ao item 72, os valores sacados referem-se ao processo do colaborador Raimundo Silva do Nascimento, cujas baixas estão dependendo da apresentação dos comprovantes.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Baixado**

Após, as providências apresentadas pela Sureg/PA, vamos considerar o item como "baixado".

**Recomendação:**

1135.3 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin as providências adotadas para regularizar os saldos registrados no Siafi, que não constam na relação dos saldos IS da CEF.

**Tratamento das Recomendações:****de em 09/12/2011 como Pendente**

Os itens 13, 23, 25, 49, 50, 71 e 79, dependem de informações da PRORE sobre a movimentação dos processos para regularizar as pendências. Os itens 37, 45, 54, 68, 73, 78 e 83, foram regularizados pelas baixas realizadas em setembro e outubro/2011, através das 2011NL's 711, 738 a 740, 786, 788, 789, 798, 854 e 855. Item 39 - José Maria da Silva, foi regularizado no Relatório IS de setembro/2011. Item 46 - Monsueto Braga dos Santos, reclamação trabalhista ajuizada em Macapá, cujo valor do depósito foi transferido para conta poupança em nome da CONAB. Aguardando autorização do Juízo para movimentação (saque) e depósito ca Conta Única do Tesouro.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Baixado**

Consoante resposta da Sureg/PA, vamos considerar o item como "baixado"

**Recomendação:**

1135.4 - Recomendamos à Sureg/PA interagir com a Superintendência de Contabilidade – Sucon visando obter orientação, para efetuar a baixa contábil dos pequenos valores (resíduos) registrados no Siafi, se for o caso, uma vez, que segundo a Prore/Gefad/PA esses saldos residuais não estão registrados no relatório da CEF e também não possuem documentos comprobatórios de suas origens.

**Tratamento das Recomendações:****de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

Na forma recomendada neste Relatório, encaminhamos à SUCON a CI-SUREG/PA nº 666, de 01.12.2011, solicitando autorização para proceder as baixas dos saldos residuais, visando a regularização da pendência.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Baixado**

Consoante resposta apresentada pela Sureg/PA, o item será "baixado"

**Recomendação:**

1135.5 - Recomendamos à Sureg/PA proceder o registro do valor referente ao item 77, uma vez que consta na relação dos saldos IS da CEF e não está registrado no Siafi.

**Tratamento das Recomendações:****de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

ITEM 77 - Selma Iolanda Mouzinho Guimarães: A regularização ocorreu automaticamente com a exclusão do valor do Relatório IS de setembro/2011, já que o saque ocorreu em agosto/2011 e foi registrado no SIAFI no mesmo mês.

**de joao.filho em 13/12/2011 como Solucionado**

Item solucionado.

**Constatação:**

1136 - Trata-se de registros de valores oriundos de créditos financeiros a receber, dos servidores e ex-servidores, que estão pendentes de longa data. Em 31.8.2011 a conta apresentava o saldo de R\$54.687,69, registrado na UG 135242 –



Conab Sede Sureg/PA. Conforme demonstrado no quadro 5, a seguir, existem quatro débitos em aberto, sendo que dois estão ajuizados e os demais conduzidos em processos administrativos. Referidos débitos foram objeto do Relatório de Auditoria n.º 033 de 29.12.2009.

### Recomendação:

1136.1 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin o andamento dos processos judiciais. Quanto aos débitos administrativos justificar o não ajuizamento.

### Tratamento das Recomendações:

Item 1 – Benedito Vieira Meireles: Não identificamos autorização para propositura de ação judicial de cobrança, há apenas o registro de processo crime em trâmite na Justiça Federal/Belém-PA – processo n.º0007852-55.1997.4.01.3900. O assunto está sendo analisado pela SUREG/PA.

Item 2 – Wellington A da Silva Scerni: Realizada penhora de bem/veículo em nome do devedor, estando aberto prazo para sua manifestação, tendo em vista a lavratura de auto de penhora.

Item 3 – Luiz Cláudio Lima Soares: Foi realizada diligência BACENJUD sendo negativo o resultado.

Item 4 – Nilo da Costa Moreira: Processo administrativo n.º 07.167/1996 encaminhado à SUREG/AMAZONAS em 07.10.2004 para condução do assunto, considerando que o domicílio do devedor é naquele Estado. Está sob a circunscrição daquela Superintendência.

### Constatação:

1137 - A rubrica destina-se aos registros dos valores oriundos de títulos a receber. Em 31.8.2011 apresentava o saldo de R\$85.117,08 registrado na UG 135242 – Conab Sede Sureg/PA. Conforme demonstrado no quadro 6 a seguir. Os débitos foram mencionados no Relatório de Auditoria n.º 033 de 29.12.2009. Os itens 1, 2, 4, 5, 7 e 11, a Sureg/PA/Gefad está adotando medidas de baixa com amparo na Resolução n.º 14 de 1994, por se tratar de pequenos valores. Para o item 8, não se constatou processo administrativo e nem judicial. O item 6 foi ajuizada a ação, mas não tivemos acesso aos autos, e segundo informações da Prore/PA o processo foi extinto, sem solução para o débito, merece orientação da Sucon sobre o procedimento administrativo para a regularização da pendência contábil. Os itens 3, 9, 10, e 12 os débitos encontram-se em cobrança judicial.

### Recomendação:

1137.1 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin posição atualizada sobre os itens 1, 2, 4, 5, 7, e 11 do quadro 6.

### Tratamento das Recomendações:

#### de em 09/12/2011 como Pendente

Relativo aos itens desta recomendação, informamos que os de n.º 4 e 5 foram encaminhados a DIFIN solicitando autorização para a baixa, face aos valores excederem a competência da SUREG. O item 11 foi baixado pela 2011NL000804, de 03.1.2011. O demais itens continuam em análise.

#### de joao.filho em 13/12/2011 como Pendente

Consoante resposta apresentada pela Sureg/PA, vamos aguardar o resultado da análise e a autorização da DIFIN.

#### de eduardo.cordeiro em 23/01/2012 como Pendente

Os itens 04 e 05 do quadro 6, correspondentes aos débitos de Valter Ribeiro dos Santos e Dom Elizeu Com e Distribuição foram encaminhados à DIFIN em 23/12/2011 e 13/10/2011, respectivamente, sem resposta até a presente data.

### Recomendação:

1137.2 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin posição atualizada sobre o item 8 do quadro 6.

### Tratamento das Recomendações:

#### de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente

Ação Monitória decorrente de fornecimento de mercadorias do antigo Programa Rede Somar da extinta COBAL baseado em uma nota fiscal e duplicata juntados ao processo. Durante a instrução processual, a empresa ré alegou que os documentos juntados pela CONAB eram falsos, visto que a assinatura neles contidas não pertence ao representante legal da ré, muito menos a qualquer um de seus prepostos. A Ação Monitória foi extinta, condenando a CONAB ao

pagamento de custas e honorários advocatícios no montante de R\$ 1.000,00. Entendendo que a decisão é passível de recurso, a CONAB interpôs RECURSO DE APELAÇÃO, o qual aguarda julgamento pelo TRF da 1ª Região.

**de joao.filho em 20/12/2011 como Pendente**

Parece que houve inversão (troca) nas respostas apresentadas para as recomendações 1137.2 e 1137.3 referente aos itens 6 e 8 do quadro 6 do relatório. Favor verificar e nos informar.

**de em 23/01/2012 como Pendente**

A resposta apresentada em 09/12/2011 por este signatário, corresponde à Ação Monitória contra VAREJÃO CENTRAL LTDA ou Central Supermercado Ltda, correspondente ao item 8 do quadro 6. Não há, portanto, inversão de respostas como suscitado.

**Recomendação:**

1137.3 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin posição atualizada sobre o item 6 do quadro 6.

**Tratamento das Recomendações:**

**de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

Seguindo a orientação da AUDIN, foi expedida a CI-SUREG/PA nº675, de 05.12.2011 para a SUCON, solicitando orientação sobre o procedimento administrativo a ser adotado para a regularização da pendência contábil.

**de joao.filho em 20/12/2011 como Pendente**

Parece que houve inversão (troca) nas respostas apresentadas para as recomendações 1137.2 e 1137.3 referente aos itens 6 e 8 do quadro 6 do relatório. Favor verificar e nos informar.

**de em 23/01/2012 como Pendente**

O item 6 do quadro 6, refere-se ao débito de TARCISIO CHAVES LIMA, cujo processo foi extinto sem solução. Em face da recomendação AUDIN, expedimos CI SUREG PARÁ nº 675, de 05/12/2011 solicitando orientação da SUCON, que recomendou instrução do processo com proposição de baixa com cópia da sentença. Nesse sentido, o processo foi encaminhado à PRORE, onde permanece até a presente data. No que se refere à inversão suscitada, informamos que ela inexistente.

**Recomendação:**

1137.4 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin posição atualizada sobre os itens 3, 9, 10 e 12, quanto ao andamento dos processos judiciais.

**Tratamento das Recomendações:**

**de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

09. Moderno Supermercado: Encaminhado à DIFIN solicitando autorização para baixa contábil, sem resposta até o momento. O processo judicial encontra-se em fase de execução. A PRORE sugere aguardar o feito para recebimento do crédito em favor da Conab, no valor de R\$ 9.616,80. 10. Distribuidora de Mercadorias Norte Sul Ltda: O processo judicial encontra-se no TRFem grau de Apelação aguardando julgamento. 12. Supermercado Santa Luzia Ltda-ME: Ajuizada ação de cobrança sem êxito pela dificuldade de localização de bens penhoráveis do devedor, sendo os autos arquivados provisoriamente desde 17/08/2007. Baixa contábil realizada pela 2011NL000940, de 09/11/2011. Cabe salientar, que em razão da necessidade de análise cuidadosa dos processos de forma individualizada, face à especificidade de cada um, as baixas serão realizadas na proporção das autorizações.

**de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

Os itens relacionados neste subitem referem-se a débitos ajuizados, cujas ações encontram-se tramitando como segue: 03. Ademar Gomes Pereira: Submetido à DIFIN solicitando autorização para a baixa contábil, a qual não foi autorizada, conforme manifestação GECON anexa.

**de joao.filho em 14/12/2011 como Baixado**

Consoante resposta e providências da Sureg/PA, vamos considerar o item baixado.

**Constatação:**

1138 - A rubrica registra o montante dos valores oriundos de duplicatas e títulos em contencioso. Em 31.8.2011 a conta apresentava os saldos de R\$3.018,62 e R\$674.382,65 registrados nas UG(s)135242 – Conab Sede Sureg/PA e 135244 – Núcleo Estoque Regulador/PA, respectivamente, conforme demonstrado no quadro 7 a seguir. Os referidos débitos referem-se à perdas em armazenagem e não se localizou registros de cobrança judicial. Como o valor de R\$10.918,06

refere-se à Renascença Armazéns Gerais, deve-se verificar se já existe, na Matriz, cobrança para esse valor.

### Recomendação:

1138.1 - Recomendamos à Sureg/PA informar à Audin, posição atualizada sobre a cobrança dos dois débitos em questão.

### Tratamento das Recomendações:

Item 1 – Jerônimo Bernardo da Silva: Proc. Administrativo nº07.040/2001 – Segundo informações da GEFAD/PA, foi autorizada a baixa contábil do débito atualizado, restando pendente a sua efetivação. Após o processo será encaminhado à PRORE/PA para as providências de ajuizamento, também já autorizado pela Superintendência Regional.

Item 2 – Renascença Armazéns Gerais – Não há o registro de processo administrativo de cobrança nesta SUREG/PA. Entretanto, após consulta ao site da Justiça Federal, identificamos que o processo judicial registrado no quadro 7 foi ajuizado pela CONAB em Brasília – DF. Assim, solicitamos orientações à AUDIN de como proceder à baixa contábil do débito em questão, considerando que está sendo cobrado judicialmente pela CONAB/Matriz, mas registrado contabilmente nesta SUREG.

### Constatação:

1139 - 1.1.3.1.3.03.12 – ESTOQUES REGULADORES – PGPM 1.1.3.1.3.04.12 – ESTOQUES REGULADORES – PGPM 1.1.3.3.1.03.12 – ESTOQUES REGULADORES – PGPM 1.1.3.1.3.04.02 – MERCADORIAS PARA DOACAO 1.1.3.1.3.03.05 – ESTOQUES ESTRATEGICOS 1.1.3.1.3.04.05 – ESTOQUES ESTRATEGICOS 1.1.3.1.3.04.04 – ESTOQUES - AGRICULTURA FAMILIAR/DOAÇÃO 1.1.3.1.3.05.04 – MERCADORIAS PARA DOACA0-AGRICULTUR 1.9.9.1.1.18.00 – MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS 1.9.9.1.2.18.00 – MERCADORIAS DE TERCEIROS EM DEPÓSITO Os Estoques Públicos são constituídos pelas mercadorias adquiridas com recursos do Tesouro Nacional, para a formação dos Estoques Reguladores e Estratégicos. Em 31.8.2011, os Estoques Públicos da Sureg/PA totalizaram o montante demonstrado nos quadros a seguir. Procedeu-se a análise, comparando os estoques registrados no Siafi com o s contidos nos MIM(s) emitidos pelos sistemas x-FAC e pelo Saagra. No quadro 8, pequenas divergências nos valores dos estoques da PGPM e do Estratégico registrados nos MIM(s) emitido pelo x-FAC quando comparados com os estoques da PGPM e o Estratégico registrados no Siafi; No quadro 9, divergência nos valores das mercadorias em estoque na UA/Ananindeua, registradas no MIM emitido pelo Saagra, quando comparados com os valores dos estoques registrados na UA/Ananindeua no Siafi; No quadro 10, divergências nos valores dos estoques registrados nos MIM(s) emitidos pelo x-FAC, quando comparados com os valores das mercadorias em estoques nas UA(s) registradas no Siafi; e No quadro 11, divergência na quantidade da mercadoria em estoque registrada no MIM emitido pelo x-FAC, quando comparada com o MIM emitido pelo Saagra.

### Recomendação:

1139.1 - Recomendamos à Sureg/PA proceder os acertos das divergências constatadas nos quadros 8 a 11, informando à Audin.

### Tratamento das Recomendações:

#### de em 09/12/2011 como Pendente

A divergência no valor de R\$ 30,00, identificada no Quadro 8, foi regularizada pela 2011NL000362, de 19/10/2011. Consta ainda no Quadro 8 divergência no valor de R\$ 256,97 referente à NF-e nº 2088 da UG Estoque Estratégico, cuja regularização foi solicitada pelo chamado SISGAT nº 3308 sem solução até o momento. As demais diferenças permanecem, aguardando providências dos operadores dos sistemas X-Fac e SAAGRA.

#### de joao.filho em 21/12/2011 como Pendente

Consoante resposta da Sureg/PA, o item continua pendente.

### Constatação:

1140 - A rubrica registra os valores relativos às responsabilidades por irregularidades em prestação de serviços por terceiros, cujos processos estejam sendo apurados. O saldo em 31.8.2011 era de R\$16.139,48, distribuído nas UG(s) conforme quadro 12 a seguir. Constatou-se que os débitos são oriundos de faltas registradas no inventário e perda em armazenagem, cujas conciliações contábeis não nos foram apresentadas e não tivemos acesso aos processos administrativos.

### **Recomendação:**

1140.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/PA informar à Audin as providências adotadas com vista à regularização dos débitos, bem como os n.ºs dos processos que estão conduzindo o assunto.

### **Tratamento das Recomendações:**

#### **de em 09/12/2011 como Pendente**

Os valores registrados nas UG's 135243 e 135245, no total de R\$ 12.359,44, referem-se a furtos ocorridos na UA ANANINDEUA na vigência do contrato de vigilância mantido com a empresa FALCON VIGILÂNCIA, a qual foi responsabilizada pela Comissão constituída para a apuração. A empresa teve uma repactuação deferida na valor de R\$ 17.627,33, cujo compromisso em favor do prestador de serviços deixou de ser realizado pela falta das notas fiscais respectivas.

#### **de joao.filho em 21/12/2011 como Pendente**

Os valores referentes aos R\$12.359,44 ainda não foram baixados contabilmente, e quanto ao débito de R\$3.780,04 foi baixado R\$3.112,93, falta um resíduo de R\$667,11.

### **Constatação:**

1141 - A rubrica trata do registro das responsabilidades em inquéritos administrativos ou policiais contra servidores ou terceiros, por danos e perdas causados à Fazenda Nacional, e que estejam em fase de apuração. O saldo em 31.8.2011 era de R\$99.910,91, distribuído nas UG(s) conforme quadro 13 a seguir. Tratam-se de faltas ocorridas nos estoques do Núcleo de Estoque Regulador/PA e perda em armazenagem nos estoques do PAA/PARÁ, cujas conciliações contábeis não nos foram apresentadas, e não tivemos acesso aos processos administrativos.

### **Recomendação:**

1141.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/PA informar à Audin as providências adotadas com vista à regularização dos débitos, bem como os n.ºs dos processos que estão conduzindo o assunto.

### **Tratamento das Recomendações:**

#### **De rosanna.costa em 29/05/2012**

UG 135244 = TOTAL R\$61.580,13

-PROCESSO nº 07.321/07 - fiscalização dos estoques governamentais: refere-se a desclassificação e incineração de 2.068 unidade de sacaria. O valor contabilizado é de R413.331,84. Processo em reanálise para os procedimentos de baixa.

-PROCESSO 07.361/07 - perda de produto da PGPM em armazéns de terceiros - SEPAL: o valor contabilizado é de R\$48.248,29. Processo em reanálise para os procedimentos de baixa.

UG 135546 = TOTAL R\$38.330,62

-PROCESSO nº21200.000130/2009 - perda em armazenagem de 81.880 kg de arroz em casca, safra 2005: o valor contabilizado do débito é de R\$37.998,87. O assunto está em condução na GEOSE para reanálise da documentação e elaboração do cálculo da perda de umidade, conforme instruído pela SUOPE/GEFOC.

-O valor de R\$331,75 corresponde a Nota Fiscal nº1006, de 04.09.2007, referente a custo de mercadoria, lançado indevidamente na conta 19.913.0500. Está sendo regularizada.

1142.1 - Recomendamos à Sureg/PA analisar os Contratos de Prestação de Serviços constantes no quadro 14 referentes aos itens 5, 9, 12 e 13, uma vez que os contratos não estão vigentes e continuam registrados no Siafi, informando à Audin o resultado da análise, bem como o documento que procedeu a regularização.

### **Tratamento das Recomendações:**

#### **de eduardo.cordeiro em 09/12/2011 como Pendente**

O valor do item 5 (Qualilog), refere-se à elaboração dos programas de Medicina do Trabalho (PCMSO, LTCAT e PPR), os quais estão dependendo do atesto final da Área Técnica da Matriz. Quanto ao item 9 (Futura Serviços Profissionais), os serviços ainda estão sendo executados, devendo, portanto, o saldo permanecer registrado. Os itens 12

e 13 foram baixados pelas NL's 1074 e 1075, de 01/12/2011.

**de joao.filho em 14/12/2011 como Solucionado**

Item solucionado.

#### **Recomendação:**

1142.2 - Recomendamos à Sureg/PA adotar providências no sentido de regularizar a situação dos contratos vencidos contidos no rol de contratos vigentes, conforme quadro 15, itens 1, 2, 3, 4, 9 e 10.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de rosanna.costa em 18/11/2011 como Pendente**

A conta referente a esse item teve como base a data de 31.08.2011. Nesse período os contratos indicados nos itens 1, 2, 3 e 10 do quadro 15 estavam dentro das respectivas vigências. O contrato relacionado no item 4 - serviços de advocacia, foi devidamente prorrogado por meio de aditivo, com vigência até 30.06.2012. O constante do item 9 - locação de veículo, venceu em 30.08.2011 e encontra-se o serviço em processo de licitação conduzido processo nº07.251/2011, realizado o Pregão Eletrônico nº0003/2011.

**de joao.filho em 14/12/2011 como Baixado**

Conforme resposta da Sureg/PA, vamos considerar o item como "baixado".

#### **Recomendação:**

1142.3 - Recomendamos à Sureg/PA atualizar o Siscot, a exemplo do registro do item 5 do quadro 15 e do item 4 do quadro 16.

#### **Tratamento das Recomendações:**

**de rosanna.costa em 09/12/2011 como Pendente**

os contratos citados já se encontram devidamente lançados no SISCOT.

**de joao.filho em 14/12/2011 como Solucionado**

Item solucionado.